



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

Os Sentidos da Festa: (Re)Significações Simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha – CE (1960-1970)



Simone Pereira da Silva

Orientadora: Prof^ª Dra. Carla Mary da Silva Oliveira

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

**JOÃO PESSOA - PB
Março - 2011**

Os Sentidos da Festa: (Re)Significações Simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha – CE (1960-1970)

Simone Pereira da Silva

Orientadora: Prof^a Dra. Carla Mary da Silva Oliveira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

**JOÃO PESSOA - PB
Março - 2011**

S586s Silva, Simone Pereira da.

Os sentidos da festa: (re)significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1960-1970) / Simone Pereira da Silva.- João Pessoa, 2011.

142f. : il.

Orientador: Carla Mary da Silva Oliveira

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. História – teoria. 2. História e Cultura histórica. 3. Ensino de História. 4. Saberes históricos. 5. Cultura popular – Ceará.

UFPB/BC

CDU: 930.1(043)

Simone Pereira da Silva

**Os Sentidos da Festa: (Re)Significações
Simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo
em Barbalha – CE (1960-1970)**

Avaliado em ____ / ____ / 2011, com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Carla Mary da Silva Oliveira
PPGH-UFPB
(Orientadora)

Profª Dra. Marinalva Vilar de Lima
PPGH-UFCG
(examinadora externa)

Profª Dra. Cláudia Engler Cury
PPGH-UFPB
(examinadora interna)

Profª Dra. Juciene Ricarte Apolinário
PPGH-UFCG
(examinadora externa)

Prof Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
PPGH-UFPB
(suplente interno)

**Aos meus pais:
Manuel (Nelzim da Serra) e Roza.**

AGRADECIMENTO

É com grande prazer com que venho agradecer a todos que colaboram e incentivaram a elaboração deste trabalho.

A minha orientadora Carla Mary da Silva Oliveira, com quem dividi momentos de ansiedade, insegurança e aprendizado. E cuja coragem, determinação, profissionalismo e seriedade foram de extrema valia na minha formação profissional.

A professora Cláudia Cury, pelas sabias e valiosas contribuições no seminário de dissertação e na qualificação. Mas também pela delicadeza com que expõe as críticas.

A professora Marinalva Vilar, que atenciosamente aceitou participar da banca de qualificação. Efetuando seus ensinamentos e contribuições acadêmicas.

Aos professores (as): Regina Célia, Antônio Carlos, Regina Behar, Jaldes Reis e Rosa Godoy. Assim, como os coordenadores Raimundo Barroso e Elio Flores. A minha admiração e gratidão pelo saber compartilhado no decorrer desses dois anos.

A Célia Guabiraba e ao Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), por despertar minha estima pelo patrimônio cultural cearense.

A equipe do “Projeto Cariri”, especialmente a coordenadora Renata Marinho Paz. A quem devo minha estima e agradecimento por todo apoio, incentivo e confiança.

Aos meus amados (as) amigos (as) e colegas historiadores: Ítalo, Cícera Patrícia Alcântara Bezerra, Keliene Cristina, Waldemar, Vânia Cristina, Raquel, Jucieldo Ferreira Alexandre e Amanda Teixeira da Silva. A esses dois por últimos mencionados, quero fazer um agradecimento especial pelo companheirismo, confiança, apoio e, sobretudo, pelo exemplo de competência profissional.

Aos estimados (as) amigos (as) de graduação: Alice, Mirtys, Samuel, Alex, Diego e Cícero Joaquim. Este último, juntamente com Jucieldo e Renata Marinho foram os grandes incentivadores ao meu ingresso no mestrado. Obrigado por acreditar em mim.

As companheiras de apartamento: Renata Rodrigues e Viviane Figueiredo.

Aos meus irmãos: João Pereira, Altemar Pereira (Temar), Antônio (Toinho), e especialmente, a Eldinho Pereira, historiador dedicado e preocupado com os assuntos referentes à cultura e ao Cariri cearense. Meu carinho.

A todos os mestres e demais brincantes do Reisado de Congo de Barbalha, sem os quais não seria possível este trabalho.

Ao Padre Simonetto, por conceder acesso aos arquivos paroquiais de Barbalha. Aos funcionários da Biblioteca da Universidade Regional do Cariri (URCA), do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo - DHDPG e do Memorial Padre Cícero.

Ao Prof. Darlan Reis que na graduação aceitou me orientar mesmo sabendo que minha pesquisa era no campo da História Cultural. Não esquecerei a oportunidade e confiança acadêmica em mim depositada.

As minhas cunhadas, Miralva, Keilles, Maria Cecília (Sheila) e Silvia pelo incentivo.

À minha amiga Érica. As minhas primas Clécia Penha e Edneide Pereira, pelo apoio.

Ao paraibano Joelson Flor, companheiro das alegrias e tristezas vividas ao longo do último ano de pós-graduação. Obrigado por fazer parte da minha vida.

A todos os colegas, amigos e professores aqui não mencionados, mais que foram de grande valia na minha formação. Em especial, aos meus educadores do curso superior de tecnologia em Gestão Desportiva e Lazer do Centro Federal de Educação Tecnológico do Ceará – CEFET (hoje IFET), unidade de ensino descentralizada de Juazeiro do Norte.

À minha família, especialmente a minha amiga e amada mãe Roza Pereira da Silva e ao meu pai Manuel Pereira da Silva (Nelsim da Serra). Que me apoiou financeiramente com os gastos inerentes a estadia na cidade de João Pessoa. Obrigado imensamente por ajudar a realizar meu sonho de cursar um mestrado. Nunca esquecerei.

Quero ainda agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por conceder em boa hora, uma bolsa de pesquisa.

Por fim e de maior relevância, a Deus.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
SUMÁRIO	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE SIGLAS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
1 – “ABRIÇÃO DE PORTA”	1
2 – CORTE SIMBÓLICA DOS REIS DE CONGO: VOZES QUE CONSTROEM O AUTO	7
2.1 – Em busca de um sentido histórico.....	7
2.1.1 – “Batalha de Cristãos e Mouros”.....	17
2.1.2 – Os três Reis Magos.....	30
2.2 – A estrutura intangível da corte.....	35
3 – ENTRONAMENTO DOS REIS NA FESTA	48
3.1 – Agora é hora de tirar a sorte.....	48
3.2 – Reisado de Congo na Festa de Santo Antônio.....	52
3.3 – O Turismo e os Festivais Folclórico Cariense.....	65
4 – BATALHAS E ALIANÇAS: NOVOS SENTIDOS	75
4.1 – Será se é guerra! Disputa entre mestres.....	75
4.2 – Redes de interdependências entre brincantes e o poder municipal.....	85
4.3 – Agora é legal: uso de licença judicial.....	92
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6 – FONTES	108
6.1 – Narrativas orais.....	108
6.2 – Fontes Escritas.....	108
7 – REFERÊNCIAS	110
7.1 - Artigos.....	114
7.2 – Monografias, Dissertações e Teses.....	117
8 – ANEXO	120



RESUMO

Vinculado à linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, com área de concentração em História e Cultura Histórica, o presente trabalho tem por objetivo compreender como se deram algumas das (re)significações simbólicas ocorridas no Reisado de Congo do município de Barbalha, localizado no Cariri (sul) cearense, durante as décadas de 1960 e 1970. Respectivamente, tratam-se de períodos em que a prática do folguedo ocorria de forma mais ou menos autônoma no meio rural, que passou a se apresentar na Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, por intermédio do poder municipal. Para o desenvolvimento da pesquisa se fez uso dos relatos orais de mestres e ex-brincantes do Reisado. Eles ajudaram a entender como se deram as construções simbólicas, históricas, sociais e culturais em torno do folguedo, sua estruturação e, sobretudo, as mudanças ocasionadas na prática e nos brincantes a fim de enquadrá-los no novo cenário de atração turística no festejo do santo e de afirmação da tradição. Como é do conhecimento de muitos, o incentivo à manutenção dos saberes e fazeres do povo fez parte do projeto político militar de construção da identidade nacional e foi nesse cenário que se configuraram as intensas mudanças na forma de expressão cultural popular barbalhense.

Palavras-chave: Reisado de Congo, Festa, Oralidade, Saberes Históricos, Ceará, Cultura Popular.

ABSTRACT

Linked to the research line Teaching of History and Historical Knowledge of the Post-Graduate in History of the Federal University of Paraíba - UFPB, with a major in History and Historical Culture, this paper aims to understand how happened the changes in the symbolic significance of the Reisado de Congo of Barbalha Municipality, located in Cariri (south) cearense during the 1960 and 1970. Respectively, periods in which the practice of merriment occurred more or less autonomous in rural areas and when began to perform at the Feast of St. Anthony, patron of the city through the municipal power. For the development of research, I employed the oral histories of former masters and revelers of Reisado. They helped me understand how they gave the symbolic constructions, historical, social and cultural rights around the merriment as well as its structure and especially the changes brought about in practice and revelers in order to fit the new landscape of the tourist attraction celebration and affirmation of the holy tradition, because as it is known by many, the incentive to maintain knowledge and practices of the people was part of the political-military construction of national identity. It was in this context that shaped the intense changes in the way of expression from popular culture Barbalha.

Keywords: Epiphany of Congo, Party, Orality, Historical Knowledge, Ceará, Popular Culture.

LISTA DE SIGLAS

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

EMCETUR - Empresa Brasileira do Turismo

ICC - Instituto Cultural do Cariri

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

URCA – Universidade Regional do Cariri



LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Olímpio Ludugério da Paixão (decurião dos penitentes do Sítio Lagoa e ex-mestre do Reisado de Congo do sítio Lagoa, Barbalha - CE).....	07
Fig. 2 – Francisco Belizário dos Santos, conhecido por mestre Tico Neve.....	18
Fig. 3 – Capa de uma das edições do cordel de Leandro Gomes de Barros.....	21
Fig. 4 – José Ribeiro da Cruz, conhecido por Ioio (ex-Mateus).....	25
Fig. 5 – Antônio José da Silva (mestre do Reisado existente no bairro do Rosário) ao lado da esposa Nilma (a única contra mestre mulher entre todos os Reisados masculinos de Barbalha).....	30
Fig. 6 – Serginaldo Gomes (mestre do Reisado infantil do sítio Lagoa).....	34
Fig. 7 – Esquema feito a partir de dados extraídos dos relatos dos mestres do Reisado de Congo de Barbalha - CE.....	38
Fig. 8 – Vista frontal do único boi encontrado durante as entrevistas.....	43
Fig. 9 – Jaraguá.....	50
Fig. 10 – Mapa do percurso do cortejo do pau da bandeira exposto na programação da Festa de Santo Antônio de Barbalha – CE de 2007.....	53
Fig. 11 – Vista frontal do desfile do Reisado de Congo do Mestre Francisco Belizário na Festa de Santo Antônio.....	55
Fig. 12 – Antônio Wilson Abel, conhecido por Antônio de Corina (primeiro embaixador do Reisado de Francisco Belizário).....	73
Fig. 13 – Fotografia de Jarbas Oliveira. Revista de Cultura: ENREDO. Fortaleza, out. 2008. p. 41.....	76
Fig. 14 – Luís Tomé da Silva, conhecido por Luís Bocão (mestre).....	77
Fig. 15 – Maria Margarida da Conceição.....	83
Fig. 16 – Cartaz de propaganda da Festa de Santo Antônio, Barbalha - CE.....	86
Fig. 17 – Foto das espadas de Francisco Belizário.....	94



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado por Município do Plebiscito – 1993.....15



1 - “ABRIÇÃO DE PORTA”

Quando a companhia de Reisado chega ao local da apresentação, encontra fechada a porta da casa do contratante que passa a ser chamado de patrão ou capitão. O Mestre apita, põe o Reisado em forma e puxa as peças de “abrição de porta”. (BARROSO, 1996, p.107)

A denominação “abrição de porta” é utilizada com base em Oswald Barroso (1996, p.107; 2007, p. 26), para se referir ao início da apresentação do grupo de Reisado: é quando o mestre, ao encontrar a porta do contratante fechada, se põe a cantar para dar início ao enredo. Essa é a forma que escolhi para o leitor ter acesso ao interior da casa onde procurei construir, sobre os alicerces das experiências e conhecimentos fabricados ao longo da minha vida acadêmica, toda uma interpretação sobre a atuação dos brincantes na Festa de Santo Antônio de Barbalha, no Cariri cearense.

Para perceber como tudo começou, voltemos ao ano de 2005, quando no decorrer do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), me deparei com a seleção de bolsistas estagiários para integrar a primeira equipe técnica do IPHAN. Tratava-se de um termo de cooperação estabelecido entre a URCA e a 4ª Superintendência Regional do órgão federal, sediada no Ceará.

Depois da prova, análise de currículo e entrevista, fui aprovada juntamente com outras três pessoas para integrar a equipe composta por uma coordenadora da área de Sociologia, e também colaboradores e pesquisadores na área de História e Geografia. Ao todo eram dez componentes, que de 2005 a 2007 fizeram levantamento de todo o patrimônio imaterial que mantinha, de alguma forma, ligação com a Festa de Santo Antônio em Barbalha, primeiro bem a ser pesquisado pelo escritório técnico recém instalado.

O trabalho de levantamento e registro dos bens na região sul do Cariri cearense só foi possível graças à publicação do Decreto nº 3.551/ 2000, instrumento legal que estabeleceu o reconhecimento dos bens imateriais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Como desdobramento da política estatal, as superintendências passaram a realizar o estudo desses bens e, em sua área de atuação posteriormente, o inventário.

O Projeto Cariri, como foram denominadas as atividades de pesquisas realizadas no Cariri cearense, tinha como objetivo pesquisar e registrar no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, as manifestações culturais imateriais da região, como a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto; a obras poéticas de Patativa do Assaré, ambos na categoria de Formas de Expressão, “a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha

(Celebrações), que contempla em torno de cinquenta bens” associados; os Ofícios e Modos de Fazer do escultor juazeirense Manoel Graciano; os Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte, “e em processo de inventariamento estão diversos outros bens em Crato, Juazeiro e Barbalha” (PAZ et al., 2008, p.2).

Tais bens seriam enquadrados nos seguintes Livros de Registro: de Celebrações, dos Saberes, das Formas de Expressão; e dos Lugares, condizendo com os procedimentos adotados pelo manual do INRC, que instrumentaliza metodologicamente os procedimentos básicos para efetuar as pesquisas de acordo com a categoria em que o bem deveria ser classificado como representativo da identidade de um grupo ou comunidade. Nos termos do IPHAN:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de “raiz” de uma cultura (IPHAN, 2000 *apud* CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p.21).

É nesses termos que a festa do padroeiro barbalhense se enquadra: como constituidora de um sentimento de pertença a um grupo e a um lugar. Portanto, coincidindo com as diretrizes exigidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais, que devíamos seguir no decorrer das pesquisas do Projeto Cariri.

Durante o estágio, tive a oportunidade de observar as danças ditas folclóricas que integram a Festa de Santo Antônio de Barbalha. Foi lá que me encantei com o Reisado do Congo, manifestação popular praticada desde a segunda metade do século XIX em todo o sul do Ceará, caracterizada por possuir diversas performances teatrais e cânticos executados pelos dançarinos e “atores”, que encenam batalhas e, de forma lúdica, brincam com os entremezes¹.

Naquela época, o Projeto Cariri contava com o apoio e o acompanhamento de representantes do poder municipal da cidade de Barbalha, encarregados de indicar, agendar as entrevistas e transportar toda a equipe de trabalho da qual eu fazia parte ao local da coleta dos relatos orais.

¹ São eles: o Boi, a Burrinha, o Jaraguá, o Javali, o Sapo, o Urubu e o Guriabá, que conforme BARROSO (1996) são oriundos da confluência de elementos das culturas africanas, portuguesa e indígena. Além deles há outros personagens como é o caso da Alma, do Cangaceiro; do Cão, a Doida, o Gentí (homem valente).

Essa atitude me inquietava, ao mesmo tempo em que despertava o interesse por entender um pouco mais as relações estabelecidas entre os brincantes e o poder instituído. Então, independente do projeto ao qual tal pesquisa estava vinculada, deu-se início aos trabalhos exploratórios e de observação mais intensa das apresentações do Reisado de Congo, através de visitas às residências dos mestres responsáveis pela direção dos grupos e o acompanhamento nas festas do padroeiro.

Em meio a esse trabalho de observação e coleta dos relatos orais, percebeu-se que a atuação do poder municipal estimulou uma reorganização na estrutura e na apresentação dos grupos da cultura popular da região, e que essas mudanças remetiam à década de 1970, quando os atores do Reisado passaram a perceber a manifestação como uma oportunidade de conseguir o reconhecimento do povo, e em décadas posteriores, a da mídia para com sua prática, além de haver a possibilidade de se beneficiarem financeiramente dela, mesmo que para isso fosse necessário reinventar a prática e os elementos simbólicos que justifiquem sua importância enquanto um elemento constitutivo do patrimônio identitário da região.

Procurando enriquecer a pesquisa, visitei a Biblioteca da Universidade Regional do Cariri (URCA), a Biblioteca Municipal do Crato, o Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo - DHDPG e o Memorial Padre Cícero no Juazeiro do Norte. Nesses lugares, fiz em fase preliminar dessa pesquisa, um levantamento e digitalização das matérias publicadas entre os anos de 1955 a 1988, momento em que as revistas *Itaytera* (I.C.C.), *Região*, *HYHYTÉ* (Revista Oficial da Faculdade de Filosofia do Crato) e o jornal *A Ação* (do órgão da Diocese do Crato) deram maior ênfase aos aspectos ligados a cultura caririense. Vale mencionar que não utilizei todo o material jornalístico coletado, mas as referências constam nas fontes como forma de expor um pouco a trajetória da pesquisa.

Desse modo, a presente dissertação de mestrado busca perceber as motivações, internas e externas, que levaram os brincantes do Reisado de Congo do município de Barbalha, durante as décadas de 1960 e 70, respectivamente, período em que não havia interferência intensa na prática por parte do poder municipal e quando passaram a fazer parte da abertura dos festejos do padroeiro, momento em que utilizam de sua liberdade para adaptar seu repertório e suas concepções às novas exigências surgidas a partir da vigência das políticas públicas municipais no campo do patrimônio cultural e do turismo. Nesse sentido, é pertinente perguntar: quais sentidos, conflitos e interesses estavam em jogo naquele cenário?

Na tentativa de responder a tais questões, procurei conversar com os mestres atuantes durante o período estudado, para que, a partir das informações por eles relatadas, pudesse construir um maior entendimento sobre o tema.

O primeiro desafio que me deparei foi com a metodologia diferenciada da História Oral, com a qual, até então, não estava habituada. Outro problema foi quanto ao uso do termo História Oral, já que, como lembra Montenegro, ela “não existe enquanto área do Conhecimento” (MONTENEGRO, 2008, p.194) e não se constitui como “uma narrativa histórica com todas as suas implicações historiográficas, documentais, metodológicas e escriturais” (MONTENEGRO, 2008, p.195). Portanto, para esse autor é preferível utilizar o termo “relatos orais” em substituição a história oral, abordagem com que concordo.

A outra dificuldade com que me deparei foi a burocracia no preenchimento dos documentos e a inadequação dos formulários do Comitê de Ética da UFPB, ao qual o trabalho foi submetido, à área de humanas. Trata-se de uma documentação formatada para a área de saúde e, por este motivo, limitada para atender aos preceitos metodológicos utilizados nas pesquisas de História.

Houve mais uma barreira que enfrentei: o medo que os brincantes tinham de assinar o termo de livre consentimento exigido pelo Comitê (ver anexos). Aqueles que não sabiam ler e nem tinham familiares que lhes auxiliassem, tinham receio de ser outro tipo de documento que, de alguma forma, pudesse trazer problemas futuros. Também entrevistei um representante da municipalidade no período estudado, infelizmente as barreiras impostas pelo mesmo para conceder a assinatura do termo, inviabilizaram a utilização do relato tal qual a metodologia aconselha.

Por fim, tive dificuldades em lidar com as disputas entre os grupos e destes com o poder municipal, representado pela Secretaria de Cultura. Eram rixas que, até aquele momento, não tinha ideia de como me posicionar para tentar estabelecer um elo de confiança com os mestres, processo que não foi nada fácil, mas com persistência e colaboração de alguns creio que consegui coletar entrevistas relevantes, que farão presentes ao longo deste trabalho.

Levando em consideração o valor dos bens dinâmicos que compõem o cenário cultural brasileiro, é que me propus a conduzir esta pesquisa nos caminhos dos estudos culturais com ênfase na questão do patrimônio imaterial ou intangível.

Para tanto, me detive sobre as discussões e conceitos de Michel de Certeau e Roger Chartier, que me auxiliaram na jornada interpretativa da prática cultural em estudo. Também,

serão utilizados, do primeiro, os conceitos de tática e estratégia e, do segundo, os de apropriação e representação, para problematizar as relações estabelecidas entre os brincantes com o Reisado, destes com a Festa de Santo Antônio e a ligação com o poder público municipal.

Nesse sentido, sabendo que a cultura não mais representa algo puramente popular ou erudito, mas sim um espaço onde trocas simbólicas são feitas constantemente, onde a existência de uma verdadeira miscelânea de elementos em confluências inviabiliza qualquer tentativa de definir onde cada um deles começa ou termina, me levou a dividir essa dissertação nos seguintes capítulos:

Inicialmente, tento falar dos sentidos históricos construídos em torno do surgimento do Reisado de Congo. Em outras palavras, a cultura histórica elaborada pelo convívio social.

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95)

Dessa forma, parto de relatos de brincantes² que façam referência à complexa rede de elementos simbólicos que possivelmente teria influenciado a constituição da prática. Em seguida, dedico um tópico para tratar da estrutura do folguedo. Os personagens, a disposição espacial e as características de cada função.

No capítulo seguinte, intitulado “Entronamento dos Reis na Festa”, tento fazer uma explanação de como era o Reisado na década de 1960 e as mudanças ocorridas em 1970, momento que passam a brincar na Festa de Santo Antônio por intermédio do convite do poder municipal, em parceria com a paróquia local. No último tópico do mesmo capítulo, falo da valorização das práticas populares pelo turismo e o surgimento dos festivais folclóricos caririenses, possível responsável por aguçar a rivalidade entre os grupos.

Por fim, proponho aprofundar as questões das disputas entre os mestres, homens que ainda insistem em tentar mostrar quem era ou é o melhor na espada, na dança, no cântico e no

² A maioria dos Reisados de Congo de Barbalha é composta por pessoas do sexo masculino. A exceção que pude me deparar foi o grupo familiar do mestre Antônio José do Alto do Rosário, cujo contra mestre e o rei são representados respectivamente por Zé Nilma e Adriana, esposa e filha de mencionado brincante.

comando do grupo. Tratam-se de artimanhas utilizadas pelos brincantes para se diferenciar dos demais e, com isso, adquirir maior credibilidade diante da comunidade e do poder público. É aí que procuro perceber as “Redes de Interdependências entre Brincantes e o Poder Municipal”, na permanência e incentivo do folguedo, entendendo que essas maneiras de fazer constituem as práticas por meio das quais ocorre a (re)apropriação do espaço sociocultural por seus produtores e consumidores: táticas silenciosas utilizadas pelos brincantes para conquistar seu reconhecimento pelos demais grupos sociais locais (CERTEAU, 1994, p. 46). No meu entendimento o poder municipal faz uso de estratégias para atrair turistas, dinamizar a ideia de cidade tradicional e adquirir apoio e incentivo financeiro de políticos e empresas interessados na região.

A par das disputas entre os brincantes e a relação estabelecida com o poder municipal, proponho-me a falar da necessidade de tirar licença judicial para transportar e brincar com as espadas, pois como pude perceber pelos relatos orais, houve momentos que o folguedo foi utilizado como meio de resolver pendências entre brincantes, a ponto de chegar ao extremo de ocorrerem mortes e acidentes.

Foi esse o caminho que segui para estruturar a dissertação. Reconheço a existência de muitas outras possibilidades a ser trabalhadas e de questões a serem respondidas, deixarei os desafios a outros que desejarem seguir nas linhas interpretativas da histórica cultural.

Assim, só me resta desejar uma leitura agradável e produtiva.



2 - CORTE SIMBÓLICA DOS REIS DE CONGO: VOZES QUE CONSTROEM O AUTO

2.1 - Em busca de um sentido histórico

No dia 17 de janeiro de 2010, fui ao sítio Lagoa em Barbalha. Tinha informação que lá residiam alguns mestres e brincantes detentores de saberes relevante a essa pesquisa. Foi assim que naquela mesma tarde cheguei à modesta casa de Olímpio Ludugério.

A recepção foi acolhedora. E na sala de estar da residência do atual decurião dos penitentes (ver foto abaixo) começamos a conversar sobre o Reisado.

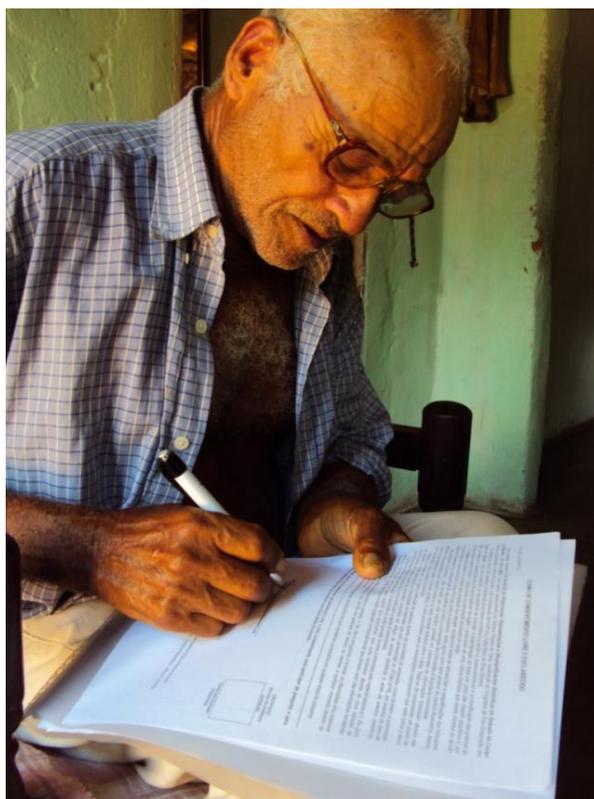


Figura 1 - Olímpio Ludugério da Paixão (decurião dos penitentes do Sítio Lagoa e ex-mestre do Reisado de Congo). Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Com o consentimento do ex-mestre do Reisado de Congo de Barbalha foi possível gravar o depoimento. Em um dos trechos do relato de Olímpio Ludugério, pode-se notar a existência, entre brincantes da região, de uma suposta espada de Dom Pedro II:

Porque eu num lembro, se ele ainda for vivo. Porque uma espada de Dom Pedro II só quem tinha uma era Luís Boneco no Juazeiro do Norte, mais num sei se ele... sei aí que o véi [sic] Chico Boneco fazia as espada imitando a de Dom Pedro, porque era pra nossa. As nossas espada quem fazia era esse Olímpio Boneco no Juazeiro. Nós comprava elas por, primeiro espada que ele fez foi duzentos mil réis prá mim, aí ele fez quatro espada por seiscentos mil réis, aí ele fez mandou as espada pra mim. Mas na casa dele mesmo, na casa de Olímpio Boneco tinha uma espada pendurada que ela era de bainha, bem alumientinha [sic] chega brilhava que do tempo da mãe dele, desses véi que já eram véi. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A associação a Dom Pedro II talvez remeta às práticas do século XIX, pois, segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.248), “as elites e o sistema monárquico” utilizavam da instituição dos reis simbólicos exibidas nas festas de Nossa Senhora do Rosário como elemento disseminador do poderio do “Império brasileiro”.

Sabe-se que era durante as festas realizadas em homenagem aos santos de devoção dos negros, na época do Brasil Império, que os cativos encontravam seus momentos de autonomia, ou seja, o espaço apropriado para conversar, cantar, dançar e executar seus folguedos religiosos, com a permissão dada pelos seus senhores.

As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial, de Eduardo Campos (1980), mostra como ocorriam as comemorações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário nas localidades de Fortaleza, Sobral, Aracaty, Icó, Quixeramobim, Russas, Santa Quitéria, Crato e em Barbalha.

As festas devocionais eram compostas por dois momentos, um voltado para os ritos religiosos e outro para o “laico com a realização de leilões, cortejos e coroações dos Reis de Congo” (FUNES, 2004, p.122).

Todos os anos, os escravos de Barbalha e do Crato saiam às ruas com indumentárias reais para festejar o Reis de Congo, folguedo religioso de elementos africanos utilizado pelos brancos e pela Igreja como instrumento de aculturação, controle e transmissão de padrões de valores a serem aceitos pelos cativos.

Ao adentrar o espaço da festa, todos os olhares se voltavam para a corte fictícia, que dominava a cena da celebração. Os atores leigos viam na comemoração uma oportunidade de homenagear a santa de devoção e de fugir, mesmo que provisoriamente, da vida diária e

hierárquica. A cultura cômica parecia construir, nesses momentos, “um segundo mundo e uma segunda vida” (BAKHTIN, 1993, p. 5), que não é outra coisa senão a vida festiva e popular, cuja base se localiza no princípio do riso e da inversão social.

A festa, portanto, passa a implicar subversão da ordem, porque se “alguns indivíduos podem manter o simulacro das normas respeitadas enquanto preparam a violência de uma destruição estudada, outros, nas mesmas condições, destroem a linguagem e a aparência da normalidade” (DUVIGNAUD, 1983, p.33).

As subversões às normas poderiam ocorrer, assim, de formas sutis sem que os senhores de escravos percebessem os usos distintos que eram feitos com as práticas. Um exemplo seria a oportunidade de se fazerem perceber enquanto agentes ativos e dignos de respeito, pelo menos naquele momento da comemoração.

As festas em homenagem aos santos de devoção dos negros eram comandadas principalmente por leigos cativos associados às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. A confraria em questão tinha finalidades sociais e religiosas, especificadas em um termo de compromisso aceito e referendado pelos irmãos filiados.

Vale ressaltar que não são todos os compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que especificam o entronamento de “reis e rainha negros devidamente aparatados com vestes e insígnias reais” (REIS, 2004, p.62). No Cariri cearense, por exemplo, só há referência ao Reis de Congo no termo da confraria da cidade do Crato, transcrito no livro *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial*, de Eduardo Campos. As alusões referem-se ao tipo de indumentárias a serem utilizadas pelo rei, pela rainha e demais acompanhantes:

Art. 25 – São somente excepcionados d’ella, nas festas ou procissões solemnes, o rei, os mestres de campo e o arauto. O primeiro, além da corôa, sceptro e manto, cingirá espada, os segundos poderão igualmente cingi-la; o arauto conduzirá uma vara com pouco mais de uma braça de comprimento, ornada de flores.

Art. 26 – O rei e a rainha, cingirão a tira collo bandas de côres nacionais; a mesma cousa observarão os mestres de campo e damas de honor ou açafatas, as quaes teem o direito de segurar de cada lado o manto da rainha, e trazer por distinctivo um ramo de flores brancas. (CAMPOS, 1980, p.51)

A descrição dos trajes a serem usados pelos irmãos de confraria demonstrava que deveria haver toda uma organização para que a festa se tornasse uma cerimônia ostensiva e de respaldo na comunidade local. Portanto, conhecendo o valor religioso e político-pedagógico associado aos Reis de Congo, os donos dos escravos, juntamente com a Igreja Católica,

resolvem consentir aos cativos o direito de efetuar seus festejos em homenagem à santa nas ruas e de se fazerem ser coroados pelo sacerdote na igreja, preferencialmente.

Em *O Crato de Meu Tempo*, o jornalista Paulo Elpídio de Menezes, que nascera em 1879, rememora uma festa que presenciou em determinada noite no Crato da sua juventude:

Ao pé da calçada de uma das principais famílias, vêem-se duas cadeiras juntas. Em cima, toda mobília está ocupada pelas pessoas da casa e inúmeros convidados. Na rua, o povo se aglomerava. Aproxima-se o momento, esperado com impaciências... Ouve-se, ao longo, em coro de vozes grossas e finas:

“Oh, pretinhas do Congo, para onde vão?

- Vamos ver o rosário, para festejar.” (MENEZES 1985, p. 26)

Com base no relato do autor, percebe-se que a celebração leiga possuía credibilidade entre a elite e a comunidade local, a ponto de uma das principais famílias do Crato ceder a calçada e alguns móveis para ornamentação do cenário. Em meio ao aglomerado de pessoas nas ruas, eles davam sequência à encenação:

Vem na frente do cordão o secretário: - saio encarnado, meias até o joelho, sapatos grosseiros, mas de entrada baixa; nas orelhas, argolas douradas. Em seguida, as anganas [damas que divertiam o rei Dom Cariongo]: dez pretos novos, alguns quase meninos, vestidos de saias curtas com balão, meias e sapatos de entrada baixa; nas cabeças, uma coroa dourada. Formam duas filas. Por último, o rei e o príncipe. O primeiro traz sobre os ombros amplo manto azul, com estrelas de ouro; calça branca, comprido cajado e coroa dourada; o segundo, também de calça branca, capa encarnada, ornada de estrelas de prata. Ambos armados de espadas, presas a um cinto prateado. Por último, o exército inimigo fardado de branco, quepes vermelhos; os soldados de sabre na cintura. O do tambor vem na frente, ruflando a caixa. O general, ao lado, de espada em punho. Essa “força”, ao aproximar-se, faz alto a certa distância. Enquanto isso, a Corte toma chegada: O rei e o príncipe, na vanguarda. (MENEZES, 1985, p. 27).

Ao descrever a disposição espacial do grupo, no momento de chegada ao local destinado à encenação, Paulo Elpídio apresenta pontos similares à organização dos Reisados de Congo existente na região caririense do Ceará. Nota-se que ambas as danças têm duas filas compostas por integrantes vestidos com saias vermelhas, meias até os joelhos, com coroas douradas na cabeça e espadas de metal na cintura. A variação é que não há secretário, mas embaixador, não há príncipe e nem general, embora no Reisado haja mestre, contramestre e contra-guia, e não há o hábito do rei usar calças, mas saias vermelhas com calção por baixo.

Todavia, é comum a variação de roupas de um grupo para o outro, e diferentemente dos Reis de Congo do Crato, os de Barbalha se colocavam de outra forma:

Rei e rainha apresentavam-se no cenário engalanados com grandes uniformes, manto encarnado de fazenda fingindo púrpura pendente dos ombros, espelho redondo ao peito fazendo de comenda, medalhões de aljófar, ambos os reis coroados com coroas de papelão, enfeitadas com papel de lacre que brilhava ofuscando a vista dos presentes. Tinham sua corte composta de guerreiros, empunhando lanças e vestindo todos grande uniforme, à romana, de côres mais bizarras e variegadas (...). Aparece, então o embaixador trajando calções escarlates até os joelhos, meias pretas e sapatos de entradas baixas, com fivelão parecendo de ouro, casaca azul afogando-lhe o pescoço e caindo em compridas abas abaixo da costura, de onde se deixava ver suspensa uma espada. (PINHEIRO, 1963, p. 534).

Os trajes reais proporcionavam desse modo, um ar de imponência aos usuários. Naquele momento, eles não eram apenas escravos, mas uma corte real “com suas vestes de gala, capas, tochas, bandeiras, andores, cruces e insígnias em pomposas procissões, seguidas de danças e banquetes” (REIS, 2004, p.61). As cores³ das indumentárias também tinham um sentido próprio que variava conforme a compreensão empregada pelos grupos que faziam seus usos.

A “ata lavrada em 02 de fevereiro de 1921, em memória da bênção da Igreja do Rosário, em Barbalha, por D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva”, destacada por Irineu Pinheiro, no livro *Efemérides do Cariri* (1963, p. 534), faz menção que a encenação teatral se destacava nas comemorações, do Natal ao Dia de Reis, no século XIX. O estudioso da região caririense acrescenta ainda:

O enrêdo era simples e versava em tórno de uma guerra, na qual um povo ignorado triunfava dos Reis Congos e lhes mandava um embaixador exigindo que o príncipe herdeiro da Coroa jurasse fidelidade e afirmasse vassalagem perpétua aos seus dominadores, vassalagem, aliás, já imposta e aceita pelos próprios Reis Congos. (...) O embaixador, em tom arrogante, obtém a confissão de submissão do rei e exige o juramento do príncipe. Rei e rainha, humilhados em soberania, acovardados e miseráveis, imploraram ao príncipe o juramento que havia de pôr termo à luta. O príncipe resiste intransigente, a rainha, vendo-se perdida, faz um voto à Virgem do Rosário. A resistência do príncipe salva a situação, trocam-se, então, os papéis, a luta continua, o tinir das espadas casa-se com a dos canhões guerreiros, agora

³ “Gilberto Freyre observa que nas etnias formadoras da cultura brasileira, o vermelho era cor da proteção e da profilaxia. Para os portugueses, o encarnado era a cor do amor, do desejo e do casamento. Entre os negros, encontra-se também esta preferência pelo vermelho: “Nos nossos maracatus e reisados, o rei de Congo ou a rainha aparece sempre de manto vermelho; e encarnados são sempre os estandartes, com cabeças de animais ou ofícios pintados ou bordados a ouro.” (FREYRE 1978, p. 106). Do mesmo modo, o vermelho é cor predileta entre os índios, como cor profilática, tonificante, erótica e com poderes mágicos sobre a caça. Daí a crença muito difundida de que o vermelho exerce poder atrativo sobre os animais, particularmente sobre o boi.” (BARROSO, 1996, p.41). O gosto por brilhos, cores primárias e dos tons fortes talvez tenha relação com sua origem africana (BARROSO, 1996, p.243-244). Já “as tradicionais cores azul e branca dos congueiros foram substituídas pelas nacionais - verde e amarela” (ARAÚJO, 1964 apud BARROSO, 1996, p.61)

reanimados pela força de vontade de seu chefe, sendo vencido e feito prisioneiro o embaixador com seu trôço. (PINHEIRO, 1963, p. 534-535)

Nessa versão, o príncipe resiste e prende o embaixador. Se este é libertado e volta ao combate, como de praxe em outros grupos, ou se a encenação termina com a clausura do guerreiro, não há como saber. O que é notório no relato de Irineu Pinheiro é a devoção à *Virgem do Rosário*.

De acordo com a tradição, os Reis de Congo faziam exibição nas festas organizadas pelos escravos em louvor a Nossa Senhora do Rosário, santa protetora dos negros. A encenação teatral era uma forma de “interpretar microeventos cotidianos” (BURKE, 2005, p. 55), que tinham relação com os combates travados entre dois reinos cristãos e pagãos africanos, ocasionando a “conversão” dos Reis de Congo ao cristianismo⁴ (SOUZA, 2006, p.101).

Assim, foi incluída nos folguedos de Reis de Congo, uma parte dramatizada, que mais parece com as versões lendárias contidas na “História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França”, poema épico que “narra a vinda de Carlos Magno à Península Ibérica para combater os mouros, no século VIII” (BARROSO, 1996, p.77).

A questão é que as festividades dos Reis de Congo de Barbalha eram comandadas por negros escravos⁵ que, mais tarde, vieram a integrar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

⁴ Há quem diga que o Reis de Congo é uma forma de luta teatral utilizada pelos escravos vindos da África Centro-Ocidental, para homenagear o antigo reino africano que sucedeu a do “manicongo existente no século XV, século da conversão do primeiro soberano congolês ao catolicismo” (VAINFAS; SOUZA, 1998, p.96). Segundo Ronaldo Vainfas e Marina de Mello e Souza, com a conversão do rei e aquisição de nomes dos da “Casa d’El-Rei de Portugal” (VAINFAS; SOUZA, 1998, p.100), dar-se início a combinação de cosmogonias diferentes, resultando num processo de africanização da religião cristã. Com a morte de manicongo agora chamado de Dom João I do Congo e dos filhos que lhe sucederam, o trono passou para o domínio de Garcia Afonso II, rei entre os anos de 1641 a 1663. A administração desse soberano foi marcada pela “deterioração das relações luso-congolesas” e aproximação com os representantes do governo holandês (VAINFAS; SOUZA, 1998, p.103). Assim, nos anos iniciais do governo de Afonso II, foram enviadas ao Recife duas embaixadas para tratar com João Maurício de Nassau das questões envolvendo o território angolano (SILVA, 1988, p.17). Leonardo Dantas Silva cita o documento escrito por Gaspar Barlaeus, que relata as danças executadas pelos africanos durante a visita: “Vimo-lhes as danças originais, os saltos, os temíveis floreios de espadas, o cintilar dos olhos simulando ira contra o inimigo. Vimos também a cena em que representam o seu rei sentado no sólio e testemunhando a majestade por um silêncio pertinaz. Depois, vimos a cena dos embaixadores vindos do estrangeiro e adorando o rei, conforme o cerimonial usado entre as suas nações, as suas posturas, a imitação das suas cortesias e mostras de acatamento, cousas que, para divertimento dos nossos, exibiam, um tanto alegres depois de beberem” (1988, p.17). Talvez aí esteja o elemento motivador para elaboração de embaixadas teatrais nos Reis de Congo e no Reisado: fazer referência à passagem dos embaixadores congolezes por Recife.

⁵ De acordo com Maria Yacê Cardeial Feijó de Sá, “Em 1858, por exemplo, Barbalha tinha 10.875 almas livre e 651 escravos. Em 1872, os livres haviam aumentado para 13.360 enquanto os cativos se reduziam a 415” (NORÕES, 1977 *apud* SÁ, 2007, p.108).

É pertinente lembrar que essas confrarias só poderiam funcionar se uma igreja lhe abrigasse e se seu compromisso fosse aprovado por “autoridades eclesiásticas” (REIS, 2004, p.49). No caso do Ceará, os preceitos e normas estabelecidos no compromisso deveriam ser aceitos pela Assembléia Provincial e obedecidos pelos irmãos da confraria.

O *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Barbalha* foi aprovado pela Lei nº 938, datada de 11 de agosto de 1860 (OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 486- 489, Tomo III), dez anos depois foi aprovado o da cidade do Crato, pela resolução provincial nº 1.371, de 26 de novembro de 1870, aprovada pelo Presidente da Província do Ceará, Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques (CAMPOS, 1980, p. 48).

As irmandades deveriam ser compostas por devotos de ambos os sexos, de todas as cores e condições sociais, sendo contudo privativa dos pretos escravos o séquito régio e a administração da irmandade, exceção feita à irmandade do Crato, que poderia ser integrada por pessoas de ambos os sexos e cores. No geral, a composição dos quadros administrativos e as atividades que desenvolviam não variavam muito:

A administração de cada confraria ficava a cargo de uma *mesa*, presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores – a denominação variava -, e composta por escrivães, tesoureiro, procuradores, consultores, mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reunião, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistências aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades. (REIS, 2004, p.50)

O compromisso da irmandade de Barbalha só veio a ser promulgado em primeiro de “setembro de 1865, por carta presidencial”. E no dia três de dezembro do mesmo ano a associação leiga se instala no consistório da matriz barbalhense de Santo Antônio⁶ (PINHEIRO, 1963, p.147), passando a se tornar um importante meio de propagação do catolicismo popular e de ação social da localidade.

Através das irmandades, os escravos tinham a possibilidade de participação, mesmo que reduzida, na vida social e religiosa do lugar. Elas mantinham uma espécie de caixa, que proporcionava ajuda aos escravos, como, por exemplo, auxílio funerário e chegavam até mesmo a pagar pensão às viúvas de escravos. Durante as festas realizadas pelas irmandades, os negros tinham um papel muito importante, pois os senhores de engenho permitiam que eles

⁶ A capela foi edificada no século XVIII pelo capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá (PINHEIRO, 1963, p. 47).

criassem seus próprios reis e se apresentavam em alguns dias do ano. (*Diário do Nordeste*, 16 abr. 2006, p. 1)

Através da instituição da religião católica, a confraria laica conseguia coroar um rei e uma rainha dos grupos aos quais os negros pertenciam e a estes eram concedidos o poder de atuar como intermediários nas relações com os senhores brancos. Ou ainda, de “poderem circular na cidade e nas fazendas, trazendo informações sobre o que estava ocorrendo nas outras províncias” (SOUZA, 2006, p.96).

Com a política de romanização instituída pela Igreja Católica a partir do final do século XIX, objetivava-se restaurar uma religiosidade mais próxima aos ditames de Roma, em crise desde o século XV, e unificar a religião “frente à multiplicidade social” do mundo moderno (PAZ, 2004). Tais irmandades leigas passaram a ser substituídas por entidades submissas ao controle dos clérigos, que visavam estimular o sentimento católico de seus integrantes (BEOZZO, 1977 *apud* SOUZA, 2000, p. 135-136).

Em linhas gerais, os historiadores usam o termo “romanização” para caracterizar as diretrizes adotadas pelos dirigentes da Igreja Católica na segunda metade do século XIX. Sobretudo depois do Concílio Vaticano I (1869-1870), as políticas da Santa Sé desenvolveram várias ações no sentido de fortalecer a hierarquia no funcionamento da estrutura clerical (RAMOS, 2004, p.350).

O processo não foi diferente em Barbalha, conforme o Livro Caixa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1891 a 1934), que hoje se encontra na Secretaria Paroquial de Barbalha, localizada aos fundos da Igreja Matriz de Santo Antônio. De acordo com o observado no livro, durante alguns anos, sobretudo na década de 1930, as famílias Barreto Sampaio e Duarte Grangeiro, que compõem até hoje a elite local, ficaram responsáveis por administrar, bem como por promover a construção da Igreja do Rosário nas proximidades da matriz, ideia almejada no século XIX pelos homens de cor da região (PINHEIRO, 1963; ITAYTERA, 1986).

Tal Irmandade foi extinta em Barbalha, possivelmente, em fins da década de 1930, data dos últimos documentos encontrados e disponíveis na Secretaria Paroquial de Santo Antônio. Não se sabe ao certo o porquê da desativação, e talvez com ela o folguedo dos Reis de Congo tenha chegado ao fim.

A bricolagem dessa dança dramática com o Bumba meu Boi, cujo aparecimento remonta ao início do século XVIII, período das entradas de gado de Pernambuco e da Bahia,

possivelmente teria constituído o Reisado de Congo, como aponta Oswaldo Barroso (1996, p. 46). Trata-se de um folguedo de motivação africana e de evocação à visita dos Três Reis Magos ao Deus menino, que faz parte do teatro tradicional popular brasileiro (CASCUDO, 1988, p. 669).

Como já mencionado, a adição de novos sentidos talvez seja uma forma de firmar a prática enquanto monarquia fictícia ou de manter elementos que remetem ao período de ação da corte portuguesa no Congo e no Brasil.

Pois era nos momentos da comemoração que as relações se difundiam, podendo constituir uma compreensão aglutinadora de realezas distintas e de poderes desiguais.

Com essa “capacidade semiótica” de fazer com que a “desigualdade encantasse”, por meio das cerimônias públicas — em cortejos ou à frente das procissões, usando seus trajes de gala —, a monarquia transformava suas aparições em espetáculos, pelo menos até os anos [18]70. Os motivos eram variados — natalícios, feitos históricos, festas religiosas oficiais —, mas em todos montava-se a mesma maquinaria do espetáculo, que transformava realidade em representação. (SCHWARCZ, 1998, p.248)

Nos termos de Roger Chartier (1990, p.20), a representação é utilizada para especificar a relação “de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este”. A espada de Dom Pedro II que o ex-mestre do Reisado de Congo do Sítio Lagoa, em Barbalha, e atual decurião dos penitentes Olímpio Ludugério da Paixão menciona pode ser uma manobra tática utilizada pelos brincantes para afirmar a superioridade do grupo em termos simbólicos ou talvez identitários em relação aos outros. Ou ainda, pode simbolizar o inverso, um objeto presente de uma imagem ausente do imperador, herança talvez das representações construídas durante o período Imperial, que teriam sido divulgadas pelos atores sociais que compartilhavam o espaço das festas.

Tal relação é possível, haja vista que ainda hoje algumas famílias barbalhenses são favoráveis ao retorno da monarquia. Veja-se, por exemplo, parte dos dados do plebiscito ocorrido em 1993:

TABELA 1 – RESULTADO POR MUNICÍPIO DO PLEBISCITO - 1993

MUNICÍPIO	COMP.	ABST	APTOS	SEÇÕES EXISTENTES E APURADAS	FORMA DE GOVERNO			
					MONARQUIA	REPUB	BRAN.	NUL.
BARBALHA	14.995	6.991	21.986	76	1.766	9.849	1.786	1.594

CRATO	36.191	18.009	54.200	204	2.725	24.946	3.956	4.564
JUAZEIRO DO NORTE	64.469	36.422	100.891	350	9.938	37.125	7.221	10.185

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados extraídos do Resultado por Município do Plebiscito – 1993, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Secretaria de Informática, Coordenadoria de Estatísticas e Informações, Seção de Estatísticas Eleitorais. Disponível em <http://www.tre-ce.gov.br/tre/download/Plebiscito%201993.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2010.

Pelos dados acima constata-se que um pouco mais de 11,7% do eleitorado de Barbalha, dentre os que compareceram no plebiscito, votaram a favor do retorno da forma de governo monárquico. Crato aparece com um pouco mais de 7% e Juazeiro do Norte, com mais de 15% dos eleitores. Isso talvez explique o porquê de alguns brincantes do Reisado de Barbalha questionarem se o imperador Dom Pedro II ainda está vivo.

De fato, existia uma “espada, com as iniciais do imperador gravadas no cabo” (BARROSO, 1996, p.244). Ela era de propriedade do já falecido mestre de Reisado alagoano, Olímpio Boneco, que residiu por muitos anos em Juazeiro do Norte.

A arma proporcionava um sentido especial ao grupo de Reisado que Olímpio Boneco comandava. Então, a pedidos de outros brincantes, passou a confeccionar e comercializar réplicas da espada real.

Quando pressentiam a morte, alguns brincantes cuidavam em repassar seus bens simbólicos para outros que se propunham a dar sequência ao patrimônio de que eram representantes legais. Nesse processo se constrói todo um sistema de valores simbólicos em torno de determinados objetos.

Foi possível entender melhor essa questão, quando foi entrevistar Luís Tomé:

Quando meu padim morreu, me ensinou, ele deu a espada Dom Pedro II que ela hoje tá emprestada acolá. Que eu emprestei, que eu negocie um negócio. Foi meu padim que me deu. Essa espada vale tanto dinheiro, que em vez em quanto chega uma pessoa e leva ela emprestada dois dia, três dia, quatro dia. (...) Dom Pedro II, essa espada tem mais de setenta ano. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Ao mencionar a importância da herança em termos monetários, o mestre Luís Tomé do Reisado de Congo denota uma consciência de que a espada, por ter sido do imperador, tem um valor inestimável. Acrescenta, ainda, que é comum emprestar a espada aos brincantes, reforçando o valor simbólico agregado ao bem cultural, com a possibilidade de proporcionar ares de imponência e realza ao grupo que da espada fizer uso.

Percebe-se, portanto, que o folguedo em estudo dispõe de elementos históricos e culturais que possibilitam ao historiador apreender os tipos de relações estabelecidas pelos homens simples que o pratica(va)m.

A cultura tida por popular produz, assim, um tipo de paródia da vida cotidiana, paródia essa a ser vivenciada em ocasiões específicas, em que o “sistema das imagens da festa popular” tinha, ainda segundo Mikhail Bakhtin, “uma existência integral, carregada de um importante sentido nas diferentes formas dos folguedos públicos” (1993, p. 171).

Assim, motivada pelos fios que ligam o Reisado de Congo aos Reis de Congo, procurei abordar aqui os sentidos históricos que perpassam indiretamente as memórias e, diretamente, os saberes dos brincantes do Reisado do município de Barbalha. Pois, embora tenham elementos diferentes, a estrutura e a encenação das batalhas entre os dois reinos permanecem ainda vigentes de maneira ressignificada.

2.1.1 - “A Batalha de Cristãos e Mouros”

Roncesvales era passagem obrigatória para quem, na Idade Média, transitava entre a Península Ibérica e o restante da Europa. Por seu vale atravessava o caminho dos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela - cidade sagrada da cristandade. E foram aqueles romeiros que, a partir do século IX, passaram a difundir os fatos da batalha de Roncesvales, que logo se tornariam lendários. Trovadores, menestréis e cegos andarilhos encarregaram-se de espalhar a épica de Carlos Magno por Espanha e Portugal que posteriormente chegaria às terras do Novo Mundo e ao Nordeste brasileiro. (BARROSO, 1996, p.77)

A temática da luta dos cristãos contra os mouros em Roncesvales passou a ser utilizada na composição do enredo popular em algumas práticas culturais existentes no Brasil, tais como a Mourisca, a Cavalhada, as Cheganças, as Congadas e os Reisados.

Um grande espetáculo nasce “da unanimidade com que se erguem os protagonistas heróis, no caso toda a Liga, encarnação da Cristandade, contra o vilão, ou seja, o Turco infiel” (MEYER, 1995, p. 14). É interessante, portanto, observar de perto a construção desses saberes, pois, como diz José Guilherme Cantor Magnani (1998, p.19), “se existem é por que possuem um significado para aqueles que os praticam”.

Desse modo, motivada por compreender os interesses sócio-culturais em jogo na construção das representações dos grupos de Reisado de Congo do município de Barbalha, dirigi-me até as residências dos mestres e brincantes para conversar sobre o referido folguedo.

Assim sendo, fui à casa do mestre Francisco Belizário do Reisado de Congo do sítio Lagoa, Barbalha. Lá, expliquei o motivo da pesquisa e pedi a autorização para fotografá-lo e gravar a entrevista. Ele aceitou e até se prontificou a fazer poses com o violão para ficar bonito na foto (ver imagem abaixo).



Figura 2 - Francisco Belizário dos Santos, conhecido por mestre Tico Neve do sítio Lagoa, Barbalha. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Em meio à conversa, Francisco Belizário relatou que o surgimento e desenvolvimento do saber estava associado a:

Um livro vei que a gente tinha acabou-se, um livro que Alexandre vinha atrás de Alexandria e tinha o toco de Alexandria. Pois é tinha aqueles livro véi antigo que tinha as embaixada desafiando um com o outro né. Aí tinha o encontro deles no ferro que nem diz a história de Santo Reis do Oriente. Que ele primeiro ele teve o encontro com Ferrabrás e Ferrabrás era a favor dos branco, dos rico e ele era dos pobre. Mas que encontro foi esse? Só em poesia e desafio, aí eles foi treina no cassete, foi no pau. Nesse ano não era espingarda, nem revólver não, no pau viu. Oriente perdeu. Quando Oriente perdeu, ele combinou com o grupo dele e juntou um grupo de cem homem e fez cem espada, e convidou pra... contra ele de novo. E eles vinheiro pra cima, quando chegaram viu os cem homem tudo armado nas espada de aço,

aí obedeceram, tiveram medo. Então, Oriente foi o campeão, venceu e ficaram numa boa né. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

A inserção da epopéia carolíngia no Reisado de Congo caririense confirma a força da circularidade existente entre uma cultura letrada dominante e uma oral ordinária. Esse movimento de influências recíprocas proposto por Mikhail Bakhtim e em sentido similar por Carlo Ginzburg (1987, p.12), se torna importante para entender como o conhecimento é construído a partir das interpretações realizadas sobre uma dada realidade. E ajuda a localizar o crivo encarregado de selecionar e re-elaborar as informações, conforme as concepções e interesses em voga.

É o caso do moleiro italiano perseguido pela Inquisição. Menocchio, assim como é conhecido o protagonista do *O Queijo e os vermes* (GINZBURG, 1987), moldou a cultura escrita que teve acesso na cultura oral da qual era herdeiro, de forma a relacionar elementos do cotidiano com a sua religião cristã, aspectos que fazem parte da tradição semi-pagã camponesa em mistura com a Católica Apostólica Romana, produzindo uma compreensão do cosmo cujas bases remontam às tradições camponesas oriundas das migrações e das relações sociais existentes durante a Idade Média.

Algo similar acontece com os mestres do Reisado de Congo. Eles tiveram acesso à parte da epopéia de Carlos Magno o que pode ter ocorrido mediante a oralidade, ou da interação com andarilhos e violeiros encarregados da divulgação da literatura de cordel na região do Cariri cearense. Ou ainda, pode ter ocorrido pelo contato direto com o folheto intitulado *A Batalha de Oliveiros contra Ferrabrás*, e sobre este efetuaram suas interpretações.

O folheto em questão teve maior circulação no Cariri a partir de 1949, ano em que “José Bernardo da Silva, romeiro alagoano estabelecido em Juazeiro do Norte, Ceará” (CARVALHO, 2005, p.11), compra do cordelista e editor João Martins de Athayde o acervo que eram produzidos no Recife, de autoria do poeta Leandro Gomes de Barros, falecido em 1918.

Com o poeta empreendedor José Bernardo da Silva, a produção e expansão dos cordéis pela região do Cariri cearense se intensificam gerando, conseqüentemente, apropriação do conteúdo pelos trabalhadores rurais residentes na região de Barbalha.

Entre as obras de grande repercussão no comércio de cordel estava a “A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás”,⁷ poema que faz referência à lendária “História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França”⁸, traduzida em Lisboa no século XVIII do castelhano para o português por Jerônimo Moreira de Carvalho (BARROSO, 1996, p.60; MEYER, 1995, p.97), médico do Partido da Universidade de Coimbra, dos Exércitos da Província do Além-Tejo e físico-mor do Reino do Algarve (CARVALHO, 1863).

Vale ressaltar que essa grande epopéia é dividida em cinco livros que abordam as ações empreendidas pelos reis católicos da França na empreitada das cruzadas cristãs⁹. Sendo que o primeiro livro trata da eleição de Carlos Magno ao posto de Imperador¹⁰ de Roma, já o segundo menciona a batalha de Oliveiros com Ferrabraz¹¹ resultante na derrota e, conseqüentemente, na conversão do turco ao cristianismo, além de descrever a prisão dos doze pares e outras proezas praticadas.

O terceiro aborda o aparecimento do apóstolo São Thiago a Carlos Magno e de batalhas por ele travadas. O penúltimo, dentro outros assuntos, vai tratar da morte dos doze pares da França. E o último livro fala “do nascimento, e morte de Roldão”, um dos doze pares cristãos (CARVALHO, 1864, p.5).

Dentre todos esses livros, o que mais veio a exercer influência na produção do folheto de Leandro Gomes de Barros foi o segundo. Por isso, denominou o cordel de “A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás”.

⁷ O cordel está datado com o ano da primeira edição (1913), mas trata-se de uma reedição com paginação e pontuação diferente da primeira. Ver BARROS, Leandro Gomes de. *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás e A Prisão de Oliveiros e seus companheiros*. Direção de Gregório Nicoló. Coleção Luzeiro Literatura de Cordel. São Paulo: Editora Luzeiro Limitada, s/d.

⁸ A primeira edição data de 1525, trata-se de uma versão em espanhol traduzida do francês por Nicolas Piamonte (MEYER, 1995, p. 96; FERREIRA, 1993, XVI).

⁹ Não é do tempo de Carlos Magno, mas pertence à época em que o mais antigo manuscrito foi elaborado, ou seja, século XII e XIII (VASSALO, 1988, p.6-7).

¹⁰ Em 15 de agosto de 778, ocorre a batalha de Roncesvales. Nesse período Carlo Magno era rei, ele “só se tornará imperador em 800” (VASSALO, 1988, p.7).

¹¹ A maneira de escrever o nome do turco varia conforme a fonte. Na “História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França” o “pagão” é nomeado de Ferrabraz, diferente do cordel que é escrito Ferrabrás.

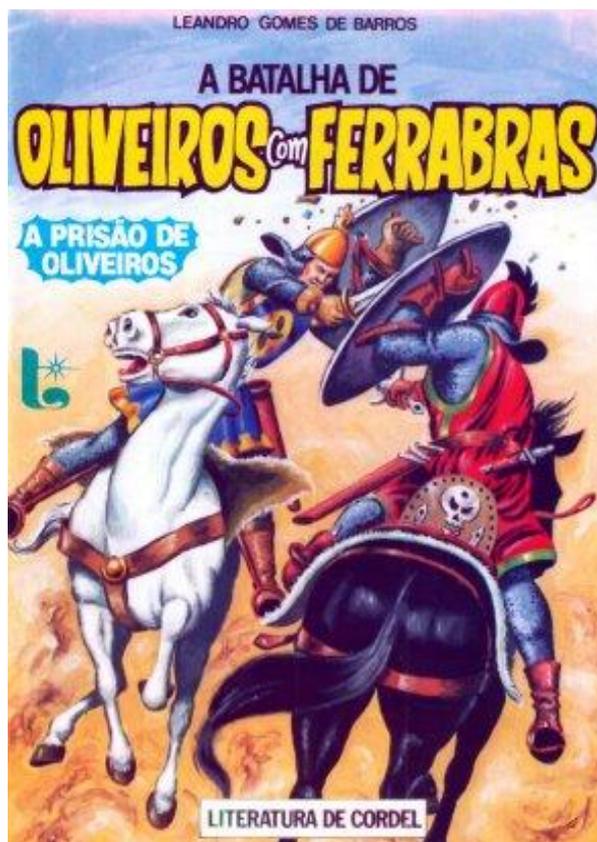


Figura 3 - Capa de uma das edições do cordel de Leandro Gomes de Barros, publicado pela Editora Luzeiro Limitada. A imagem da capa representa o confronto entre o turco Ferrabrás (vestido com trajes vermelhos) e o cristão Oliveiros, com indumentária azul.

Trata-se de uma história que envolve a batalha nos campos de Mormionda, entre o príncipe turco de nome Ferrabrás, filho do Almirante Balão, rei de Alexandria, e o ferido Oliveiros, um dos doze pares de França e subalterno a Carlos Magno.

A disputa segue com a chegada do valente Ferrabrás para desafiar um dos guerreiros cristãos à batalha. Mas ninguém se pronuncia, ele então senta em uma sombra e continua a zombar dos grandes pares sob o comando de Carlos Magno. Oliveiros, ao saber que os companheiros estavam desgostosos com rei que dedicara a última vitória aos antigos cavaleiros e que, por isso, não queria se prestar ao enfrentamento, se oferece para lutar contra Ferrabrás. Carlos Magno concede a permissão a Oliveiros que, mesmo exaurido pelos ferimentos do último confronto, sai a cavalo em direção ao turco (BARROS, 1913). Chegando lá, põem-se a desafiar Ferrabrás para batalha. Este, então indaga quem era aquele cavaleiro que o chama para a luta. A discussão toma forma com a sucessão de golpes. O turco perde e sai gravemente ferido, sendo convertido e salvo da morte.

Com base nesse breve resumo do folheto, percebe-se como Francisco Belizário cujo relato foi no princípio desse tópico citado, construiu uma interpretação particular do poema.

Logo no início, o mestre fala de Alexandre, personagem que não existe no folheto “A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás”. Talvez a menção a esse tenha ocorrido por referência à Alexandria, território onde se localiza o reino de Ferrabrás. Em seguida, ele associa o nome de Santo Reis do Oriente a um dos doze pares de França, talvez em substituição aos nomes de Oliveiros ou Carlos Magno, citados no cordel. O santo em questão talvez seja Baltazar, único negro entre os Três Reis Magos apresentado pelo ator como representante dos pobres em oposição a Ferrabrás, favorável aos brancos e ricos. Se esse último personagem luta em prol dos brancos, talvez o primeiro seja a favor dos negros, completando assim a dicotomia da distinção.

As façanhas de Oriente se misturam às de Oliveiros, num processo de bricolagem que poderia ter ocasionado a substituição dos nomes dos personagens:

Bricolagem seria o termo que mais se ajustaria ao resultado de um processo que, com fragmentos de estruturas de diferentes épocas e origens, elabora um novo arranjo no qual são visíveis, no entanto, as marcas das antigas matrizes, e de algumas de suas regras. (MAGNANI, 1998, p.67)

Essa noção da fusão de diferentes fragmentos culturais na composição de uma determinada prática serve para esclarecer os usos que os atores sociais fazem das informações recebidas. Desta forma, têm-se a consciência do caráter transitório do patrimônio intangível. As sutis adaptações se enquadravam na ideia das práticas de reutilização do saber de Michel de Certeau mencionado por Burke:

Em outras palavras, nos termos em que ele pensava, as pessoas comuns faziam seleções a partir de um repertório, criando novas combinações entre o que selecionavam e, igualmente importante, colocando em novos contextos aquilo de que haviam se apropriado. Essa construção do cotidiano por meio de prática de reutilização é parte do que de Certeau chama de “tática”. Os dominados, sugere ele, empregam táticas, mais que estratégias, porque sua liberdade de manobra é restrita, opera dentro de limites estabelecidos por outros. (BURKE, 2005, p. 103)

Tal manipulação, pode ocorrer através de apropriação e reapropriação dos saberes. No Reisado ela pode ocorrer de diversas formas, dentre as quais está a utilização do folheto na cena dramática como demonstração de luta e coragem.

O cordel servia de *script* utilizado pelos brincantes no momento de executar as cenas mais intensas do confronto, as embaixadas. Todo cenário era preparado para o espetáculo. Em seguida, os atores tomavam seus lugares para iniciar o ato. Sobre isso lembra um ex-Mateus, hoje com 84 anos de idade:

As embaixada já era pra ir chamar da guerra. As figuras aqui, as figura dum lado dançando, o reis sentado ali na cadeira e o mestre aqui [do lado], aí anunciava a peça da guerra. Quando tava perto de se acabar, o rei lá se levantava e o mestre fazia pá, aí dizia: se a levanta cavaleiro./ prepara as arma e se apronta, / pega o cavalo e se a monta/ trata ser bom guerreiro. / Ponha o corpo maneiro/ que rendeu uma falha:/ a morte entre nós se espalha/ A hora de um é chega, / passa a mão em sua espada/ e vamos entrar em batalha. (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

O rei tomava posição de confronto e os jogos com as espadas¹² de aço eram iniciados. A destreza e habilidade dos praticantes no desferir dos lances ágeis contra o oponente despertavam atenção do público, que acompanhava atentamente cada salto e golpe simbolicamente exercido pelos atores.

Note-se a semelhança na organização do cenário com a dos Congos e o enredo relatado pelo mestre àquele do cordel. Os pontos em comum podem estar relacionados ao que Roger Chartier (1990, p.17) chama de lutas de representação, maneira pela qual um grupo tenta inculcar suas concepções sociais. Dizia o estudioso da história cultural que mediante esses combates é possível entender como os indivíduos tentam impor seus valores, percepções e desejos aos outros membros de seu grupo.

Portanto, a essas lutas de representação pode ter ligação com o recitar da seguinte estrofe:

Levanta-se, cavalleiro,
 Prepare as armas se aprompte
 Pegue o cavallo, se monte,
 Trate de ser bom guerreiro
 Ponha seu corpo ligeiro
 Veja não dê uma falha.
 A morte entre nós se espalha,
 A hora de um é chegada
 Lance mão de sua espada,
 Vamos entrar em batalha. (BARROS, 1913, p. 14)

¹² Da mesma forma das espadas de fogo mencionadas por Moacir Carvalho (2009, p.2), resulta “de uma síntese simbólico-material entre motivos militares e religiosos”.

No Reisado de Congo essa parte passa a ser recitada, com ligeiras modificações, pelo mestre, que profere contra o rei o desafio: uma forma de dar início ao ato cênico das embaixadas.

Todavia, vale entender que as alterações percebidas em parte dos versos são componentes de um processo que, naturalmente, ocorre com a memória, repercutindo assim na oralidade. Essas reformulações se intensificam quando os atores sociais tentam emergir do “mar do esquecimento” (GONÇALVES, jan. 1998/ dez. 1999, p.13), lembranças que outrora estavam adormecidas. Ou também por ser uma das artimanhas sutis utilizadas pelos antigos brincantes do Reisado para adaptar o conteúdo aos gostos e interesses do grupo que compõe o folguedo.

Assim, ao conversar com Olímpio Ludugério, de 72 anos de idade, atuante na função de mestre até meados da década de 1970, ele expõe que:

Eu num tô bem presente, você vai desculpando porque eu num tô bem lembrado. Mais tem essa parte de Ferrabrás e Alexandria, tem a embaixada deles. Num sei se é assim: levanta-te cavaleiro, pega as arma e se apronta, pega o cavalo e se a monta trata de ser bom guerreiro. Tenha-se seu corpo maneiro que o exército num me ganha, vamo entrar em batalha segundo os reis do folclore. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Como bem lembra Ecléa Bosi (1994, p.81), quando o sujeito social deixa de ser ativo na função desempenhada, a memória tende a redirecionar as lembranças para uma nova leitura dos acontecimentos. Determinados pontos passam a ser enfocados em detrimento de outros que perdem sua função operacional e simbólica na prática do saber.

O ato de rememorar pressupõe um trabalho intenso a ser desempenhado por aqueles que lembram. Assim, cada vez que revivem uma experiência, os brincantes influenciados pelos fatores físicos e sócio-culturais atuantes no momento do relato, reformulam os versos destinados à embaixada, lhes imprimindo um novo sentido.

Isso talvez explique o fato de Olímpio Ludugério mencionar “os reis do folclore” no final da estrofe e logo em seguida voltar a recitar a passagem acrescentando o nome de Antônio:

Eu num tô bem presente não, que diz de Ferrabrás e Alexandria. Eu num bem presente essa embaixada não, que eu num tô sabendo, eu num tô lembrado. Até eu sabia, mas num tô lembrado que deles dois esse e o outro desafio, que o desafiador foi eu, por exemplo, nessa aqui: levanta-te cavaleiro, pega as arma e se apronta, pega o cavalo e se a monta trata se ser bom guerreiro. Tenha-se seu corpo maneiro que o exército num me ganha,

vamo entrar em batalha segundo os reis do seu Antônio. Aí o quieto é o reis que tá sentado, ai ele vai... Eu fui quem desafiei ele, que é parte contra seu Santo Reis do Oriente. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Surge aí uma dúvida, será que “os reis de seu Antônio” mencionado nesse relato, não é uma forma de fazer referência ao Santo Antônio, padroeiro homenageado anualmente na festa em que eles faziam suas apresentações. Ou talvez esteja associado ao ex-prefeito Antônio Costa Sampaio que atuou entre os anos 1967 a 1970?

Tendo em vista que ele é pai do ex-prefeito Fabriano Livônio, incentivador da participação das práticas populares na Festa de Santo Antônio de Barbalha a partir da década de 1970, e que outros brincantes elaboravam músicas e peça para homenagear os contratantes e os prefeitos da época, tal relação simbólica é passível de ser verdadeira.

Mas voltemos à encenação da embaixada. Conversando com José Ribeiro nas imediações da sua residência (foto abaixo), ele pode tecer comentário interessante.



Figura 4 - José Ribeiro da Cruz, conhecido por Ioio (ex-Mateus do Reisado de Olímpio Ludugério). Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

O rei do Reisado, representando o Santo Reis do Oriente, depois de ouvir o desafio do mestre, levanta da cadeira e diz:

Aí rodava aí o outro [rei] lá levantava e ia de encontro a ele, aí dizia: (...) Essa aí foi eu que tirei do verso de Carlos Magno. É assim: quem és tu tão pequenino/ que vem me insultar? / Achas que eu vou me ocupar/ de dar batalha a menino?/ Tu louco e num tem tino/ confessa-me por favor,/ seja por qual meio for, / se chega a mim e dissesse/ diga o que, que fizeste/ contra o teu imperador. Aí pronto, ele voltava e sentava e o outro ficava. Aí era as vez dos embaixador. Aí o embaixador dizia o outro e outro voltava aí o outro vai e dizia o outro. Todos esses verso aí foi eu que tirei do verso de Carlos Magno. (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

Percebe-se que os papéis se invertem: o Santo Reis, que na interpretação dos brincantes é o defensor do Reisado, no cordel é o turco não cristianizado. Já o mestre do Reisado, apresentado por um dos entrevistados como a favor dos brancos ricos é no folheto, Oliveiros, um dos doze pares da França.

No cordel, Ferrabrás responde:

Quem és tú, tão pequenino
 Que vem me desafiar?
 Achas que vou me ocupar
 Em dar batalha a menino?
 E's louco, tu não tens tino,
 Disse o turco com furor.
 Seja por qual forma fôr,
 Me diga agora, confesse,
 Qual foi o mal que fizeste
 Contra o teu imperador? (BARROS, 1913, p. 14)

O confronto se instala e a disputa se alastra entre os representantes dos reinos. O resultado é a vitória dos fiéis católicos e conseqüentemente derrota dos infiéis turcos. Em outras palavras, é o triunfo do rei sobre o mestre.

De acordo com Meyer, a “manhosa implantação da **Cristandade** no brinquedo, através de sua encarnação em Carlos Magno e seus Pares, reforçou, sem a menor dúvida, sua função de ideologia integradora do longínquo e mestiço Brasil aos valores do Ocidente, com ela confundidos” (1995, p.57, grifo da autora).

O modo como a realidade social é construída pelos partícipes, a forma de apreender o mundo pela percepção e as práticas e estratégias resultantes desse processo fazem parte, portanto, dos usos e significados empreendidos sobre os textos (CHARTIER, 1990, p.17).

Assim, a apropriação do cordel ocorre de diferentes maneiras. Uns acrescentaram versos, outros alteram a sequência das estrofes, e ambos introduzem ainda reelaborações, conforme o momento do recitar, (re)significações pertinentes à oralidade e ao ato de

relembrar. Tal questão fica mais perceptível quando o mestre de Reisado de Congo do sítio Lagoa (Barbalha) profere o seguinte verso:

Levanta te, cavaleiro
 pega as arma e se apronta,
 pega o cavalo e se a monta
 trata de ser bom guerreiro.
 O teu corpo maneiro
 vê que num se atrapalha,
 vamo entrar em batalha, Santo Reis do Oriente.

Isso você disse prá mim né, ai eu vou responder:
 beijei a cruz da espada,
 pra seguir com a oração
 por Virgem da Conceição
 santa mãe de Deus Imaculada.
 Ela é mãe casta e fiel,
 pelo vinagre e o fel
 que Cristo bebeu na Cruz,
 rogas por mim a Jesus,
 nessa batalha cruel. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Na primeira parte, há uma redução do poema e uma adaptação com a introdução do nome de Santo Reis do Oriente. O que pode apontar uma associação do santo ao nome de Ferrabrás, já que no cordel é Oliveiros que profere o texto para desafiar o guerreiro turco que se encontrava deitado no chão. Na segunda parte do relato, os brincantes acrescentam trechos do folheto localizados em páginas bem à frente da anterior, talvez uma forma de proporcionar coerência com a parte que fala de Santo Reis do Oriente, ou talvez, para mostrar o valor religioso contido na prática.

A poesia sofre uma leve redução para fins teatrais, talvez o recitar nessa forma tenha ocorrido porque o mestre não lembra o texto precedente ou por algum motivo achou pertinente efetuar sutis adaptações. No folheto, encontra-se da seguinte forma:

Beijou a cruz da espada
 Proseguio uma oração!
 Oh! Virgem da Conceição!
 Maria Pia e sagrada.
 Mãe de Deus immaculada,
 Esposa casta e fiel!
 Pelo vinagre com fel
 Que Christo bebeu na Cruz,
 Rogae por mim a Jesus,
 Nessa batalha cruel. (BARROS, 1913, p.24)

No relato, Nossa Senhora não é apresentada como esposa casta e fiel, mas como mãe a quem todos deveriam recorrer nos momentos de infortúnio. Sinal da religiosidade que perfaz o folguedo e os saberes dos brincantes.

A encenação continua. Olímpio Ludugério, que deixou de atuar na direção do folguedo no final da segunda metade dos anos de 1970, descreve a sequência:

Aí o meu lado que vai ser a parte de Ferrabrás e Alexandria, aí num é de... O reis é que é do Santo Reis do Oriente, o meu lado vai diz: aprontei a minha espada com a ponta pelo mastro, se esse cano disparar acaba-se o mar sem ar. Vem tirar o teu desengano contra o teu general. Outro responde outras embaixadas do lado do rei. É um embaixador e outro embaixador, o rei e o mestre, assim [formato de cruz]. Aí vai desafiado até que nem já disse, o Santo Reis do Oriente que era partido de Santo Reis do Oriente foi vencendo até quando nasceu tudo. Aí por exemplo, eu que eu era quem tava desafiando, eu fui caindo até quando eu caí. Aí eles ganharam. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Observe que a disposição espacial dos brincantes forma uma imagem da cruz, símbolo da redenção cristã. Prenúncio de que todos aqueles oponentes ao santo estão predestinados à derrota. Nesse sentido, os pressupostos da justiça na estrutura da cena são, conforme Magnani, “apresentados na retórica altissonante do melodrama como símbolos puros do bem em luta contra as forças do mal” (1998, p.83).

A imposição da virtude sobre a esperteza também ocorre nas representações cômicas e nas dramáticas, talvez como resultado das experiências familiares (MAGNANI, 1998, p.87).

Submersos nas relações sociais, os atores constroem as mais variadas teias interpretativas sobre as práticas herdadas. Assim, miscelâneas de elementos atemporais e conflitantes dialogam compondo um novo mosaico que, para o atual decurião dos penitentes do sítio Lagoa e ex-mestre, pode ser representado no surgimento do Reisado de Congo. Segundo ele:

O Reisado é de Santo Reis do Oriente. Começou naquela Festa que ele foi quem... Santo Reis do Oriente, Pedro Álvares Cabral, Ferrabrás e Alexandria e começou a discussão. Que Santo Reis do Oriente protegia o Reisado né. Que Santo Reis do Oriente era um Santo né. Aí Ferrabrás e Alexandria protestou. Tinha Moisés porque essas parte eu num tô bem presente mais que a ideia se acabou-se. Tinha Moisés, Ferrabrás e Alexandria, quatro era contra o Reisado e dois era a favor de Santo Reis. Ai começou aquela festa. Aí findou Santo Reis do Oriente ganhando, porque os guerreador de Santo Reis do Oriente ganhou a festa. Porque brincava mais bonito, louvava muito a Deus e aí Deus nos protegeu e ele ganhou, pronto. Findou o partido de Santo Reis do Oriente ganhou a festa. Pronto, ele seguiu o Reisado pra frente. Aí Moisés e aquele outro que eu num tô bem presente. Aí tinham inveja, aí foi

caiu da festa de que eles fazia, aí caiu a festa deles por causa da ambição, aí o partido de Santo Reis do Oriente subiu. Aí subiu foi. Ficou até hoje tem o Reisado. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Note que o efeito do opúsculo “sobre o processo da memória são notáveis, mas é claro que esta não é transmitida ou moldada apenas pela leitura” (BURKE, 2005, p.89). Outros fatores, consciente e inconscientemente, agem na constituição do folguedo.

Quando o entrevistado mistura personagens ficcionais aos históricos e bíblicos constituindo uma explicação peculiar para o surgimento do Reisado. Novamente a imagem de Santo Reis do Oriente é evocada, agora apresentada como protetor do Reisado. Tendo em vista que Olímpio Ludugério foi mestre de Francisco Belizário e de tantos outros que hoje atuam como chefes do Reisado em Barbalha, os conhecimentos referentes às práticas costumam ser repassados aos companheiros, isso pode explicar o porquê de o santo ser tão mencionado pelos brincantes. O peso da oralidade se faz visível nesses momentos de transmissão do saber e de produção de uma cultura histórica como forma de representa o passado.

Nessa versão, o confronto se intensifica entre os dois protetores do Reisado e os quatro opositores. O desafio apontado se dava em uma festa e a vitória era daquele que brincasse melhor e louvasse a Deus. Percebe-se que o drama do enredo assume uma imagem lúdica e de comemoração devocional, ao mesmo tempo em que se acrescentam personagens até então não mencionados.

Não se sabe ao certo o que teria levado Olímpio Ludugério associar o nome de Pedro Álvares Cabral e o de Moisés ao Reisado. O primeiro poderia estar vinculado às cruzadas, tal qual o contexto em que se encontra Ferrabrás. Mas, quanto a Moisés, apresentado como opositor ao Reisado. Não há como explicar.

Na verdade, não cabe a esse trabalho apresentar uma versão única sobre a prática do Reisado de Congo. O interesse aqui é tentar entender como se deu a utilização de fragmentos da “Batalha de Oliveiros com Ferrabrás” (1913) com vista ao possível reordenamento do estoque simbólico (MAGNANI, 1998), constituidor de significados, de representações e da(s) identidade(s) dos integrantes do Reisado de Congo do município Barbalha, sul cearense.

2.1.2 - Os três Reis Magos

Ao iniciar a jornada de encontro aos mestres de Reisado de Congo atuantes no município de Barbalha, localizado no sul cearense, deparei-me com variadas formas de interpretação sobre a constituição do folguedo, algumas já estudadas nos tópicos anteriores e outra a ser aqui abordada.

Comumente se ouve falar que o Reisado é um auto tipicamente natalino, e isso não é para menos: folheando as páginas do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, encontrei a definição de Reisado. Nas palavras de Luis da Câmara Cascudo, o termo é uma “denominação erudita para os grupos que cantam e dançam na véspera e dia de Reis (6 de janeiro)” (1988, p.669) e também em outras épocas do calendário cristão.

Por ser um auto natalino, o enredo passou a ser elaborado de forma a homenagear a visita dos Reis Magos ao Deus menino. A presença dos monarcas se fez tão marcante no imaginário dos brincantes do folguedo que resolvi dedicar um tópico do trabalho a esse assunto.

Assim sendo, resolvi ir à residência de Antônio José do Reisado de Congo do Alto do Rosário, também localizado na cidade de Barbalha. Lá, fui atenciosamente recebida pelo referido mestre e sua esposa Nilma (ver foto abaixo) que de bom grado aceitou a ser entrevistado e fotografado.



Figura 5 - Antônio José da Silva (mestre do Reisado existente no bairro do Rosário) ao lado da esposa Nilma (a única contra mestre mulher entre todos os Reisados masculinos de Barbalha). Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Então, perguntei se o mestre Antônio José sabia um pouco da história do folguedo e se poderia me falar a esse respeito:

Que Reisado me recorda os Três Reis Magos e o nascimento de Jesus. É tanto que nós tem a peça do nascimento de Jesus, nós têm. Quer dizer, não é todo o mestre que tem essa daí. Agora, eu tenho essa peça. É o direito de todo o mestre ter essa peça. Essa peça é a peça fundamental... de chegar na igreja e louvar o nome de Jesus lá dentro. O padre não diz nada, o padre acha bonito. Que o padre eu num confio logo pelas costas, o padre ele acha é bonito... chama-se o Divino. Tem que tá é obrigatório, o caba chega, pedi licença a Jesus, a Nossa Senhora pá poder louvar o filho dela, o nascimento dele. Quer dizer, ai representa o meu rei e representa os Três Reis Magos. Justamente tem os Três Reis Magos que desceu pra Jesus. Por isso que existe o Reis de Congo na festa, quer dizer nos tamo interpretando né os Três Reis Magos. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Para Antônio José é fundamental que todos os mestres tenham a peça - parte dramatizada - de louvação a Jesus Cristo. Assim, os brincantes poderiam facilmente assumir simbolicamente o papel dos Reis que vão até Nossa Senhora para prestar as devidas homenagens ao redentor:

As festividades aos Santos Reis, seja através de Ternos ou de Folias, tendem a ressignificar as passagens bíblicas que se referem ao nascimento do Messias, pois, como afirma Brandão [1980], “para a Igreja, o ciclo de Natal gira em torno do nascimento prometido do ‘Filho do Homem’. Dentro do acontecimento, a visita dos ‘três Reis Magos’ é secundária e não ocupa mais do que um pequeno parágrafo no Evangelho de Mateus”. No entanto, nas festividades populares do ciclo natalino, principalmente aquelas em que se festeja aos Santos Reis, o nascimento de Cristo, segundo o autor, assume quase que uma importância secundária. Pois, o Evangelho, é muitas vezes recontado e recriado pelas narrativas dos foliões que atribuem papel central para as figuras dos Reis Magos. (ANDRADE, 2009, p.124)

O Reisado de Congo passa, desse modo, a se enquadrar num campo de disputas simbólicas onde fragmentos de elementos diversos, em meio ao social, fundiram-se no seio da prática agregando sentidos que, muitas vezes, são utilizados como únicos e verdadeiros na definição do que seja o referido folguedo.

A tentativa de construção de referências históricas faz parte de um afloramento mais ou menos consciente do passado, em que “Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos [corporais e/ou perceptivos] nós misturamos milhares de pormenores da nossa

experiência passada” (BERGSON, 1896 *apud* BOSI, 1994, p.46) gerando, assim, evocações de antigas imagens que podem atuar sobre o presente na forma de memória, hábito e/ou sonho.

Segundo Ecléa Bosi, a *memória-hábito* estaria relacionada aos mecanismos motores socializados cotidianamente mediante o adestramento cultural. Já a *memória sonho* refere-se às imagens-lembranças isoladas do passado, que surgem como caráter evocativo de certo período. Portanto, o diálogo desses dois tipos formaria as redes de evocações do passado responsáveis pela constituição da face imagética do Reisado (BERGSON, 1896 *apud* BOSI, 1994, p.48-49).

A percepção não se resume a uma visão unívoca dos acontecimentos. Ela mais parece ser adquirida por influência do lugar social em que os homens estão inseridos e dos resultados promovidos no interior corporal dos brincantes. Sendo assim, há quem acredite, entre os brincantes, que o Reisado, além de ter surgido na época do nascimento de Jesus Cristo, teria também influência dos índios:

Uma coisa que ele nasceu de Jesus, aquilo é uma coisa que tem o Reis Mago. Aí o caba: por que é que tem o Reis Mago? O Reis Mago foi quem fez o Reisado, o Reis Mago. Faz parte de índio, por isso que já nasce com aquela natureza. É espada como justamente tem ali dentro pra lutar, é uma rainha que essa daí é minha filha hoje, mas ela é rainha do meu grupo. Você briga, briga mais um mestre, vamo dizer: vem um Reisado acolá, vem eu aqui, nós briga que o sangue a voa. Pá tomar minha rainha e eu tomar a dele, e aquele que tomar é o vencedor. Foi quem venceu, só entrega no fim do dia, entendeu? Entendeu, então é aquele... Aí ota coisa, Reisado num se anda jogando, todo mundo pensa que é uma brincadeira e uma bola, dá um chute numa bola, não. De jeito nenhum. É tão, como é que se diz? Ele é tão plantado o grupo do Reisado porque é o seguinte, Reisado ele quando nasceu do Reis Mago, ele nasceu da cultura, ele nasceu dali, né. Todo mundo que sabe... (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Para o ator, o lado guerreiro do Reisado seria herança dos destemidos índios que enfrentaram a todos para recuperar a rainha sob posse do grupo rival. Não sei se nesse ponto houve influência dos indígenas, o certo é que a banda cabaçal composta, em sua maioria, por dois pífanos, um caixa e um zabumba que entoa os sons que acompanham as peças (cânticos), danças e jogos de agilidade com as espadas parecem ter origem nas tribos Cariris que habitavam, sobretudo, a localidade de Barbalha e o Crato: “A referência mais remota à Banda Cabaçal, segundo todas as fontes, encontra-se em George Gardner (1838) ao referir-se a uma festa religiosa na vila do Crato, Ceará” (COSTA, 1999, p.52).

Voltemos à questão da associação do Reisado de Congo ao Santo Reis do Oriente. Segundo um mestre do Sítio Lagoa:

A história conta que foi em mil setecentos e vinte sete. A história que eu sei que começamos. Começaram brincar Reisado. Aí então, ficaram comemorando o dia de Santo Reis de Oriente né. Porque dizem que por coincidência ele nasceu no dia seis de janeiro e como no dia seis de janeiro, eu não sei qual é o ano, eu tô esquecido agora, ele foi beatificado como santo. Aí ficamos comemorando dia seis de janeiro, todo dia de Reis a gente tá comemorando. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Para Francisco Belizário, a comemoração realizada pelo grupo tem como intuito festejar o Santo Reis de Oriente que teria sido beatificado em 6 de janeiro no mesmo dia do aniversário. A questão é que a Igreja Católica não via os Magos como santos, mas como pagãos (ANDRADE, 2009, p.124), em jornada de peregrinação até o Salvador.

Essa tentativa de ressaltar o lado sagrado dos Reis Magos foi interpretada, por Oswald Barroso, como uma forma de os brincantes desencantarem “o deus que neles se esconde, incorporando figuras de santos e reis desencantados, para viver uma outra realidade, a realidade da festa popular” (2007, p. 420).

Por não haver o reconhecimento dos Reis Magos pela igreja, os brincantes passam a incorporá-los como uma forma de dialogar diretamente com o espaço sagrado fugindo assim, provisoriamente da vida diária e profana. Como diz Eloísa Brantes (2007, p.24), o “contato com o sagrado intermediado pela presença dos Santos entra em jogo na construção social do corpo”. Esse mecanismo material aparece portanto, como via de acesso ao santo de devoção:

Rapaz, a história do Reisado é o seguinte. Já vi muita gente falar, sabe. Mais sobre data essas coisas eu num vou mentir que tem muitas pessoas que menti. Têm muitas que diz assim, surgiu em tal ano tal. Isso é mentira. Porque, por o que eu já tem muito conhecimento com muitos mestre, mestre véio. Pra mim o Reisado não surgiu de agora, foi lá de... surgiu ante de Cristo. Porque a história do Reisado inclui até os três Reis Mago né. Os três Reis Mago do Reisado denunciar Cristo e tal. Eu acredito que o Reisado é ante de Cristo. Agora ano eu não vou dizer nem por essa base não, porque se eu disser que foi numa data, eu posso tá falando errado. Agora eu num sei, mais eu acredito que o Reisado venha de Cristo. É tanto que também nossos traje nós se veste é tirado por os romano. Pelos traje, pelos visto, as roupas dos romano. Exatamente. Tirado... que sai capa, capacete e espada. É tanto que isso ai pra você vê, como é tanto velho que eu num sei nem o tempo. Que num existe mais isso. Quanto tempo deixou de existir isso aí. Aí num sei dizer a data certa. (Serginaldo Gomes, 14 jan. 2010)

Serginaldo Gomes, de trinta e três anos de idade, encarregado por administrar o grupo infantil de Reisado do Sítio Lagoa (ver foto abaixo ao lado da sua filha), demonstra preocupação com a fidedignidade das informações repassadas. Tanto que chega a criticar aqueles que mencionam datas para demarcar o surgimento da prática, como passíveis de cometer equívocos. Tendo em vista o processo de lembrança e de esquecimento que ocorre no seio da memória, os sentidos e significados são reelaborados de maneira a constituir um novo panorama situado na linha turva entre o real e o imaginário.



Figura 6 - Serginaldo Gomes (mestre do Reisado infantil do sítio Lagoa) ao lado da filha. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Dessa maneira, o brincante constrói suas narrativas para justificar que o Reisado teria surgido antes de Cristo, utilizando como explicação a similaridade dos trajes e espadas utilizadas pelos romanos aos dos partícipes do Reisado de Congo.

O mestre Serginaldo Gomes fala rapidamente nos “três Reis Mago do Reisado denunciar Cristo”. Será que seria uma maneira de se referir a Judas? Ou a perseguição dos romanos ao Salvador?

Talvez o Reisado esteja tão carregado de elementos simbólicos que a linha divisória entre o sagrado e o profano se faz imperceptível. A espetacularização do “corpo instaura uma

‘esfera sagrada’” ao mesmo tempo em que não exclui a *esfera profana* (BRANTES, 2007, p.25). Concepções diversas se misturam na formação performática do rito devocional, que, por sua vez, são repassadas aos aprendizes na forma de memória hábito e/ou memória coletiva.

2.2 - A estrutura intangível da corte

É preciso reforçar que os bens que configuram o patrimônio têm, ao mesmo tempo, um sentido prático e simbólico. Fala-se de objetos que têm ‘ressonância’, que fazem a mediação entre o passado e presente, entre imaterial e material, entre alma e corpo, que são condições e efeito de determinada modalidade de autoconsciência. (OLIVEIRA, 2008, p. 135)

O Reisado do Congo faz parte do chamado ciclo natalino. Sua estrutura é composta por personagens fixos - simbolizados pelos atores/dançarinos denominados brincantes que, acompanhados por uma banda cabaçal ou um violeiro, encenam peças e embaixadas durante a apresentação do folguedo - e móveis, representada pelos entremezes que são atos performáticos interpostos entre as execuções da parte principal.

A parte fixa é caracterizada por uma performance mais dramática, simboliza “a base para o jogo espontâneo da improvisação na medida em que constituía o quadro de referência, flexível, mas necessária à criatividade dos atores” (MAGNANI, 1998, p. 61).

Independente do tipo de motivações, a dança teatral guarda em si mesma e naqueles que a exercitam elementos hierárquicos inspirados *nas cortes medievais europeias*, na estrutura “dos engenhos de açúcar, da sociedade canavieira do Brasil Colônia, bem como nos cortejos de vaqueiros e tangerinos que acompanhavam o transporte das boiadas, do sertão às feiras” (BARROSO, 1996, p. 84).

A estrutura do Reisado, portanto, segue uma escala de valores específicos, cujo suporte, utilizado na diferenciação de função e cargo de seus integrantes, se faz visível no tipo de conhecimento, habilidade e poder que cada um deles detém sobre a prática (MAGNANI, 1998, p.84).

Para ascender na hierarquia do grupo, os personagens fixos do Reisado submetem-se aos “rituais de instituição” que, nas palavras de Pierre Bourdieu, seriam um meio de se fazer

reconhecer como detentores do “capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (1996, p.89). A exceção se dá com a rainha que, por ser a única mulher no Reisado masculino, não precisa fazer “testes” para mudar de função.

Recordando os rituais de ascensão no grupo, o atual mestre, e, portanto, encarregado pela administração e direção do grupo, pelo cântico e encenação de diversos papéis, relata:

Bom, quando eu comecei, eu era pequenim. Eu tinha nove anos de idade. Comecei como uma figurinha lá atrás, aí passei a ser a dama, depois de dama passei a ser o contraguia, depois de contraguia foi passar o segundo embaixador, depois fui pra primeiro embaixador, aí então, passei o segundo mestre. Aí a turma toda votaram pra mim ser o mestre, porque eles acharam que eu tinha qualidade pra ser o mestre do Reisado né. Porque vários mestre de Reisado, eu num vou falar deles, mas tem que dizer a verdade né, eles usava o álcool, a bebida num saber? Já hoje tira os brincadores, era muito violento com os meninos, aí o menino desgostava e saía e ia entrando outros e a turma votaram pra eu ficar definitivo e ele aceitou. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Percebe-se, nesta fala, a ideia de que mestre desempenha um papel pedagógico na transmissão do saber e dos preceitos morais. Ele age como mentor no direcionamento dos brincantes ao cumprimento das normas estabelecidas socialmente. Por esse motivo, o mestre deve ter uma conduta exemplar: não ser usuário de álcool, nem tratar com injúrias e agressões seus companheiros, pois se esse for o caso, ele é passível de substituição:

Pra ser um mestre não é só saber cantar não. Não é só saber bater espada não, o mestre ele tem que saber tocar, tem que saber cantar, tem que saber dançar e tem que saber organizar o seu grupo, dá ordem em seu grupo. O mestre tem que saber tudo isso. Aí eu já tinha essa parte do grupo, mas não tinha da música né. Eu fui comecei ouvir, ainda não entrei... não fui ainda numa escola de música, nunca fui, só ouvindo e pegando alguma coisa de ouvido e tô já dominando. Num tô dominando ainda não. Ainda num consegui dominar ainda, porque dominar é tudo né. Pra dizer toque isso e você saber tocar, mas alguma coisa eu já aprendi dominar. (Serginaldo Gomes, 14 jan. 2010)

Note-se que a performance simbólica investe os integrantes do folguedo de novas funções e deveres condizentes com o tipo de papel a ser desempenhado. O mestre, como representante supremo do Reisado, é um exemplo do poder exercido sobre os companheiros na imposição de concepções e na formação de hábitos comuns a serem utilizados na construção de uma unidade cultural. Nessa tentativa de constituir uma identidade e, portanto, de ter reconhecimento por outros (BOURDIEU, 1996), leva o brincante a relatar que:

O mestre é o cabeça de todos. Num pode servi a todos, mas se faltar só um né. Porque eu só num posso substituir dez, mas só um é o que... No Reisado eu tenho o contramestre, se faltar um tocador, eu já boto o contramestre pra mim assumir e já vou assumir aquela falta que ta faltando. Por quê? Contramestre num sabe mais eu sei assumir. É por isso que eu sempre trabalhei e trabalho em cima de tudo pra que eu seja um completo, num ter em falta na hora da apresentação. (Serginaldo Gomes, 14 jan. de 2010)

A capacidade de improvisação, de assimilação e controle sobre os brincantes é de extrema valia na obtenção do respeito dos integrantes do folguedo e no reconhecimento das esferas públicas e privadas. Esses núcleos administrativos auxiliariam no apoio financeiro e cultural a fim de manter a prática em funcionamento.

Além do mestre, o Reisado de Congo é constituído: pelo rei, que canta e atua nos momentos de batalhas, também denominadas de quilombos¹³; a rainha, na forma de criança ou adolescente a ser raptada nos confrontos entre dois grupos; o contramestre, que participa da apresentação e pode substituir o mestre quando necessário; os dois embaixadores, que ficam à frente de cada fila controlando-as; “dois Guias, dois Contraguias, dois Coices, dois Contracoices”, mencionados por Oswald Barroso (1996, p. 84), mas opcionais no município de Barbalha; as Damas - personagem do Reis de Bailes (BARROSO, 1996, p. 97), e as figurinhas participam ativamente das batalhas, danças e cânticos emitidos pelo mestre; e, por fim, os representantes do lado cômico do folguedo, a Catarina ou Catirina (personagem opcional em Barbalha) e os dois Mateus.

O Mateus é um dos personagens mais emblemáticos do folguedo. Ele se assemelha a um palhaço com o rosto pintado de tinta preta, com um chapéu vermelho em forma de cone e com a roupa cheia de adereços cômicos. Tem amplo poder de improvisação e seu papel é livre de qualquer compromisso institucional.

Aparece como um ser absolutamente deslocado, ridículo, ingênuo, impossível de ser levado a sério. Personagem ambígua por excelência, adquire forma e valor em situações concretas, como o coringa do baralho; é esse seu descomprometimento, sua aparente ingenuidade, no entanto, que lhe

¹³ Neste contexto, “é o encontro e a batalha entre dois grupos de Reisado” (BARROSO, 1996, p.8). Provavelmente uma referência a dança dramática alagoana, que remontam ao século XIX. Tratava-se de “uma luta entre índios e negros que termina com a derrota e a escravização dos negros. Os negros roubam objetos e alimentos, levando-os para os seus mocambos, feitos de palha de palmeira, onde os roubos são consumidos coletivamente. Os índios invadem os mocambos e resgatam os pertences roubados e aprisionam a rainha branca dos negros. Esta invasão provoca a guerra entre os dois grupos. A luta principal é entre o rei negro e o rei indígena, que acaba vencendo aquele. Os índios fazem dos negros escravos e os vendem para o público, que deve pagar uma quantia para cada escravo. Esse dinheiro seria uma maneira de remunerar os dançadores.” (REIS, 1996, p.159-160). Mas é importante lembrar os “municípios de Araripe, Crato, Jati, Salitre, Porteiras” são marcadas por comunidades remanescentes de quilombolas (NUNES, 2007, p.84).

dão o poder que tem, como o bufão do rei pode zombar de tudo e de todos, impunemente. (MAGNANI, 1998, p.91)

Ele tem liberdade para debochar dos brincantes e da platéia sem que, para isso, seja mau visto: detém o poder de transitar entre todos os reinos sem ser repudiado por nenhum. No momento da batalha, é ele o encarregado de cuidar da rainha do grupo adversário.

Nas épocas das festividades do Natal, dia de Reis e do padroeiro Santo Antônio de Pádua (comemorado em junho), os personagens fixos do Reisado de Congo saem às ruas de Barbalha em cortejo, na disposição demonstrada a seguir:



Figura 7 – Esquema feito a partir de dados extraídos dos relatos dos mestres do Reisado de Congo de Barbalha - CE. Vale lembrar que o segundo embaixador, Guias, Contraguias, Coices, Contracoices e Dama são opcionais em alguns grupos.

A comitiva toma as ruas em direção ao lugar onde se dará a apresentação. Se for num espaço destinado às práticas de cunho sagrado o sentido é um, se for no terreiro profano, longe do espaço consagrado, o significado já é outro.

Quando são contratados a louvar o Divino em alguma casa ou na igreja, o cortejo segue respeitosamente cantando até o local da encenação. Esse “ritual da visita é baseado numa relação de troca material e espiritual entre os devotos, o dono-da-casa e o Santo Reis. Os devotos abençoam a casa com cantos sagrados e recebem dinheiro dos donos-das-casas para a realização da festa em homenagem ao Santo” (BRANTES, 2007, p.25).

Vale ressaltar que as formas de entrada no espaço sagrado variam conforme o desejo e interesse do mestre. Alguns primam pela permanência das execuções mais antigas, outros prezam pela modernização da prática:

Aí eles num vieram me reclamar. Aí eu disse: menino começa esse Reisado homem e finda esse Reisado. Que eu sei que nem começa e nem finda. Que vocês num tem a chegada, só... o que casa grande que eu avistei [canta]... Mas o Reisado num só é assim, ele tem que fazer três partida de lá do fim, do começo do terreiro até na porta [casa], depois da porta se faz... Pra começar o Reisado você começa assim [canta]: Peço licença. Peço licença, ao dono da casa, pra festejar. Pra festejar o Santo Reis do Oriente amor. Do Oriente amor. Aí você levanta as espada bota e toca nas quatro espada, aí faz... segue a carreira de Santo Reis do Oriente. [Canta] Santo Reis, Santa Maria foram cantar em Belém. Foram cantar em Belém. A partir do Oriente para nós cantar também. Para nós cantar também. Aí eles ainda num fizeram, nem sabe e nem é feito. [E os outros mestres falaram:] Deixe nós fazer do jeito que nós sabe, porque você sabe a vida de hoje é moderna. Eu digo: pois fique finito. Pronto. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

As “três partidas” eram executadas nos antigos Reisados, constavam do direcionamento do cortejo até a porta da casa e o retorno ao início do terreiro, repetido por três vezes. Depois seguiam até a sala dos santos onde pediam licenças a Nossa Senhora para louvar Jesus de Nazaré.

Todavia, não é apenas a diferença na forma de louvação o que causa as divergências entre os mestres e ex-mestres. Essas rixas mais parecem ser táticas, utilizadas nas disputas pelo poder sobre o grupo, gerando, assim, o descontentamento do brincante:

Aí eu fiquei mei desgostoso. Pois num vou mais tocar no seu Reisado, vou tocar no Reisado. Pronto. Eu dei um parecer e ele disse que eu queria saber mais do que ele. Eu digo: eu sei, porque eu sei mesmo. Eu sei lhe ensinar, porque é que eu num sei mais do que você? Aí num querem fazer as coisas direitim como era, pra finalizar no que era. Aí num querem. Querem é do jeito que eles querem, findar no que eles querem. Pronto, aí com eles. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Percebe-se aí que a resistência aos moldes antigos da brincadeira tem decepcionado o mentor dos atuais mestres (Luís Tomé da Silva, José Paulo Felipe, Francisco Belizário dos

Santos e Serginaldo Gomes) do Reisado de Congo de Barbalha. Com a morte do pai, Olímpio Ludugério foi obrigado a assumir o posto vago de decurião (força máxima) dos penitentes e a abandonar o Reisado. Como seu substituto foi nomeado Francisco Belizário.

O interessante é que ele nunca deixou de manter vínculos com os brincantes, seja na forma de tocador ou conselheiro. Como atualmente faz com o Serginaldo Gomes, mestre do grupo infantil de Reisado. Esse liame que une o ex-brincante ao folgado pode gerar, nos demais, o receio de retorno a prática e, conseqüentemente, a possibilidades de se destacar. Mas deixarei essa questão para outro momento. Voltemos à encenação.

Depois das “três partidas”, os brincantes adentravam na sala do santo para louvar o Divino com músicas e reverência:

Nós entrava, cantava duas música dentro de casa. Era: foi aos pés do meu bom Jesus, achei muito bem zelado... Agora pra eu me lembrar do fim deixa ver se eu me lembro. O pouco com Deus é muito, e o muito sem Deus é nada. Aí as figura dizia: valei meu Jesus, com todo prazer. Salvai nossas almas quando ela morrer. Hoje num tem isso, esse Reisado de hoje. (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

Hoje com 85 anos de idade, José Ribeiro da Cruz recorda que até meados da década de 1960, quando brincou na função de Mateus do Reisado do finado Antônio de Sousa¹⁴, as apresentações seguiam uma sequência específica, logo que saíam de casa:

Dizia assim: o meu sentido pra mudar é de repente, no mundo tem muito gente do coração traidor. O meu sentido pra mudar é de repente, no mundo tem muito gente do coração traidor. O meu benzinho nossa amizade se acabou, eu ia para o São Paulo eu vou. Aí cantava duas vez ou três vez. Sai de dentro de casa cantava essa daí. (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

Por serem mais ou menos improvisadas, as letras das músicas poderiam ser substituídas ou alteradas por outros grupos que delas fizessem uso, o que é natural para uma prática de caráter intangível, “pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis” (FONSECA, 2003, p.64).

Aí daqui de dentro de casa, nós sai pra fora novamente, ai começava a botar o bicho, o Jaraguá, como é? O boi, Jaraguá, o Anastácio, cangaceiro e o genti, Mané bestalhão e Ana Rosa e pai Tomé, ai a cantiga de Ana Rosa é essa: oh! Ana Rosa cadê pai Tomé? Oh! Ana Rosa cadê pai Tomé? Ele foi pro mato ele foi tirar mé. Ele foi pro mato ele foi tirar mé. Aí eu tirava e o menino respondia. Aí o povo gostava muito, certo que foi subindo. Que esse

¹⁴ Ele foi mestre de Olímpio Ludugério (sobrinho dele), José Ribeiro da Cruz vulgo Ioio, Luís Tomé conhecido pelo nome de Bocão, de Serginaldo Gomes, dentre outros.

é o quase derradeiro bicho né, porque a gente coloca o bicho mó de descansar as criança né, pras criança num cansar né. Aí a cantiga do boi que é o primeiro bicho do Reisado, que a gente coloca no Reisado é o boi. Aí a cantiga é essa: pastara ou mana, que anda fazendo, que anda fazendo. Pastorando o gado que anda comendo. Pastorando o gado que anda comendo. Aí isso aí, os Mateus vem com o boi. Aí o mestre, que era eu, Olímpio Ludugério da Paixão que sou, aí nós virava com o grupo de Reisado pra frente aí recebia o boi, pra eu tomar de conta da dança, pro boi dançar na frente do Reisado. Aí eu recebia assim: meu boi, a onde tu mora meu boi? Moro na pedra lavada meu dono. Lá quando chove tá seco meu boi, quando faz sol tá molhado meu boi. Eu bem que disse a cambraia que ele num fosse roubar, que era rico, que pirado que pegava na ponta da faca. Aí tem a cantiga do boi: hora dança meu boi, olé, olá. Hora dança coração olé, olá. Vai dar meia lua olé, olá. Nos do pésim do violão. (...) Quando o Mateu mata o boi, aí o doutor vem pra receitar o boi né. Aí pra ele se levantar pra dançar de novo, aí dá aquele remédio chama a pimenta do boi. Aí coloca, aí levanta. Aí sempre fica dançando novamente. Aí o mestre tirando, aí encerra o do boi aqui. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

As cenas destinadas a entreter as crianças fazem parte do lado cômico e móvel do Reisado. Interpostos entre uma peça e outra da parte fixa, os “bichos” fazem alusões à vida rural, ao trabalho do vaqueiro e do tangerino, encarregado de vender o animal.

Havia um momento durante a encenação em que o público, no papel de cliente, comprava o boi para que ele brincasse ao som do violão. Esse ato lembra o jogo do “boi violado”. Veja:

Em algumas cidades da França havia um costume, conservado até quase a época moderna, de durante o carnaval (isto é, quando se autorizavam o *abate dos animais* e o consumo de carne, assim como *ato carnal* e as *bodas interditas* durante o jejum) conduzir-se um *boi gordo* pelas ruas e praças da cidade numa procissão solene, ao som da *viola*, donde o nome de “boi violado”. Sua cabeça *era enfeitada de fitas multicolors*. (...) destinado ao matadouro, era a *vítima do carnaval*. (BAKHTIN, 1993, p.176)

Para Rabelais, a “imagem da festa popular” englobava na sua unidade contraditória um sentido ambivalente. Seguindo essa perspectiva, o sacrifício do boi como ato inicial entre os entremezes se dava de maneira alegre “em meio a risadas” do público (BAKHTIN, 1993, p.176). Uma forma “dissimulada pelo conjunto de símbolos e de ritos que as sociedades inventam para opor à destruição das suas experiências, simbolismo que busca sobrepujar a real e revelar sobrepujando, o que deseja reencontrar [sic]” (DUVIGNAUD, 1983, p.39). O morrer metafórico transcende o lado material do corpo, possibilitando o emergir renovado com a ressurreição.

Essa encenação parece ser uma referência totêmica ao boi mansinho, entregue por padre Cícero Romão Batista aos cuidados do beato José Lourenço, residente com a família e alguns romeiros no Sítio Baixa Dantas, localizado no Crato. Essas terras teriam sido arrendadas pelo referido reverendo.

Por volta do ano de 1920, o beato recebe do padre um touro da raça zebu, até então desconhecida no Ceará e mesmo no Nordeste, pois predominava na região o gado arisco, nativo, que produzia carne e leite de qualidade inexpressiva. Nesse cenário, o boi passa a ser representado como milagreiro, devido talvez à transferência de poderes do “santo” padre ao animal. Este, passa a ser alvo de grande estima pelos romeiros.

Em pouco tempo, o boi passou a ser tratado com muito zelo por romeiros que o alimentavam carinhosamente e cuidavam de seu estábulo. Talvez um ou outro devoto mais afetado o enfeitasse com flores. Talvez, alguns dos romeiros mais exaltados o reverenciassem e até se ajoelhasse diante dele (CORDEIRO, 2004, p.40).

A questão é que a imagem de devoção do povo ao boi parece ter sido apenas uma estratégia utilizada pela Igreja Católica e por políticos da capital para atacar o Juazeiro do Norte, utilizando a imprensa para propagandar a existência de um reduto de fanáticos no Cariri (RAMOS, 2004).

Floro Bartolomeu, na época deputado federal do Ceará, chamou José Lourenço ao Juazeiro e mandou prendê-lo. Queria, com isso, abafar os comentários da imprensa e limpar o próprio nome e a carreira política (CORDEIRO, 2004). Determinou, ainda, que o boi fosse abatido em frente à cadeia e que “lhes vendessem o couro e a carne” (PINHEIRO, 1950, p.206), pondo fim ao tão estimado animal.



Figura 8 - Vista frontal do único boi encontrado durante as entrevistas. De propriedade de Serginaldo Gomes, conhecido pelo nome de mestre P ou Peba, chefe do Reisado de Congo do Sítio Lagoa, Barbalha – CE. Fotografia e arquivo: Simone Pereira, 14 jan. 2010.

Notam-se semelhanças na ornamentação do boi e no sacrifício resultante. Contudo, diferentemente da vida real, no folguedo a vida do animal é restituída de forma cômica. O “doutor” que tem um “papel capital na luta entre a vida e a morte no interior do corpo humano, e tem também uma função especial no parto e na agonia, na medida em que participa do nascimento e da morte” (BAKHTIN, 1993, p. 155) receita a “pimenta” para reanimar o boi. Então, o brincante, que pode ser o Mateus, coloca o menino mais jovem do grupo “pra enfiar na bunda do boi. Porque é o remédio que dá” (Serginaldo Gomes, 14 jan. de 2010). Curado, o boi ressurgue e põe fim ao ato cênico.

Os brincantes dão sequência às apresentações. Anastácio, idoso com deficiência visual, valente, “grotesco e libidinoso, que vem de viagem à procura de uma mocinha para casar-se. É corcunda, usa máscara, com nariz, barbas e bigodes longos, paletó velho e anda com um passo miúdo” (BARROSO, 1996, p.203). O mestre, então canta:

O Anastácio ele vem de viagem, alguma coisa ele é de contar. Alguma coisa ele é de contar, ele é de contar, ele é de contar. É que é daqui pra frente à

cantiga. Seu Anastácio que vem do Jardim. Seu Anastácio que vem do Jardim. Com paletó e a roupa sem fim. Com paletó e a roupa sem fim. Roupa sem fim é a roupa... Só tem aí seguindo pra frente. (Olimpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A prática de se transfigurar com máscaras aparecem como um rito de inversão das normas (CHARTIER, 1990, p. 200) ou uma “mudança da ordem das coisas ou do mundo” (DUVIGNAUD, 1983, p. 90): embora o corpo da personagem assuma uma forma decrépita, o espírito possui uma força jovial, que resiste intransigente às transformações orgânicas da matéria.

Nesse embate, sai de cena o Anastácio e entra, então, o genti, que representa um soldado e o cangaceiro, propagador do caos, talvez uma alusão a Virgulino Lampião, o rei do cangaço:

Aí muda pro cangaceiro que é o bicho do Reisado. Aí, seu mestre, cara preta seu navio. Agora vamo dançar a peça do seu genti. Aí o cangaceiro chega aí faz: pou, pou, pou seu mestre. Eu num disse que num era pra brincar que minha mulher tá de resguardo. Aí vai quebrar o resguardo por causa do Reisado. Aí o genti vai e responde: quem manda aqui sou eu. Quem manda aqui sou eu que sou polícia federal. Aí toca tocador. Aí pega naquela briga com pouco o cangaceiro é cheio de faca, aí o genti é só com aquela arma de fogo, um fuzil, um rifle qualquer. Mais de pau, né arma séria não. Aí as espingarda desse tamanho que nós fazia e tudo eu que fazia, fazia o boi, fazia o Jaraguá, fazia tudo pro Reisado ficar com mais valor. (Olimpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

O soldado genti emerge para restabelecer a ordem no Reisado. Ele procura vencer o cangaceiro e impor a lei. Um verdadeiro duelo de representações sociais detidos pelos brincantes e repassados aos jovens mediante a oralidade.

Na vez do Jaraguá, animal cuja aparência lembra o corpo da girafa e a cabeça de um jacaré ou cavalo, provavelmente “originário das selvas africanas ou das florestas tropicais” (BARROSO, 1996, p. 191), o público é solicitado a efetuar contribuições em dinheiro.

Conta José Paulo Felipe que o entremez “saía com o capacete entregando a um e a outro aí, quando o caba entregando entregava dez tom, quinhentos réis, dois mil réis era assim. Aí repartia que era pra comprar material pro Jaraguá, um pano, uma coisa né”. Quando o público se manifestava, o Mateus ia lá e buscava.

A doida é representada por um homem vestido de preto, portando latas em busca do marido. Há Reisados que podem confundi-la com a Catirina, personagens no entanto distintas (BARROSO, 1996, p.202):

É que a gente diz assim: aqui me chega uma doida, aqui me chega uma doida, Deus queira me proteger, Deus queira me proteger, valei-me Nossa Senhora, valei-me Nossa Senhora, a mãe de Deus dos Prazer, a mãe de Deus dos Prazer. Aí não, aí cafeituzinha do mundo. Aí o camarada joga lata, balai [no povo que assiste] e aquele é meu marido, meu marido é aquele e sai correndo atrás do povo aí [risos]. Aqui eu já pejejei pra brincar aqui, mais Tico num quer tirar ela porque num sabe ela. Aí eu lá no meio eu brincano num posso tirar cantiga nenhuma [risos]. Já pejejei pra eu botar um pra brincar. Aí disse: não, Nego. Num tem quem brinque que nem você não, porque você é quem faz as presepada. Oh, o finado Fernande, Cideira, o menino tudim aí morreram, isso em quanto num sair esse boi e essa doida o povo num saia do Reisado não. Era assim, embutido de gente [faz gesto com as mãos]. Mais quando saiu o povo foi ia se afastando mais, porque eu fazia toda palhaçada [risos]. Que é bom Reisado bem equipado é bom. Eu digo pra senhora mesmo que é bom mermo. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

Durante anos a brincadeira vem sofrendo transformações, ocasionado o abandono de partes do espetáculo por motivos que lhe foram impostos. Mas isso será discutido mais adiante. O que importa agora é falar um pouco da estrutura performática do Reisado.

Luís Tomé da Silva brincou da Lica durante boa parte do seu aprendizado no grupo de Olímpio Ludugério. Na época, a personagem desempenhava o papel da mãe do Mateus. Mais há quem diga que ela representa a noiva do Mateus, em alguns lugares era chamada de Catirina: “Negra e grávida, escandalosa e indecente, vive levantando a saia por causa do calor. Acusa um e outro de ser pai do seu filho” (BARROSO, 1996, p.96).

Ainda há o Guriaba, homem com “uma máscara muito grande” de aparência animalesca que ninguém gosta de brincar, diz José Paulo Felipe. Houve um tempo que tentou encená-la, contudo o mestre não soube cantar a peça apropriada.

Os mestres também mencionaram a existência de um personagem idoso chamado de Mané Bestalhão:

Seu Mané Bestaião, bate com a mão, bate com o pé, bate com a mão, dá taião. Aí eles só é dá aquela gaitada mó de o povo fazer graça, aí sentia graça de novo. (...) Tem a máscara no rosto e um pedaço de pau que é mode ele tá se escorando. (...) É um velho. É tudo é velhinho. Aí os bicho tudo, só tem novo o boi, Jaraguá esses aí, essas parte aí é tudo de gente vei, cada vez mais vei é que sabe mais brincar, que era os brincador do tempo antigo. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Oswald Barroso acrescenta aí a existência, no Reisado de Congo, do Javali, do Sapo, do Urubu, da Alma, do Babau, e do Cão, encenados pelos brincantes em momentos específicos ou quando solicitadas pelo mestre ou contratante (BARROSO, 1996, p. 84).
 Todavia, o mestre Antônio destaca:

Só tem uma coisa que eles fala que... eles bota no Reisado deles, num existe isso neste tipo de Reisado. Negócio de lobisomem, sataná, besta fera. Olhe, isso daí num tem não. Isso não existe dentro de Reisado não, isso é mentira. De desde meu tempo pra cá que eu brinco que eu sei o que é o Reisado, num existe isso. Existe esses que eu lhe disse, boi, Jaraguá, burrinha, Anastácio, Pai Tomé, Ana Rosa, aí existe. Mais essas outras coisas aí, tem não. Esse que nem ele botam nos dele. Existe babau é no Reisado de bailes, aí existe o babau, aí tá certo, aí eu concordo. Que no reis de bailes tem o babau, tem o boi, no lugar do Jaraguá eles botam o babau, no rei de baile. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Esse relato denota as variações que ocorrem de um grupo para outro. Assim, para finalizar a parte móvel do folguedo, os brincantes de Barbalha cantam:

Da prata, do ouro se faz o metal, arrasta a cadeira pro rei se assentar. Da prata, do ouro se faz o latão, vamo dar balanço na cadeira do patrão. Pronto, o vei rei se senta aí diz: nosso reis tá na conta senta, olé lé nosso reis está coroadado. Aí donde o mestre já vai desafiar ele. Vai desafiando pra ir simbora, pa finalizando até o final. Depois que já tem cantado, tem puxado os bicho tudim do Reisado, que acompanha o Reisado. Aí daí já vai finalizando inté quando chega nessa derradeira que eu num posso cantar... dizer tudo porque é muito longe. Aí ele vai e diz: num chore ama do rei, eu num vejo de que chora. Eu só choro pela despedida que eu quero, eu quero me a retirar. Aí finalizar, bate nas espada, eles num faz. Aí diz: meu tocador vamo-nos embora, tá chegando a hora de se a retirando. O meu Reisado é da Lagoa. Pode apanhar mais eu to duvidano. Aí encerra. Aí vai volta aquele Reisado todim, aí vai até onde começou no fundo terreiro. Aí lá o mestre bate [três palmas]. Encerrou aí. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Ambas as performances projetam-se em um *campo simbólico* que, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) seria o território onde se daria a produção de significantes e significados a serem utilizados pelos agentes detentores do capital econômico e/ou simbólico para inculcar no povo determinado *habitus*, que seria o *princípio unificador e gerador* das práticas, representadas pela soma $[(habitus) (capital)] + campo$ (BOURDIEU, 2008, p. 97). Em outras palavras, seria o espaço onde se processariam as relações sociais e se produziria o patrimônio cultural pertinente a tal grupo.

Nesse sentido, a oralidade passa a ser debatida enquanto instrumento interpretativo, buscando investigar as discrepâncias existentes nas práticas sociais regentes, bem como as liberdades individuais que são construídas nas brechas dos sistemas normativos. Ela possibilita ampliar os horizontes da pesquisa, na medida em que abre também espaço para entender os liames das relações simbólicas e sociais que perfazem a memória dos atores.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas

mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 9)

Ao mencionar a memória como produto da coletividade, Michael Pollak chama atenção para o fato de que a compreensão e a percepção são construídas pelas relações sociais. Portanto, o ato de rememorar o passado dá-se de maneira consciente, a partir das experiências do presente. Os sujeitos históricos reelaboram as imagens de outrora de forma a tentar enquadrá-las em uma fronteira social específica:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p. 12).

Até aqui se procurou perceber como o passado foi construído e reconstruído pelos agentes sociais envolvidos no folgado, bem como os sentidos simbólicos e tensões em jogo em tal processo. As memórias suscitadas trouxeram para a pauta da pesquisa questões até então imperceptíveis à proposta inicial. Apresentou-se como um desafio partir das lembranças individuais para um questionamento mais amplo daquilo que constitui a chamada memória coletiva. Assim, fragmentos multicores de representações diversas, utilizadas na tela da interpretação do passado histórico do Reisado, constituíram o foco deste capítulo. Os demais abordarão as ressignificações empreendidas sobre o folgado por parte de indivíduos e instituições alheias e/ou externos a ele.



3 – ENTRONAMENTO DOS REIS NA FESTA

3.1 – Agora é hora de tirar a sorte

Como parte do enredo do Reisado de Congo, há um momento da apresentação destinado a pedir contribuições em dinheiro ao público. Esse momento se mostrava de grande valia para perceber melhor o grau de interação e sentimento para com o saber.

Com base nos relatos dos brincantes de Barbalha, os anos de 1960 se evidenciaram como um tempo de reconhecimento e incentivo por parte dos moradores do município. Esses consumidores contratavam os grupos para se apresentarem nas casas em épocas de renovações e dos festejos natalinos. Mesmo quando não aconteciam, o participes encenavam por espontânea vontade e em troca recebiam a sorte esperada.

Em épocas de fim de ano, as ruas da cidade se transfiguravam com ritmos e cores variadas: as noites eram animadas pelas danças e cânticos dos brincantes que, com todos os seus jogos de agilidade, conseguiam despertar o carinho e o deslumbre dos moradores da localidade e, em troca, recebiam do público seu pagamento.

Por que na época que a gente começou a brincar, se apresentar dia de Reis na cidade foi no ano de 66, foi a primeira vez que se apresentamo, foi em 66. Naquela época a gente ia por espontânea vontade, era por através de tirar uma sortezinha, uma ajuda, o pessoal ajudava a gente num sabe? A gente brincava naquelas casa, que nem no tempo de a Liro, Salú, aqueles povo mais antigo. A gente chegava naquelas casa, aí elas dava uma contribuiçãozinha a gente, botava um lenço numa pessoa, o lençinho né outra, e eles no estante que colocava o lenço recebia aquela sorte, chamava-se sorte né. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Tirar sorte era muito mais que apenas colocar o lenço no público e deste obter dinheiro. Era uma tentativa incerta de jogar com o que se dispunha e avaliar se a receptividade tinha sido a esperada.

Para conseguir o que desejavam, os brincantes utilizavam todo tipo de manobra. As músicas eram um grande instrumento utilizado em meio a esse jogo de improviso e de conquista:

A ação de cantar implica numa transcendência associada aos impulsos gerados pela memória corporal de quem canta. No Reis, a música atravessa o

corpo de quem canta, ativando uma memória que re-significa o momento presente, para penetrar no espaço da casa e atingir o corpo de quem ouve. (BRANTES, 2007, p. 36)

Desse modo, os espaços da casa e do corpo passam a ser utilizados como um duplo canal. O primeiro destinado à transmissão de informação entre aqueles que cantam e ouvem, e o segundo, entre os personagens profanos com o espaço sagrado.

A memória corporal, nessa concepção, é despertada com a ação de estímulos que, após um processamento sensorial, efetuam suas ressignificações. Nos termos de Bergson (*apud* BOSI, p.44), a música seria a efetivação do processo estímulo / resposta, enquanto que a representação se enquadraria no esquema “*imagem-cérebro-representação*”, a mensagem recebida permaneceria parada no cérebro, formando uma nova percepção.

Claro que a relação casa/corpo não se resume a um esquema mecânico. A ligação do folguedo com Santo Antônio agrega um sentido transcendental e ritualístico à prática, na qual os valores e significados socialmente construídos se fazem presentes por toda a apresentação.

Como lembra Peter Burke, a “performance nunca é a mera interpretação ou expressão, mas tem um papel mais ativo, de vez que cada ocasião o significado é recriado” (2005, p.123).

Pode-se perceber que as canções, também chamadas de peças, eram improvisadas e, por este motivo, requeriam habilidade para compor versos e os transformar em música. Eram poucos os que detinham esse saber e quando o utilizam, ascendiam dentro do grupo e a sua credibilidade entre o público ficava garantida. Mas o improviso dos versos trata-se também de exemplo de elaborações ou adaptações que ocorrem por influência do lugar e momento em que se encontram os brincantes, o que denota o caráter dinâmico e transitório das manifestações culturais inerentes a este tipo de folguedo.

Nos termo de Duvignaud (1983, p.116), a música proporcionava “um estado de descontração”, de alegria e ritmo aos passos da dança. Os brincantes utilizavam-nas para elogiar os santos, para desafiar o grupo adversário ou para homenagear o público que, em troca, efetuaría suas contribuições em dinheiro. Essas eram tantas que chegavam a render boas quantias aos brincantes:

Eu ganhava muito dinheiro só fazendo cantiga por namorado que o namorado tava com as namorada aí eu fazia as cantiga pra ele. Aí ele mandava o dinheiro pra os Mateus ir buscar. Aí colocava o capacete nele ou então o lenço ou a minha espada. Aí colocava e ele mandava o dinheiro. Aí eu guardava. Eu ganhei muito dinheiro. Vendi uma novia [novilha] por

quarenta conto e nessa noite no Buriti [sítio] que eu brinquei na casa do finado Manel Teixeira ganhei sessenta conto, só numa noite só o que eu ganhei fora a noite que era justo. A noite foi dezessete conto a noite justo, aí eu ganhei sessenta conto só eu sozim. (Olímpio Ludugério, 17 jan. 2010)

Os brincantes faziam uso de diferentes astúcias para conseguir receber as gratificações pelos serviços prestados. Dentre os mecanismos utilizados estava o lenço, a ser colocado no ombro daquele que assiste a apresentação; a espada, utilizado da mesma forma; o Mateus, que tira brincadeira e pede contribuições; e o Jaraguá, animal de grande porte, feito de madeira e tecido, que movimentava os maxilares para receber o dinheiro do público.

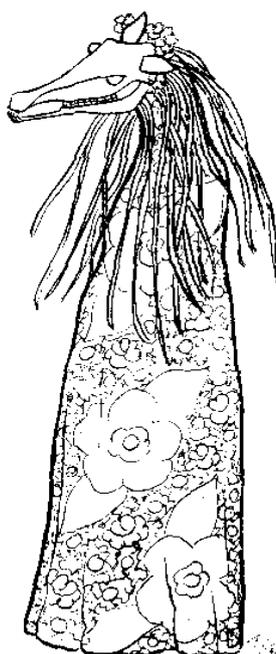


FIGURA 9 – Jaraguá. Imagem reproduzida por An’Augusta Rodrigues, sem indicação do autor (*Revista Brasileira de Folclore*, jan: abr/ 1972, p. 49).

Tais elementos eram utilizados no decorrer da encenação para persuadir as pessoas a interagir e efetuarem demonstrações de reconhecimento.

Pude perceber que o Reisado possibilitou a Olímpio Ludugério muitas conquistas, inclusive sentimentais, o que pode denotar o capital simbólico agregado à prática, pois conforme José Paulo Felipe:

Nessa época ninguém contratava nada. A gente ia só por diversario mesmo. Ai lá a gente botava um lencim em nome de uma pessoa, a pessoa mandava aqueles dez tom, dois mil réis, pronto, era... botava uma sortesinha. O Jaraguá quando ia, saia o Jaraguá saia com o capacete entregando a um e a outro aí, quando o caba entregando entregava dez tom, quinhentos réis, dois

mil réis era assim. Aí repartia que era pra comprar material pro Jaraguá, um pano, uma coisa né. Tudim era mais melhor que essa época, hoje em dia o caba só quer ir se for ajustado. Oh, dia de Reis nós fomo ninguém sabe nem dizer por quanto é, mas já chegou menino que brinca cobrando. Nego [alcunha do entrevistado] quanto nós ganhemo? Eu num sei que ainda num recebi, num posso dizer. Que se disser foi tanto, aí eles já tão fazendo a conta de quanto é que toca pra cada [risos]. Né não? (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

Note-se aqui uma alteração na forma de o grupo perceber a prática. Antes, eles brincavam por espontânea vontade, sem ter uma quantia específica ajustada para receber, o que parecia ser bem mais lucrativo e divertido do que no tempo presente, caracterizado por intensa cobrança para receber o pagamento.

Os brincantes barbalhenses da segunda metade da década de 60 do século passado, iam brincar na festa do padroeiro de Barbalha por espontânea vontade, sem estabelecer nenhum tipo de acordo ou contrato com o poder municipal. Mesmo assim, brincar naquela época se mostrou bastante lucrativo, a ponto de proporem ao senhor Olímpio Ludugério o cadastro do Reisado de Congo no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

O primeiro chefe do sindicato, por que ele veio aqui na Lagoa [sítio] na minha casa com uma folha de papel que era mó de eu... que o finado seu Antôn Costa nesse tempo era o prefeito, aí Manuel Ramos. É esse Manuel Ramos mesmo. Pois ele veio lá em casa com um livro, aí perguntou: mestre Olímpio se eu... nós veio aqui por autorização de nós e autorização da prefeitura, o senhor num quer fazer parte, o senhor assinar parte aqui do INSS, pro o senhor pagar INPS do Reisado. Eu disse: seu Manel, eu num posso não, por que o pessoal num tem condições. Que naquele tempo as prefeitura num ajuda em Reisado, tudo era de nosso punho né. Nós ganhava porque era quem brincava melhor, aí ganhava mais. E outros que num ganhava nada. Aí disse: não, mas seu Reisado é importante, muito importante porque nós brincava na casa de doutor Liro, nós brincava na Barbalha só na casa dos rico né. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

O ato de ir até a residência do mestre do Reisado para que ele inscrevesse os brincantes do grupo que coordenava no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, pode sinalizar que a dança dramática de caráter religioso passava a ser considerada pelos representantes do poder municipal e do “sindicato” por ele mencionado, como um trabalho, uma profissão formal que necessitava de enquadramento.

A palavra trabalho se evidencia nos relatos de alguns brincantes. Antônio José lembra que na “época de 60, 70 eu era figura dos outro, quer dizer, eu trabalhava pros outro. Hoje eu trabalho pra mim”, já Luís Tomé fala que começou a trabalhar e foi produzindo a “cultura

com eles” (referindo-se a Fabriano Livônio e a Antônio Costa Sampaio) e por fim, o ex-mestre de Reisado, Olímpio Ludugério, canta a última peça que fez: “65 pra 66 continua Reis vamos a segunda batalha. Nosso **trabaio** que é verdade eu não somo, dia de Reis tem quilombo na cidade de Barbalha”.

O trabalho assume um duplo sentido na memória dos idosos, conforme é esclarecido no livro *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi. O primeiro sentido estaria relacionado às atividades corporais, com todas as suas implicações sobre o psiquismo e o segundo, envolveria o “sistema de relações econômicas e sociais”, “não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade” (BOSI, 1994, p.471).

A memória estaria, portanto, marcada pelo diálogo das experiências subjetivas do corpo com as objetivas do sistema social e econômico (BOSI, 1994, p.471). Portanto, ao entrevistar os brincantes do Reisado de Congo que ainda estão em atividade, pude perceber que o descontentamento com o poder municipal atual, representado pela Secretaria de Cultura, pode ter conduzido os brincantes a recordar com satisfação os períodos em que eram independentes de qualquer governante, saíam pelas ruas e sítios de Barbalha, despertando alegria e entusiasmo.

Foi assim que os brincantes atuantes entre os anos 1960 a 70 relataram os bons momentos em que animavam as noites enluaradas de casais apaixonados, os dias lucrativos de renovação e de entronização do Divino, e ainda das vitórias obtidas nos desafios de espadas, cânticos e dança, momentos em que o povo ajudava e incentivava a continuidade dessa expressão cultural.

3.2 – Reisado de Congo na Festa de Santo Antônio

Anualmente, entre o último domingo de maio ou primeiro domingo de junho e o dia 13 do mês de junho é realizado, na cidade de Barbalha, a Festa de Santo Antônio de Pádua. Trata-se de uma importante celebração da religiosidade popular do Cariri cearense, que tem como abertura o carregamento e hasteamento do Pau da Bandeira e, como termino, a procissão de Santo Antônio.

Durante o dia do carregamento do Pau da Bandeira, centenas de pessoas acompanham o traslado¹⁵ de um imenso mastro que é feito da zona rural de Barbalha até a Rua da Matriz, onde o hasteamento é realizado.

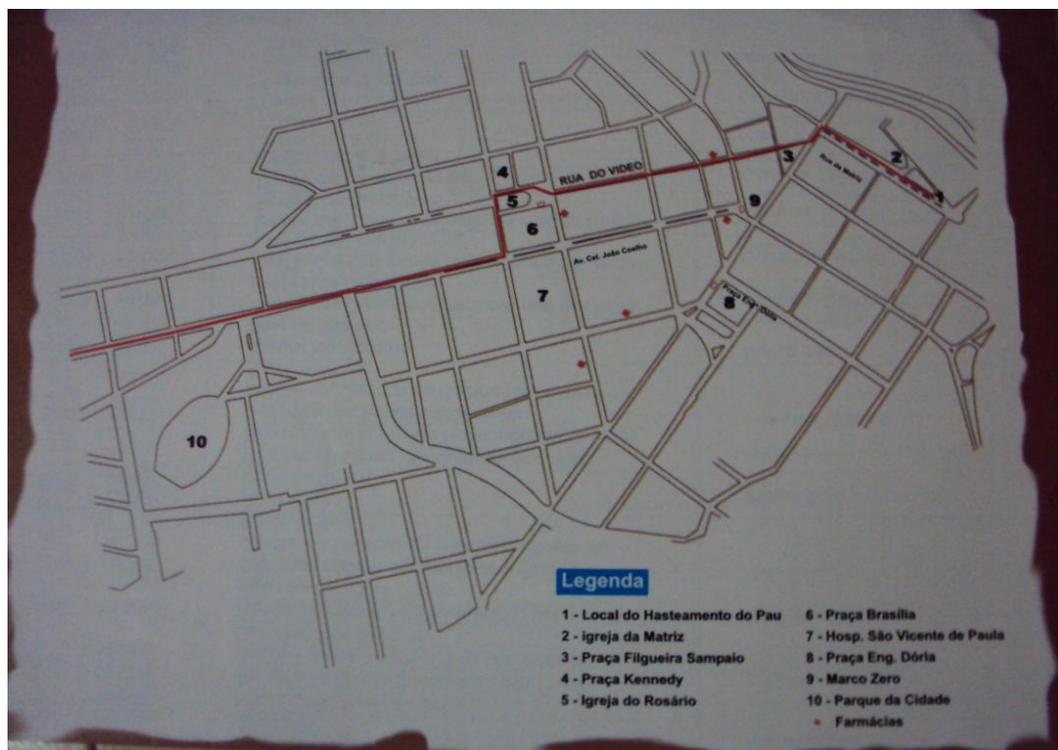


Figura 10 - Mapa do percurso do cortejo do pau da bandeira exposto na programação da Festa de Santo Antônio de Barbalha em 2007. Fotografia e arquivo: Simone Pereira, 18 jun. 2010.

Trata-se de uma prática que vem sendo realizada desde 1928 e que, ao longo do segundo e terceiro quartéis do século XX, sofreu uma série de inovações. Talvez as mais significativas, de acordo com Océlio de Sousa (2000), sejam as da década de 40, quando a festa passou por um processo de carnavalização, e as da década de 70, quando se transformou em um evento turístico, graças às ações do poder municipal com o apoio do pároco local. Em outras palavras, “o Cortejo do Pau da Bandeira seria, nesta perspectiva, o ‘carro chefe’ do processo de folclorização em curso. Daí o Dia do Folclore no município ter sido instituído para o dia do Cortejo” do mastro do santo (SOUSA, 2000, p. 58).

Nessa época de 1970, o poder municipal de Barbalha, sob a administração de Fabriano Livônio, resolve propor aos alunos¹⁶ da Escola Santo Antônio¹⁷ e as alunas do Colégio Nossa

¹⁵ De 1928 a 2003, o corte se dava no Sítio São Joaquim, do proprietário João Filgueiras Teles (Dr. Teles). De lá o transporte se dava “em cortejo, nos ombros dos voluntários, numa distância de 5 km da cidade” (*A Açã*, 19 mai. 1979, p.6). Com a morte do Dr. Teles, o mastro passou, a partir de 2004, a ser retirado no Sítio Flores, do proprietário Benjamim Sampaio.

Senhora de Fátima a colaboração na arregimentação das manifestações da cultura popular para dentro da Festa de Santo Antônio, a fim de contribuir para “transformá-la num evento regional” (SOUZA, 2000, p.50). Os brincantes aceitam o convite e passam a trabalhar para que a festa de 1973 fosse diferente das anteriores. Deste momento em diante, a comemoração iria se preencher de um novo sentido para todos aqueles nela envolvidos.

Para o mestre Francisco Belizário dos Santos:

Isso foi aberto pela através da cultura. Surgiu esse negócio aí da cultura e tinha as pessoa se manifestaro aí pra brincarem que era dona Lindete e Benivalda, Celene. Elas três foi quem enfrentaram esse negócio lá já por através da prefeitura né e surgiu, botar os grupo folclórico pra brincar dentro da cidade. E desde esse tempo pra cá, num parou mais não. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Na memória do brincante, a Secretaria de Cultura, sob as ordens do poder municipal, ficava responsável pela inserção dos grupos na festa. Contudo, pelo que se sabe, na época não havia SECULT, e sim uma Secretaria de Educação e Esporte, encarregada dessa função.

O poder municipal de Barbalha, em parceria com a paróquia local, decide inserir os grupos culturais na Festa de Santo Antônio. O objetivo era promover maior visibilidade e entretenimento à comemoração. Dessa forma, os organizadores do evento designam, em meio à programação das festividades do dia de hasteamento do pau, um horário pela manhã para o desfile e exibição dos grupos da cultura popular. O colorido que eles proporcionavam veio acrescentar um sentido todo especial à comemoração, à sua acepção de tradição e salvaguarda.

¹⁶ Escolas particulares.

¹⁷ “O Colégio Santo Antônio, inicialmente chamado de “Juvenato Santo Antônio”, nasceu do idealismo do Centro de Melhoramento de Barbalha, da boa vontade dos Padres Salvatorianos, da comunidade, de geração barbalhense” (*Região*, 18 jul. de 1976, p.68)



Figura 11 - Vista frontal do desfile do Reisado de Congo do Mestre Francisco Belizário na Festa de Santo Antônio. À frente esta o contra mestre José Paulo Felipe, conhecido pelo nome de Mestre Nego. Fotografia e arquivo: Simone Pereira da Silva. Sem data.

Todavia, “a recusa da uniformidade que um poder administrativo gostaria de impor em nome de um saber superior e do interesse comum” (CERTEAU, 1995, p.13) provocou inquietações, que me conduziram a buscar pistas que, de alguma maneira, elucidassem se a entrada das práticas denominadas de populares na festa, por intermédio do poder municipal, tinha ou não gerado sobre elas grandes alterações. Porque como é pertinente lembrar, esse tipo de patrimônio tem como principal marca sua fugacidade. Portanto, qualquer tentativa de direcionamento e controle mais rígido poderia levar a uma ressignificação completa do saber e dos sentidos que o caracterizam.

Assim, para se ter uma dimensão das transformações que vem se processando, recorri aos relatos orais dos mestres do Reisado de Congo de Barbalha que atuaram nas décadas de 1960 a 70, período em que não havia interferência intensa na prática por parte do poder municipal e quando passaram a integrar a abertura dos festejos do padroeiro.

Recapitulando o que vivenciou no Reisado, Luís Tomé, mestre do Alto da Alegria e ex-brincante do mestre Olímpio Ludugério, afirma ser em fins de 1960 e início dos anos 70, o momento da criação e valorização do folclore na Barbalha:

Mais isso foi no tempo ainda do finado Antônio Costa que era prefeito. Fabriano que é fi [filho] dele e hoje mora aqui, foi esse pessoal que começaram, eles foi quem começaram a dar valor, fazer as comunidade,

fazer folclore. Aí Barbalha começou. Ah! Aí começou a se envolver, todo mundo dando valor e eles ajudano, isso mais ou meno uma experiência, eu acho uns trinta e cinco ano por aí. Que os prefeito também num dava esse valor não, não gostava e tal. Mais nesse tempo de Fabriano e Antôn Costa é uns trinta e cinco ano a quarenta ano, foi eles que criaram. Por que quem começou a criar isso na Barbalha foi eles dois. Aí Barbalha começou a crescer, e, portanto, disso aí todos que entra gosta. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Percebe-se que a bem sucedida admissão dos grupos de folguedos na programação da Festa de Santo Antônio de Barbalha, pelo então prefeito Fabriano Livônio, produziu na memória dos brincantes a ideia de ser ele um dos fundadores do “folclore” e da “cultura na Barbalha”. Essa administração, nas palavras de Océlio Teixeira de Souza (2000, p.59) “desempenhou a função de transformar as experiências da cultura e da religiosidade popular de Barbalha em folclore”.

O outro responsável citado seria Antônio Costa Sampaio, prefeito entre os anos de 1967 – 70. Talvez a associação a este tenha ocorrido por causa do filho ser Fabriano Livônio, e/ou ainda devido à boa credibilidade devido ao crescimento urbano e o desenvolvimento econômico da cidade durante o período em que governou.

O entrevistado ainda relata:

Eu comecei a trabalhar e fui criado a minha cultura com eles. Uns trinta e cinco ano a quarenta ano. Por que na Barbalha o povo num gostava disso, o povo fazia era fofoca. Na época o povo fazia aquelas fofoca, aí começaram a gostar, começaram alugar, a chamar a gente é. Aí hoje, o povo sabe o que é uma cultura. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Na opinião do brincante Luís Tomé, o Reisado só passou a ter credibilidade na comunidade mediante o apoio do poder municipal. Nas palavras do historiador Michel de Certeau:

Essas credibilidades nascentes atestam o que há de mais frágil, de mais móvel também, porém de mais fundamental na vida social. Elas expressam invenções. Mas, muitas vezes, essas inaugurações, novidades que se agitam na espessura da história humana, orientam-se apenas para aquilo que se torna crível e aquilo que deixa de o ser. Assim fala, com discrição, a linguagem popular. O essencial, ela não o diz diretamente, mas por meio daquilo que ela não nega ou daquilo que ela ‘aceita’. Expressa suas discordâncias somente ao dispor de modo diferente o que a autoridade faz, de modo a manifestar aquilo ‘sem o qual’ não se pode mais viver. (CERTEAU, 1995, p.35-36)

Os relatos constituídos sobre os alicerces da memória têm, como marca, sua fugacidade e volubilidade. Dependendo das circunstâncias e do momento de elaboração, os brincantes selecionam o que é digno de ser lembrado, em detrimento de outros assuntos considerados sem importância para aquele instante. Por isso mesmo, Certeau chama atenção para essas credibilidades que atestam o que há de mais frágil e de fundamental, em outras palavras, ela expõe a ligação delicada que os participantes do folguedo construíram com o poder municipal, ao mesmo tempo em que a comunidade passou a dar valor aos grupos culturais populares. O essencial muitas vezes fica nas entrelinhas dos relatos, ou nas vozes de outros que por terem relações e concepções diferenciadas efetuam distintas maneiras de construir suas narrativas.

Brincar na festa pode ser visto hoje com satisfação por alguns, mas na época não foi nada fácil. Olímpio Ludugério narra como foi a primeira vez que participou da referida festa:

Na primeira vez, nós fiquemo com tanta vergonha por que a gente só era brincano aqui no sitio nas casa do pessoal. Mas quando a gente foi pra rua, quer dizer, eu mermo num estranhei muito não. Mas meu pessoal, uns dero dor de cabeça, outros dero febre. Esse mesmo Tico Neves era embaixador, deu uma dor de cabeça que não pode brincar. Aí com muito tempo foi que resolveu a brincar, que recuperou. Aí meu irmão que era o Mateu, Raimundo Ludugério da Paixão que era o Mateu, foi quem tomou de conta da espada dele no lote que nós fomo, nessa primeira vez que nós fomo brincar na Barbalha. O Mateus foi que tomou de conta da posição de Tico Neves e o outro Antôn Januário que era o contra mestre. Meu cunhado, digo: Bil Supriano você toma de conta da traseira, da parte do mestre, [corrige] do reis e Raimundo que é o Mateus, toma de conta do lado que eu resolvo a frente. Aí eu fiquei pra eu lutar com os dois, eu sozim lutar com os dois. Pra eu receber dois do outro Reisado. Até quando eu subi, aí subi mesmo e graça a Deus até o tempo que eu brinquei todo mundo deu valor a minha brincadeira. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

O constrangimento de se apresentarem fora do ambiente com o qual estavam acostumados gerou um mal estar entre os integrantes do grupo. Essa sensação só foi contornada depois de certo tempo, quando notaram a valorização e o incentivo proporcionado aos brincantes.

Todavia, vale lembrar que a participação dos grupos culturais na festa do padroeiro não acontecia somente em Barbalha. No Crato, saíam na festa de Nossa Senhora da Penha diversos grupos, dentre os quais estavam os Reisados.

J. de Figueiredo Filho, que era farmacêutico, jornalista, literato, folclorista e “professor de História do Cariri, da Faculdade de Filosofia do Crato”¹⁸ conforme assinala o jornal *Ação* (11 nov. 1967, p.1.), descreve no seu livro *O folclore no Cariri* o que vivenciou:

Presenciei, embasbacado, a dança do reisado, com cavaleiros de côres berrantes, predominando o encarnado, e capacetes enfeitados de espelinhos e lantejoulas. Manejavam espadas de pau prateadas, tão solenemente compenetrados, que pareciam autênticos guerreiros medievais em refregas ou torneios. Via, embevecido, o lenço de chita vermelha, verde ou azul, a ser lançado à assistência, a fim de colher os níqueis e cobres, moedas divisionárias daquele tempo, quando a gente até ignorava o significado do termo inflação. (FIGUEIREDO FILHO, 1962, p. 10)

Ainda criança, J. de Figueiredo ficou deslumbrado “com a multiplicidade de côres do **reisado**, com os passos dos figurantes do **bumba-meu-boi**, com a música-de-couro” (FIGUEIREDO FILHO, 1962, p. 10, grifo do autor), era o auge da valorização cultural. Logo em seguida, veio a decadência em prol da chamada civilização. É aí que seu pai, José Alves de Figueiredo, prefeito do Crato entre os anos de 1925 e 1926¹⁹, passa a combater as práticas tidas por velharias (FIGUEIREDO FILHO, 1962, p. 12-13).

Com o tempo, as proibições foram sanadas e a pauta de valorização para com os saberes do povo caririense foi retomada, já na década de 1950, pelo Instituto Cultural do Cariri – ICC, da qual fazia parte J. de Figueiredo.

Nos anos de 1960, os saberes do povo passam a serem utilizados como instrumento ideológico na construção de valores identitários.

No entanto, o que me interessa aqui é destacar a valorização e a mercantilização da cultura popular, transformada em folclore, que ganha vitalidade com o regime de 64 como parte de um processo voltado para a construção de uma cultura brasileira, cimento da identidade nacional. Nesse sentido, apresentar ao mundo e aos turistas certos elementos culturais como símbolos de ser brasileiro, ou da identidade brasileira, fazia parte dessa construção ideológica empreendida pelo regime de 64. [...] A folclorização da cultura popular pelo Estado militar brasileiro pode ser entendida como uma busca de criação de tradições que fornecessem uma base à cultura e identidade nacionais. Nesse sentido, o Estado incentivou o ‘dia do folclore’, como forma de mostrar à sociedade as ‘tradições genuinamente brasileiras’,

¹⁸ Atuou como jornalista nos anos 1920-30. Torna-se Imortal da Academia Cearense de Letras em 1967, integrando anos depois a Comissão Cearense de Folclore. Dentre os livros publicados estão o romance intitulado “Renovação [1937], Meu mundo é uma farmácia [parceria com Irineu Pinheiro], Cidade do Crato: esboço histórico e evolução (em parceria com Irineu Pinheiro) Engenhos [d]e Rapaduras do Cariri, Folclore do Cariri [1962], Folclore Infantis Caririenses [1966], História do Cariri (I, II, e III volume) e No Asfalto e na Piçarra” (*Ação*, 11 nov. 1967, p. 1).

¹⁹ ESMERALDO, Magali de Figueiredo. José Alves de Figueiredo. Disponível em http://blogdocrato.blogspot.com/2009_12_15_archive.html. Acesso em 31 jan. 2011.

procurando, ao mesmo tempo, estabelecer uma nova tradição: a preservação das ‘manifestações folclóricas’ e do passado a que estavam ligadas, através da sua comemoração. (SOUZA, 2000, p. 54-55)

Sob o domínio do Estado Militar as mais variadas práticas e saberes populares transformaram-se em instrumento identitário, de valores, atitudes e significados a serem compartilhados nacionalmente. A ideia era tornar o “verdadeiro folclore”, considerado espontâneo e genuinamente popular, em um mecanismo a ser utilizado para integrar racionalmente a população de baixa renda na sociedade capitalista contemporânea ignorando, dessa forma, a diversidade de elementos em comunicação e conflito que lhe eram subjacentes.

Destarte, é necessário ter cuidado para perceber as contradições sociais e culturais, pois quando elas não aparecem na superfície das práticas cotidianas, pode surgir a falsa impressão de haver um consenso a seu respeito.

A compreensão de que havia, então, uma homogeneização cultural brasileira comum a todos, acabava por dissociar as práticas populares de seu lugar social, imprimindo-lhes uma imagem caricaturada e distinta daquilo que essas representavam para aqueles que as vivenciavam, indivíduos e práticas que, até então, não tinham ligação mais direta com o poder político.

Essa concepção impressa por uma racionalidade acabava substituindo uma estrutura cultural no *plural* pela linguagem no *singular*. Esse motivo leva o historiador francês Michel de Certeau a criticar os letrados que se apoiam nos saberes do povo e os direcionam ao esquecimento, na medida em que o oral é suplantado pela escrita que, por sua vez, transforma as diferentes expressões em “folclore” (CERTEAU, 1995, p. 168).

No período do governo militar, a municipalidade de Barbalha parece cooperar com a construção de referências simbólicas nacionais, transformando os bens culturais e a Festa de Santo Antônio em atividades rentáveis, o que veio a produzir mudanças no tempo de apresentação do Reisado:

Agora a mudança que teve grande eu vou dizer agora. Antigamente a gente começava a brincar sete horas da noite à quatro hora da manhã, cinco hora, se um queria o outro queria mais, num sabe. E a diferença hoje é que tem esse negócio de apresentação que nem eu reclamei, só tem vinte minuto. Aí com vinte minuto você faz o que, vinte minuto pra você canta peça, pra você da jogo de espada e cantar a poesia. Num dá. Aí diz: não, o senhor tem os bicho? Tem. E que num apresenta? Eu digo: que é só vinte minuto, num dá. Por que pra apresentar um boi, nada, se for pra matar, partir e fazer aquela cantiga dele todinha vai quarenta minuto. O Jaraguá por ligeiro que seje, quinze minuto. Tem o genti, o javali, dez. Tem a burrinha, tem a Lica, tem a

doida, mas como é que apresenta em vinte minuto? Termina que nem eu lhe digo, vai findar se acabando. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Para dar tempo dos Reisados de Congo, Reisado de Couro (também conhecidos como Careta), pau de fitas, dança do coco, lapinhas, penitentes entre outros grupos se apresentarem na festa, os organizadores solicitaram que os partícipes realizassem suas apresentações dentro do tempo designado pra cada um, conforme a programação previamente elaborada. Não restando outra saída, os brincantes tiveram que deixar de apresentar os “bichos” do Reisado de Congo.

A supressão da parte móvel da brincadeira produziu, no depoente, uma preocupação com o fim do Reisado, já que esta prática faz parte da vida desse e de tantos outros agricultores que há décadas, vêm brincando nas celebrações da região do Cariri cearense. Contudo, os brincantes percebem que se adequarem a forma de execução aos interesses em jogo, todos sairiam ganhando. Desse modo, sob a imagem de obediência às ordens municipais vigentes, passam a efetuar sutis “táticas de consumo”, no sentido proposto por Certeau:

[...] a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensão, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrio simbólicos, contratos de compatibilidade e compromisso mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas. (CERTEAU, 1994, p.45)

Essas maneiras de fazer constituem as práticas pelas quais ocorre a reapropriação do espaço sócio cultural pelos consumidores: habilidades dos fracos para se sobressaírem frente aos grupos dominantes.

Uma vez alterada parte da estrutura do Reisado, devido à interferência do poder público, os brincantes não mais atuavam como antes e nem receberiam o mesmo pagamento. Agora teriam, por parte da prefeitura, “completa cobertura e assistência financeira, para que, a exemplo dos anos anteriores, a maior festa folclórica e sócio-religiosa do interior seja revestida de pleno êxito” (*A Ação*, 19 mai. 1979, p.6). Percebe-se que o jornal católico *A Ação*, pertencente à Diocese do Crato, informa as ações empreendidas pelo poder municipal e mostra que, nos anos anteriores, a festa obteve a credibilidade esperada.

Enquanto os integrantes do folguedo utilizavam “táticas” para tirar proveito do poder municipal, este se valia de “estratégias” (CERTEAU, 1994) para firmar uma identidade

cultural cariense, tornando a Festa de Santo Antônio em um das maiores eventos religiosos da região do sul cearense.

Os brincantes reconhecem a assistência ofertada pelo poder público aos grupos de folguedos. Tanto que Francisco Belizário, de 71 anos de idade e atual mestre do Reisado de Congo do Sítio Lagoa – Barbalha, relembra que:

Aí na [época] de doutor Fabriano as coisa mudou muito. Já ninguém ia mais cantar nas porta pegando uma sortezinha, coisa e outra. Eles já dava o cachê, ele dava espada, dava o que precisava, o que fosse preciso, o que eu pedisse tava na relação eu recebia. Ainda tinha merenda por menino, tinha o almoço e a gente passava o dia todo na cidade e era casando onde tinha um Reisado meio bom pra a gente se encontrar só pra desafiar na espada, no que topasse que eu tinha o prazer de fazer aquele encontro. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Quando os integrantes dos grupos de folguedos começam a se apresentar na festa do padroeiro por intermédio do poder municipal, passam a receber roupas, merenda, transporte e um cachê. Esse amplo apoio se deu a partir do momento que Fabriano Livônio Sampaio - engenheiro civil e “oficial do Exército reformado, tendo se formado na Escola Preparatória de Cadetes, em Fortaleza e na Academia de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro” (SOUZA, 2000, p.56), eleito através da ARENA para administrar o município de Barbalha entre os anos de 1973 e 1977 – resolve instituir a parte cultural no dia do hasteamento do mastro do padroeiro.

As práticas populares passam a ser valorizadas pela municipalidade, mas com elas veio também a necessidade de adaptar os saberes e ofícios às novas exigências, tanto que “ninguém ia mais cantar nas portas pegando uma sortezinha, coisa e outra”, como relata Francisco Belizário.

Os brincantes se viram, de certa forma, obrigados a deixar de pedir contribuições ao público pela apresentação. Os motivos apontados seriam a falta de interesse dos moradores de Barbalha, talvez por que “vê demais né” esclarece Antônio José e/ou por quê o público, sabendo da existência do cachê ofertado pelo contratante, não encontra mais motivos para efetuar suas contribuições.

Os depoentes dizem também que hoje não compensa mais se apresentar todas as noites nas renovações: “Brincar por duzentos reais pra dezoito pessoa, num compensa, (...) hoje mudou muito, setenta por cento”, acrescenta o mestre Francisco Belizário.

Mais essa não foi a única mudança. O ex – Mateus José Ribeiro da Cruz, de 84 anos, conta:

Houve uma grande mudança no Reisado. Os Reisado de hoje nem se compara com os Reisado antigo. Os Reisado antigo era muito, era dobrado a melhoria pra esse Reisado de hoje. Reisado antigo só tinha guerra no tempo do Reisado. E hoje quando canta umas três ou quatro peça, quando sai dentro de casa, chegou no terreiro, aí entra pra dentro de casa, tem as peça de entrar tem as peça de sair. Aí eles já vão bater espada. Nosso Reisado só tinha espada na hora exata, chamava a guerra. (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

Note-se aí que, além dos entremezes deixarem de existir nos Reisado de Congo de Barbalha, outra alteração ocorreu na estrutura do folguedo: os brincantes passaram a efetuar as embaixadas corriqueiramente, bem diferentes daquelas mais antigas, que tinham um momento certo de se apresentar as embaixadas. Hoje, o que interessa é promover um espetáculo curto e dramático que seja fácil de atrair e, ao mesmo tempo, de dispersar o público alvo.

O sentido do folguedo passa a ser ressignificado não só na forma de encenação, mas na indumentária também: Luís Tomé conta que, quando começou a “fazer esse trabalho” utilizavam papel seda nas cores vermelho, amarelo e branco para fazer as saias, e verde na confecção das coroas. As fitas a serem presas nas saias e nos coletes de papel usado sobre as blusas, eram feitas com todas as cores. Era um tipo de ensaio a ser realizado no decorrer das semanas pelas esposas, mães e filhos brincantes. Depois de feito, “tava alicerçado como o aluno tava estudado pra receber seu diploma, aí a gente trabalha pra comprar as roupa, entendeu?” afirma o mesmo mestre.

Luís Tomé acrescenta ainda:

Que aquelas roupa ela num pode continuar direto que aquele... Ela vai mudando, você num muda, você num tem uma blusa dessa daí você num que ota é a mesma coisa da gente. Vamo dizer, eu fui brincar o Reisado no Canindé passei quatro dia, lá eu vejo outro grupo e acho que tá mais bonito de que meu. Então, já vou botando na memória: quando chegar em casa eu vou mudar, aí eu estudo aqui aí quando eu chego eu vou mudando. Quer dizer, aí tem mais otos que tem do mesmo jeito aí num ver o meu, também num vou dizer que vou mudar não que eu quero mudar que é pa. Viu? Aí vai mudando. Quer dizer, é onde você vai crescendo, vai mudando aquela coisa, tá entendendo? Quer dizer, aí vai deixando o futuro para um filho, o filho vai aprendendo e fica aquilo ali. Quer dizer, num se acaba pá num parar. Num é assim? Pra num parar, porque se parar acabou-se. Tem que fazer, tem que trabalha, investigando, tem que ir deixando que se num deixar se acaba. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Observe-se que, para o brincante, a mudança na roupa faz parte da natureza dinâmica do ser humano, no entanto esconder dos brincantes de outros grupos a decisão da mudança parece fazer parte de um interesse bem mais complexo, o de se diferenciar e destacar entre os

demais Reisados: é a luta simbólica pelo poder de impressionar, que tende a se fazer mais intensa nesses momentos festivos:

Dessa maneira, conforme pensou Guattari, os indivíduos são agenciados capitalisticamente a destacarem-se socialmente dos demais, individualizando-se ao assumirem os referenciais de poder e de prestígio social modelizados sob os signos do capitalismo, buscando competir, vencer, destacar-se, ser o melhor nessa moldura de valores gestados historicamente e estabelecidos culturalmente. (OLIVEIRA, 2007, p. 65)

Seguindo essa vertente de pensamento, o mestre do folguedo procura ser melhor do que os outros para, com isso, conseguir o prestígio esperado pelos agentes financiadores de suas práticas, no caso o poder municipal de Barbalha ou mesmo de outras cidades, que nos últimos anos vêm efetuando contratos para apresentações. Esse processo, assim, faz parte das relações de poder estabelecidas na sociedade capitalista.

Para Magnani (1998, p. 33) o “que é visto, porém, como descaracterização, muitas vezes não é senão a única ou mais adequada resposta possível diante de determinado contexto”. Portanto, entre ficar vivendo entre as lembranças de um passado nostálgico e viver o presente da forma que é imposto, os brincantes preferem arriscar e jogar com as cartas que lhes forem entregues.

Nesse sentido, enquanto o jogo pressupõe regras a serem seguidas, a festa exerce uma função inversa, assim mencionada pelo sociólogo Jean Duvignaud no livro *Festas e civilizações*:

A festa, inversamente, destrói toda regulamentação, sem transgredi-la, simplesmente por que a transgressão descarta o ‘desvario’ e o ‘deboche’ a que, geralmente, as conjecturas reduzem a festa. Ela não apenas viola mas os destrói códigos e as normas, ao colocar o homem frente a um universo desaculturado, a um universo sem normas, ao ‘tremendum’ que engendra uma espécie de terror. (1983, p.67)

Nesses períodos festivos as fronteiras espaciais do lugar social em que os indivíduos estão inseridos perdem sua definição e tornam-se mais fluidas. A cultura popular produz, assim, um tipo de paródia da vida cotidiana, paródia essa a ser vivenciada em ocasiões específicas, em que o “sistema das imagens da festa popular” tinha, ainda segundo Mikhail Bakhtin, “uma existência integral, carregada de um importante sentido nas diferentes formas dos folguedos públicos, assim como na literatura” (1993, p. 171).

Mais tarde, todas essas formas de folguedos populares que constituíam a segunda metade pública, não-oficial, de toda festa religiosa ou nacional, coexistiram com o carnaval de maneira independente, embora apresentassem numerosas características em comum com ele, como por exemplo a eleição de reis e rainhas efêmeras, a festa dos Reis, o São Valentim, etc.

Essas características comuns provêm do elo que une essas formas ao *tempo*, o qual, no lado popular e público de toda festa, torna-se o seu verdadeiro herói, efetua o destronamento do antigo e a coroação do novo. Naturalmente, todas essas formas continuaram a gravitar em torno das festas religiosas. (BAKHTIN, 1993, p.190-191)

A festa de caráter popular tem esse sentido de libertação provisória das hierarquias vigentes. A capacidade temporária de destronar o velho poder e antiga verdade para coroar uma nova concepção não-oficial sobre a sociedade. Nas palavras de Magnani (1998), essa forma de entretenimento possibilita ao pesquisador uma rica análise do processo de mudança das práticas superando, desse modo, as limitações de uma abordagem meramente “folclorista”.

Brincar na festa é muito mais que um ato lúdico ou religioso, trata-se de um elemento formador de identidade cultural caririense. Assim, fala Luís Tomé:

Brinca na festa é o seguinte, por que toda festa tem que ter cultura, tem que ter folclore, aí é o seguinte, cada pessoa faz seu limite, cada pessoa faz seu modo. Então, tem que ser o seguinte, eu brinco numa festa contratado, eu faço minha parte e eu gosto da cultura. Quanto mais eu brinco mais eu gosto, mais é que eu trabalho por que e tanta filmagem, é tanta pessoa filmando, tirando retrato otos vaiando, ei vem aqui que eu vou te dar uma agrado e oto vem aqui que eu vou lhe dar um agrado. E aí termina você fazendo o que gosta, termina você brincando e aquela paixão por cidade, aquela paixão pela a festa. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

A paixão se traduz pelo sentimento de pertença que se forma entre os partícipes dos grupos de folguedos, dele fazendo parte, a noção que seus saberes são dotados de valor e que também fazem parte desse todo chamado cultura.

Assim, percebe-se que mesmo com todas as modificações efetuadas na prática a fim de adequá-la à comemoração, foi na Festa de Santo Antônio de Barbalha que os brincantes do Reisado de Congo, em meio a uma gama de espetáculos, se fizeram notar. Viram na festa a oportunidade de tentar a tão esperada ascensão social, de vencer o anonimato e de firmar a permanência frente às práticas vigentes, visto que com a transmissão oral destas práticas, “dá-se igualmente a reprodução e transmissão das experiências sociais” (THOMPSON, 1998, p. 18).

É mediante a festa que o povo “esquecido” e marginalizado pela sociedade capitalista se faz perceber. Tornam-se simbolicamente reis, rainhas ou guerreiros em uma batalha quase infundável para manter vivos, no corpo e na mente, o saber e a memória coletiva que representam.

Relembrar, nessa perspectiva, se torna um meio de manter viva a memória dos que ainda insistem em permanecer com a prática. Nas palavras do mestre Antônio José, “Reisado é bom. Reisado foi minha infância. Ainda hoje eu tem lembrança do Reisado que eu dancei. Chegou à vez, agora eu to recordando, minha velhice desmanchando o que minha mocidade fez”.

Rememorar é um ato de reaviva experiências e sentimentos de outrora. É também o momento em que os agentes sociais, mediante seus relatos orais, esclarecem trajetórias e eventos associados às práticas populares (FERREIRA, 2002, xiv). Portanto, é o meio mais adequado de ter acesso aos reflexos que emanam da memória dos brincantes com relação à Festa de Santo Antônio de Barbalha.

3.3 - O Turismo e os Festivais Folclóricos Caririense

Para um homem que trabalha, constitui uma atividade de lazer qualquer participação ativa na vida cultural, isto é, toda atividade de criação ou de compreensão de um produto cultural, independente de sua natureza (DUMAZEDIER, 2000, p.142)

Desde os anos de 1950 desencadeou-se, no Cariri cearense, um movimento de valorização e divulgação das práticas populares. Intelectuais ligados ao Instituto Cultural do Cariri - ICC engendraram uma jornada, indo de encontro ao que havia de mais bucólico, àquilo que possuía um ar original e carregava em si um elo com o passado. Assim, a cultura do povo, denominada por eles mesmos de “folclore”, tornou-se, para esses folcloristas, jornalistas, memorialistas e demais pesquisadores interessados pela temática, a porta de acesso à comprovação da tradicionalidade a ser reconhecida e salvaguardada do progresso e do “menosprezo das elites” caririenses (FIGUEIREDO FILHO, 1962, p. 15).

Os estudiosos da região passaram a propagandear na imprensa a importância de se preservar os saberes e fazeres do povo frente às ameaças provocadas pela modernidade. Tal entendimento é notório no jornal *A Açã*o:

No Ceará, os diversos artesanatos e grupos folclóricos são ainda focos isolados que resistem de teimosos e sobrevivem por milagre. Núcleos isolados no meio social, separados e distantes entre si, dissociados do calor comunitário, mas jorrando em manifestações de beleza e modelos fascinantes.

Acreditamos que a estruturação da política turística urge ser conduzida no sentido de proteger, dignificar e difundir o artesanato, a arte popular e os grupos folclóricos, mas sem o perigo de alocá-los ou oficializá-los, pois tudo que se oficializa deixa de ser folclore.

Que as empresas turísticas não procurem enfeitar, corrigir, fazer mais bonito, mais elegante... Pode cair no risco de tirar o caráter folclórico como já aconteceu aos maracatus e escolas de samba que enriqueceram e perderam pouco a pouco o caráter de atividade lúdica da gente do povo (23 ago. 1975, p.3).

Percebe-se, assim, que a questão da sobrevivência mantinha relação direta com o distanciamento das comunidades em relação às cidades. Essa forma de percepção, associada ao medo da banalização como a ocorrida com os maracatus no Recife entre as décadas de 1960 e 1990²⁰, e ao desejo pelo retorno aos períodos áureos em que a “tradicional” cidade do Crato detinha poder político, econômico e cultural, impulsiona a criação de uma empresa voltada ao turismo cuja finalidade, dentre outras, seria o de proteger os saberes populares frente à modernização.

A referida empresa vinha sendo planejada no Crato desde o final da década de 1950. Percebe-se tal fato em uma matéria da revista *Itaytera*, onde se relata:

O ponto de partida para o equacionamento da questão, ao nosso ver, tão vital seria a criação da COMISSÃO CARIRIENSE DE TURISMO, integrada por uma dúzia de pessoas realmente entendidas no assunto e conhecedoras [sic] profundas da região. Não poderia - e nem deveria - essa comissão ser integrada por <<medalhões>>, cousa tão comum em nosso meio. Os “medalhões” nada constroem, são parasitas e apenas fazem fracassar as iniciativas... (1959, p. 90).

Segundo a revista supracitada, a comissão em questão deveria ser custeada pelas prefeituras municipais da região (*Itaytera*, 1959) e administrada pelos intelectuais do ICC, pois eles seriam os mais qualificados para assumir tal desafio. Outras pessoas não detentoras

²⁰ Durante este período, os maracatus-nação são transformados em espetáculo internacional e em 2003 são incumbidos da abertura do carnaval de Recife – PE, transmitindo uma sensação de homogeneização de seu fazer (GUILLEN & LIMA, 2006, p.183).

do capital cultural esperado e, dessa forma, denominadas de “medalhões”, poderiam vir apenas a preencher cargos e não desempenhar esta função com responsabilidade, o que de fato era inaceitável para aqueles que queriam garantir o espaço de transmissão dos ideais progressistas.

A equipe encarregada da criação, presidida por algum conhecedor de turismo, “[...] trazido de preferência, do sul do país ou indicado pela Combratur (Comissão Brasileira de Turismo)” (*Itaytera*, 1959, p. 91), traçaria os planos e os encaminharia para a execução, o que poderia levar até dois anos para de fato ser concretizada, segundo a própria revista *Itaytera*.

Com a finalidade de salvaguardar e de desenvolver medidas de sustentabilidade é que se funda a Comissão Cariense de Turismo, submetida à COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo, à EMBRATUR – Empresa Brasileira do Turismo e ao Conselho Nacional do Turismo²¹. Estas duas últimas empresas vêm, desde 1966, atuando na constituição de um mercado de bens simbólicos referentes à área cultural (SOUZA, 2000). Para Bourdieu:

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos (em particular, do jornalismo, área de atração para os intelectuais marginais que não encontram lugar na política ou nas profissões liberais), é paralelo a um processo de diferenciação dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos, e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos. Estes constituem realidades com dupla face – mercadorias e significações -, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural. (BOURDIEU, 2005, p. 102)

A busca pela legislação das esferas culturais dar-se-ia nos campos intelectuais, artísticos, econômicos, políticos e religiosos, constituindo assim, um mercado de bens simbólicos, cuja agregação de valor se desenvolveria à medida que os agentes envolvidos no processo inculcassem os diferentes significados transmitidos pelos campos acima mencionados, de forma a transformá-las em *habitus*:

O terceiro e último momento corresponde à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou

²¹ O Estado transformava as práticas da cultura popular em instrumento identitário, de valores, atitudes e significados compartilhados, negligenciando, assim, a existência de diferentes elementos em comunicação e conflito que traz em si as marcas das contradições sociais e culturais.

menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. (BOURDIEU, 2002, p. 191)

A incorporação dos *habitus* internalizaria certas práticas ou regras que não inibiriam a criatividade e ainda possibilitariam alguma liberdade devido à existência de fissuras nas estruturas sociais (PASSIANI, 2009, p.295). Dessa forma, os intelectuais e políticos da região cariense que constituiriam a Comissão Cariense de Turismo passaram a enfatizar a necessidade de planejamento e melhoramento na infraestrutura das cidades e rodovias da região, o que de fato ocorreu, não só em termos estéticos, mas também ao nível simbólico das representações. Sobre isso, há alerta de estudiosos da época:

Mas o turismo não é, como muita gente imagina, a segurança e assento para agasalho e tranqüilidade do folclore. Nada disso. O turismo é simplesmente um apoio, em [um] encosto para artesãos, tocadores, cantadores, quituteiras e dançadores de grupos conseguirem melhores condições econômicas. (*A Ação*, 23 ago. 1975, p. 3)

Nota-se aí a existência de uma consciência de que o turismo não seria o reduto de salvaguarda da cultura “popular”, e de que as práticas que a compõem estavam, portanto, sujeitas a modificações, na medida em que podiam surgir novos hábitos e desejos de adaptar seus costumes aos anseios do momento (Organização Mundial do Turismo, 2001 *apud* LEITE, 2008, p.57).

Nesse sentido, percebe-se que o “apoio” age sobre os folguedos do Cariri de forma a ressignificá-los imprimido, nos atores de tais práticas, uma ótica diferenciada das experiências até então vividas. Em outras palavras, a espetacularização das artes do povo produz reinvenção dos saberes, mediante artimanhas que os atores sociais engendram nesse cenário, a fim dele tirar proveito. Essa era a imagem repassada pelos interessados nesse empreendimento, oportunidade de “melhorar” as condições econômicas dos participantes e da indústria local.

As representações construídas em torno do “folclore” são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e são importantes, portanto, “[...] para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). É nessa perspectiva que encaro as atitudes realizadas, sobretudo, pelos políticos e intelectuais do Cariri que vinham desempenhando ações visando a divulgação e a dinamização do turismo da região.

Mas, para que a empresa então criada se firmasse, era preciso haver, entre os elementos da tríade clássica sobre a qual se apoiava, a ênfase na questão da atração, elemento de “magnetismo” e “fascinação”, que assim é mencionado no jornal *A Ação*:

Seria dispensável dizer-se – porquanto todos sabem disso – que as atividades turísticas crescem e florescem em função da clássica tríade: - hospedagem, atração e locomoção. Estes três impulsos se coordenam e se completam. Mas é no setor atração que se fixa o ponto máximo de interesse e de sedução. Na atração reside todo magnetismo, toda magia, toda fascinação. Este plano pode ser conceituado como o centralizador positivo, dinâmico e imediato. É portanto o ponto de captação, o chamariz poderoso e irresistível. E aí aparece o folclore como processo de comunicação, meio eloqüente de interesse e forte elemento publicitário. Chega mesmo a vencer os possíveis e imprevistos embarços de hospedagem e transporte. (23 ago. 1975, p. 3)

Ao ser apropriada como elemento publicitário, a cultura do povo assume uma operacionalidade, bem distinta daquelas até então compreendidas e assimiladas pelos verdadeiros praticantes dos grupos de folguedos. Esses agentes sociais, que realizavam seus saberes em comemorações ou celebrações relacionadas (em sua maioria) à religiosidade e, portanto, em períodos específicos do ano, passam frequentemente a se exhibir e a desfilar em diversos eventos, o que ocorre à medida que recebiam as convocações e convites de pessoas ilustres da terra.

Em meio a esse cenário, engendraram-se estratégias políticas objetivando firmar uma identidade. A cultura assume um tipo de atitude pedagógica, sendo utilizada com o objetivo de promover um sentimento de pertencimento numa coletividade, cuja representação suprema faz-se no “âmbito universal do Estado” (EAGLETON, 2005, p. 16-17).

Foi assim que, nos anos de 1960, houve o primeiro “Festival Folclórico do Ceará, realizado sob os auspícios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Govêrno do estado e da Universidade Federal do Ceará” (AQUINO, 1966, p. 185). Na ocasião:

[...] os conjuntos de Crato, Juazeiro do Norte, Itapipoca, Almofala e Caucaia cumpriram uma programação das mais interessantes, fazendo demonstrações de bandas cabaçais, reisados, maneiro-pau, côco de diversas modalidades, aboiadores e danças de aranha, de São Gonçalo do Amarante do Torém, esta considerada uma das últimas reminiscências de rituais indígenas em nosso Estado. (AQUINO, 1966, p. 185)

Os Reisados do Cariri que efetuaram sua exibição no primeiro Festival Folclórico do Ceará foram os de São José, pertencente ao Muriti, distrito cratense, e o do sítio Cipó, Juazeiro do Norte. O artigo de J. Lindemberg de Aquino (1966), não especifica se todos os

integrantes dos grupos eram mesmo das localidades citadas pois, como pude observar no relato dos brincantes, havia o costume de convidar participantes de outras cidades e grupos a integrar o folguedo desfalcado para efeito de apresentação. É possível, portanto, que nesse evento algum brincante de Barbalha tenha participado.

Ao examinar as matérias publicadas no jornal *A Ação* durante os anos de 1967 a 1982, não localizei nenhum indício que remetesse a algum tipo de competição entre os folguedos no Ceará. Entretanto, a questão muda quando partimos para os relatos dos brincantes. Sobre as iniciativas particulares empreendidas posteriormente, um ex-mestre afirma:

Teve um ano que a juíza de Barbalha ofertou um prêmio por que uns dizia que o Reisado da Barbalha era melhor do que aqui da Lagoa, que era o meu. Aí eu fui, dei uma surra nele na espada, aí eu ganhei o prêmio de 300 reais. Só num recebi tudo por que tive pena dele, porque ele brincou também. Aí eu dei a metade pra ele e fiquei com a metade. Mas eu fiquei com a vitória, que eu açoitei ele. Fui daqui fui o campeão quatro, fui campeão ne Barbalha, fui campeão no Juazeiro duas vez, uma vez ne Crato e quatro vez na Barbalha e duas em Missão Velha. É por que eu brinquei ganhei primeiro lugar. Aí sempre que... De Reisado até aí eu paro, por que eu num sigo mais pra frente por que eles já tomara de conta. Até 66 derradeira cantiga que eu fiz foi essa: 66 foi ano que eu mais brinquei, tive a licença... Que eu to esquecido, faz muito tempo, 66 foi ano que eu mais brinquei, tive a licença pro meu Reisado passar. Você pensava que o meu Reisado caía, mas resistia e num ia mais brincar. Aí foi a derradeira música, tem outra que foi de 60. (Olimpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Percebe-se que, além dos eventos mais amplos, como o Festival Folclórico do Ceará, existiam no Cariri iniciativas particulares de incentivo às competições entre folguedos. O objetivo era definir quem estava mais bem preparado: se o da cidade ou do sítio.

Pelo que se percebe, a vitória foi determinada com o açoite do oponente pelo próprio entrevistado. O vencedor levou consigo parte do prêmio - provavelmente²² em cruzeiros, pois o real só veio a circular no ano 2004. Tal equívoco é típico dos lapsos da memória, provocados pelos processos de esquecimentos.

Prossegurei ao dia 7 de maio de 1967, data de realização do Festival Folclórico em Batateira, bairro cratense. A festividade foi promovida pelo "Instituto Cultural do Cariri e a cargo do CONJUNTO FOLCLÓRICO DO BATATEIRA, futuro ITAYTERA, com a coadjuvação do REISADO DE SÃO JOSÉ" (*Itaytera*, 1967, p.59).

²² É comum no interior, as pessoas mais idosos se referirem à moeda como réis, mesmo quando circulava o cruzeiro. A confusão de terminologias é bem frequente.

Três anos depois, especificamente em agosto de 1970, deu-se início ao primeiro Festival Folclórico do Crato, promovido por várias instituições, dentre as quais se destacaram o ICC, o Centro de Folclore do Crato e a Prefeitura Municipal. O evento em questão contou com a colaboração da Varig na distribuição dos folhetos com a programação e o convite, endereçado às entidades, associações e grupos folclóricos de diversos estados, para participar das apresentações (*A Ação*, 17 jan. 1970, p. 4).

As ações de promoção aos motivos culturais do povo continuam a ocorrer em 1977, quando realizou-se, na mesma cidade, o Primeiro Festival Folclórico do Cariri, patrocinado novamente pelo ICC, com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado, da Empresa Cearense de Turismo - EMCETUR, do Departamento Municipal de Educação, da Paróquia de Nossa Senhora da Penha e do o Clube dos Amigos do Folclore (*Itaytera*, 1978, p. 71).

O festival passaria, posteriormente, a constar no calendário da EMCETUR e contaria com a participação de grupos das cidades vizinhas, como Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririáçu, Nova Olinda e Várzea Alegre (*Itaytera*, 1978).

Em tais festejos intensificaram-se as disputas entre os grupos e representantes da cultura popular local, que competiam entre si por uma premiação que seria atribuída pelo evento àquele “mais habilidoso” ou “melhor”:

Que nem a gente foi um festival no Juazeiro, eles dissero que a gente ia se apresentar. Era onze Reisado, pá tirar o primeiro lugar. Tinha muitas coisas pra mesa julgadora prestar atenção e ver onde tá o certo e o errado, num sabe? Aí se eu faço um ponte de espada pra um mestre ele num pega, eu ganho ponto, viu? Se eu faço uma poesia, uma peça, uma cantiga com qualquer pessoa do... ou prefeito ou a pessoa da cultura, ou com qualquer coisa, eu faça certo, ganhava ponto. Aí como era os encontro do Reisado? Ele tem que fazer a pontuação dum para o outro. Se ele pegar o ponto da gente, tudo bem, se ele num pegar, ele já perdeu ponto e vai fazer ponto pra gente também né. Se ele perder, já empate. Mas se ele ganha, já vai ganhando ponto e daí por diante, muitas coisa. E tem que cantar peça elogiando a cidade donde a gente tá, não outra particular. Aí eles pediram até uns exemplo, se eu tivesse em Juazeiro se eu ia cantar elogiando o Juazeiro. Eu disse: lógico que vou, por que eu to lá em Juazeiro. Mas, se eu to aqui em Barbalha eu num vou elogiar o Juazeiro, tem que elogiar Barbalha né. Aí daí por diante, aí foi muitas coisas, aí foram jogando, jogando e tchau. Eu cheguei ao primeiro lugar. (Francisco Belizário, 17 jan. 2010)

A mesa julgadora ficava responsável por analisar a desenvoltura, a destreza e o improviso. Os brincantes, para chegar ao pódio onde se localiza o espaço destinado ao tão almejado primeiro lugar, tinham que usar o conhecimento e habilidade que possuíam a fim de

explorar a fraqueza do oponente, atrair a simpatia do público e, com isso, mostrar que eram dignos dos louvores da vitória.

Talvez esse seja um dos motivos de os brincantes fazerem referência aos festivais: significava demonstrar que, na hierarquia do saber, eles detinham um lugar de reconhecimento social:

Que eu brincava lá e João Hilário deu as honra, um meno era nem prefeito ainda. Foi quem bateu palma e eu ganhei com essa cantiga, ganhei o primeiro lugar com essa cantiga, com o zabumba, aí nós subia o palanque, eu ganhei: dei um passeio no Jardim da Espanha, a muito tempo que eu lá num ia, tava sentado em peda de amor, vendo os clamo que meu bem fazia. O meu amor mandou me chamar, mandei dizer que eu lá num ia, tava sentado em peda de amor, vendo os clamo que meu bem fazia. Ganhei o primeiro lugar no primeiro ano de João Hilário. Ele bateu palma, mestre Olímpio da Lagoa ganhou um presente... um prêmio em primeiro lugar. Aí foi quatro ano em seguida. Outra cantiga que eu cantei, que faz muito tempo aí a gente se esquece. Como eu vou dizer, eu fiz 166 peça de Reisado. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

O radialista João Hilário, primeiro animador oficial do Cortejo da Festa de Santo Antônio da década de 1970 e prefeito durante os anos de 1983-1988 e 1993-1996, aprofundou ainda mais o “processo de folclorização” (SOUZA, 2000, p.59), iniciado em princípios dos anos de 1970. Ele tinha participação nos festivais e na votação do brincante vencedor. Receber os aplausos e o prêmio do júri, desse modo, corresponde ao ato de ser aceito pelo grupo detentor de capital cultural. Tal fato é digno de páginas no livro de memórias que cada brincante traz em si.

Todavia, nem sempre se chegava ao topo entre os melhores. O mestre Belizário rememora:

Aí em Barbalha teve três festival de cinco Reisado, eu ganhei inté terceiro lugar, eu ganhei. Agora lá a secretaria foi quem tirou meio ponto que num existe isso de meio ponto não. Ela tirou pra dá o mestre lá da cidade, desqualificando os daqui do sítio né. Mais né também assim não, você tem que valorizar é aqueles que merece né. Tem muitas coisa pra puder dá certo. (Francisco Belizário, 17 jan. 2010)

Note-se que a Secretaria de Cultura assume o papel, na fala do mestre, de responsável por prestigiar outros brincantes com os dois primeiros lugares. Em nenhum momento ele questiona se teria errado ou se o oponente teria feito uma apresentação mais atraente. A preocupação do brincante gira em torno do meio ponto, suposto sinal da atitude incoerente do júri, como é por ele mencionado.

Então, comecei a conversando com o brincante do Reisado de Francisco Belizário, Tico Neves na residência deste último (foto abaixo).



Figura 12 - Antônio Wilson Abel, conhecido por Antônio de Corina (primeiro embaixador do Reisado de Francisco Belizário). Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Antônio Wilson relatou que a secretaria:

Botou nós pra ir brincar uma vez os cinco Reisado numa disputa pra ver [quem] tirava o primeiro lugar, nós brinquemo lá bem organizado e todo mundo que tava lá o povo bem organizado. Ai quem tava dando ponto lá era Celene e outras lá. Ai no dia da inauguração ai da quadra ai, nós tiremo o primeiro lugar como ela disse: não, mais seu Tico vocês já são vice campeão. Tinha que dar uma chance pro outro. Nós perdemo pra Antôn José lá por meio ponto que num pode ter esse negócio de meio ponto. Ai quando o menino veio ai no dia do negócio da inauguração disse a eu mais a Tico: não seu Tico, vocês tiraro o primeiro lugar de Rochedo de Santa Maria. Tiraro o primeiro lugar mesmo, mas foi por que eles combinaro lá pra dar o primeiro lugar pro outro. Uma vez nós deu uma chance pro outro. Mas se nós tiremo, o primeiro lugar era nosso num era deles. (Antônio Wilson Abel, 22 jan. 2010)

Pelo que Antônio Wilson aponta, a equipe organizadora do evento parece, às vezes, conceder o prêmio a um grupo de Reisado como uma forma de incentivá-los a dar sequência à prática, e não pelo bom desempenho na execução do folguedo. Essa suposta atitude incoerente

por parte da municipalidade provocou um mau estar entre os brincantes e destes com a poder instituído. A perda da credibilidade da mesa julgadora se tornou visível aos brincantes, quando não conseguiram obter o título almejado. A prova poderia estaria no fato de terem vencido onze Reisados em uma competição no Juazeiro do Norte, como foi visto.

O mestre Luís Tomé que também participou das competições afirma:

Isso foi um pessoal que veio de Fortaleza e Recife. E se eu num me engano, que eu acho que eu num to dizendo, mas parece que teve um pessoal que veio de São Paulo. Fizero aqui um incentivado de grupo que vieram me buscar, aí dos melhores que acharam que escolheram foi eu. Aí eu ganhei esse troféu, ganhei duzentos e cinquenta reais, recebi dado pelo prefeito e o governador que hoje está no poder. Aí na Barbalha dentro do gabinete. Quer dizer, aí eu num pode... Mas por que fui escolhido, não... Teve doze grupo, mas os doze grupo num era só Reisado, era Reisado de Couro, era Reisado de Congo, era penitente, era isso era quadrilha era tal. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Como é possível perceber, as disputas entre os grupos que compõem a cultura local continuam acontecendo. Com ela, a necessidade de afirmação social e identitária parece fazer com que prossigam na luta simbólica pelo poder do campo em que atuam.

Observe-se que o Reisado de Congo parece ter perdido o seu caráter religioso para se tornar um espetáculo. O temor da transformação das práticas culturais em mercadoria, que os intelectuais do ICC e da Comissão Caririense de Turismo tinham, parece enfim se concretizar. Como resultado, se instala a guerra pelo poder do saber que tende a transcender o espaço da representação.



4 - BATALHAS E ALIANÇAS: NOVOS SENTIDOS

4.1. - Será se é guerra! Disputa entre mestres

Porém pega a tua espada,
Não quero vencer-te assim!
Mesmo, quero ver o fim
Desta batalha encantada,
Pois está tão dilatada,
Que já estou mal satisfeito!
Respondeu-lhe: - Só aceito,
Por minhas armas tomada –
Tomá-la por mão beijada,
Isto não é de direito!
(BARROS, s/d, p.13)

As lutas pelo poder não se fazem apenas no desfilar de lances de espada, mas transbordam para o campo das palavras. O “discurso como que constrói a retórica do combate, e chega mesmo a substituir a ação, observando-se uma seqüência em que o combate é explicitamente substituído pela disputa verbal” (FERREIRA, 1993, p. 79-80). Mas essas disputas se fazem visíveis, sobretudo, nos momentos extras aos espetáculos (a foto abaixo ilustra o momento das embaixadas com as espadas).



FIGURA 13 - Fotografia de Jarbas Oliveira. Revista de Cultura: ENREDO. Fortaleza, out. 2008. p. 41

Argumentos linguísticos são elaborados pelos mestres dos Reisados de Barbalha com vistas a convencer o ouvinte de sua sabedoria e da preparação para serem reconhecidos como tal. Isso que se faz perceptível no seguinte relato:

E ota que tem a paixão que você tem fazer melhor, melhor como? Melhor pra ver se tu ganha dos outro, como é ganha dos outro? É enfeitado, é trabalha bem, é responder bem, é saber fazer bem e aí vai. E é por aí que vai. Eu passei oito ano sem brincar Reisado na cidade, tá entendendo? Aqui na Barbalha eu sou nascido e criado. Aí o pessoal ainda hoje diz: Barbalha deixou de ser feliz, por que toda festa vê o Reisado de Luís, tem oito que ele foi parado, acabou-se Barbalha, ninguém vê o Reisado mais de Luís. Aí eu vou e respondo: voltou de novo novamente, o ano passado e esse ano tem resultado, Barbalha tudo feliz é tanta gente na avenida vendo o Reisado de Luís. E é por isso que eu continuo brincando, ganhando folclore, ganhando troféu. Vou lhe mostra uma coisa ali que quem ganhou foi o Reisado de Luís. A oito ano eu parado, tinha seis brincando e nenhum ganhou e eu ganhei. Vou lhe mostra uma só pessoa que... sua atividade, eu trabalho, eu brinco, eu gosto demais. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Percebe-se nesta fala a necessidade de enfocar o próprio nome para demonstrar como Barbalha “se torna infeliz” por não ver o Reisado de Luís. Pelo que o próprio entrevistado aponta, dentre os seis grupos existentes no município de Barbalha o dele é o mais querido e aguardado. Mais será que é assim mesmo?

Talvez as palavras de Luís Tomé denotem os pequenos lances executados em plena luta de afirmação do poder de atração exercido pelo Reisado sobre a comunidade expectadora. Nesse sentido,

Portanto, em todo o episódio acima, não há uma luta comum, os golpes não têm um sentido banal, estritamente prático. *Todos os golpes têm uma significação ampliada e ambivalente: eles dão a morte (no limite) e dão uma vida nova, põem fim ao antigo e iniciam o novo.* Por isso esse episódio tem um caráter carnavalesco e báquico tão descabelado. (BAKHTIN, 1993, p.178, grifo do autor).

Os golpes, em seu sentido simbólico, carregam em si a ambivalência do renascer em meio ao perecer. Em outros termos, ao emitir vocábulos que, de alguma forma, rebaixam os outros grupos ao patamar de menos interessantes, Luís Tomé agrega ao Reisado que comanda um valor cultural que o distingue dos demais. Essa diferenciação toma forma no troféu, símbolo da superioridade do grupo (ver foto abaixo realizada durante a entrevista).



Figura 14 - Luís Tomé da Silva, conhecido por Luís Bocão (mestre) ao lado do troféu que ganhou em um festival. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Para dar maior seriedade ao relato, ele acrescenta:

E desse grupo nasceu bem cinco ou seis na Barbalha puxado por o meu. Tem deles que brinca e num sabe, vem atrás deu, oferece dinheiro. Eu num vou,

por que você num disse que sabia fazer, se você disse que sabia fazer faça. Certo? Não, mas... Eu não vou. Pronto. Aí começou por aí tem uns seis grupo aí que começou, saiu do meu grupo. Mas, eu num to dizendo que sou melhor que ninguém e nem sou. Agora não sabe que se soubesse ele não oferecesse o Reisado quinhentos contos, seiscentos conto, nem me dá cem, cento e cinquenta pra eu ir apresenta ele, eu num vou. Por que eu num vou? Por que se eu for eu to fazendo o nome dele, não é o meu. Quer dizer, o mundo é pra todos, mas quem sabe, sabe. Né assim? Então vá. (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

No momento em que iniciei a realização das entrevistas, soube da existência de seis Reisados de Congo no município de Barbalha, sendo que dos cinco representantes que conversei somente os grupos de Antônio José e Pedro Paro surgiram a partir do grupo de Luís Tomé. Já este último, se nega a participar das apresentações dos seus ex-brincantes, porque caso o fizesse estaria elevando o nome deles. Essa seria uma das razões que levaram os partícipes a formar os seus próprios grupos.

Hoje eu me sinto melhor, porque eu to com o que é meu. Num to com o que é dos outro. Porque na época de sessenta, setenta eu era figura dos outro, que dizer, eu trabalhava pros outro. Hoje eu trabalho pra mim, quer dizer, eu mostro aquilo que eu sei. Quer dizer, eu tava fazendo os outros crescer em cima de mim. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Observe-se a similitude dos argumentos de Luís Tomé com os de Antônio José: a preocupação com o sucesso do outro faz com que a disputa se intensifique entre os brincantes, de forma a gerar o desmembramento do grupo e, conseqüentemente, o surgimento de outros. Foi a maneira encontrada por eles de mostrar que têm conhecimento suficiente para cria e administrar um Reisado. Portanto, uma oportunidade de crescer com o próprio trabalho.

O ex-Mateus e hoje mestre Antônio afirma:

Nessa época de sessenta e setenta, eu trabalhava pos outro, eu brincava pos outro. Quer dizer, eu fazia os outro crescer, eu era Mateu já hoje eu sou mestre. Eu era Mateu... quer dizer, o mestre crescia em cima de mim. Eu levantava meu mestre, mas Jesus disse: “trabalhais com o mestre, que ousais será mestre”, ele disse né: “trabalhais com o mestre, que ousais será mestre”. Quer dizer, esse é um dom que nós têm de nossa família, já vem de raiz de meus avô. Quer dizer, eu fui uma garinha da raiz de meu avô e de meu pai. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Mesmo tendo aprendido um pouco com Luís Tomé, Antônio José diz que o Reisado é um dom herdado da família, e que para chegar ao posto de mestre lembrou dos ensinamentos de Jesus Cristo: trabalhar com o mestre para se tornar um. Não sei de que lugar específico o

brincante retirou essa passagem, o certo é que o argumento escolhido proporciona maior credibilidade a seu relato.

Todavia, as atitudes do mestre diferem das noções de humildade e fraternidade, ensinamentos tão divulgados pelos trabalhos de Cristo. Isso se evidencia no seguinte trecho da entrevista:

Um tem que ajuda o outro né. Só que mestre de Reisado num faz pra ajuda outro, num quer ajudar o outro, ele quer é tira o outro de tempo e é assim. Todos quer tira, todos quer puxar sua vaga pra sua sardinha. (...) Por que um quer ser melhor que o outro (...). Aí vamo disputar de mestre pá mestre quem é mais mestre, vamos disputar de mestre pá mestre pá vê quem é que é bom. Ninguém quer. De vez em quando eu chamo, eu digo: Gorete, chame os mestre pá fazer um encontro pá disputa de mestre pá mestre. E nunca que isso aconteceu. (...) Tinha que ficar o melhor. Por que um tinha que ganha, se tem empate vai ter par ou impar pá desempatar, pá ver quem fica. Eu faço questão disso acontecer. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

A disputa pelo espaço da concorrência garante a reprodução da estrutura social em que membros das chamadas classes dominadas “entram nessa espécie de corrida de perseguição” (BOURDIEU, 2008, p.159), a fim de obter a legitimidade visada pelos seus perseguidores.

Em meio a essa competição também pode ocorrer o que o historiador francês Michel de Certeau chama de “*trampolinagem*”, que refere-se às várias formas de *jogar e desfazer* “o espaço instituído por outros” (CERTEAU, 1994, p.79). Nessa perspectiva, os brincantes que achavam não ter um lugar apropriado para estar, passaram a fazer uso de determinados golpes na tentativa de destituir o outro e, dessa maneira, construir e/ou legitimar o seu próprio grupo.

É por esse motivo que o entrevistado pede para Gorete, funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha, reunir todos os mestres a fim de definir de uma vez o mais bem preparado, dentre eles.

Mas observe-se que o surgimento de novos Reisados de Congo em Barbalha também pode estar associado à oportunidade de ganho financeiro:

Num tinha do tanto de artista que tem hoje né, hoje todo mundo quer ser artista. Aí uma parte entende o que é artista, mais outra num entende. Que todo mundo é artista. Aí os que sabe mais de coisa, o povo num dar valor. E os que num sabe, tem valor pela uma parte num é por todas. Brincou de dezessete aí empurrou embaixo. Mas na calma e a brincadeira séria num dão valor bem não. Que muita gente sabe melhor de que muito artista que tem aí. Muitos que tá participando na Barbalha num sabe de nada. Só vai só mó de ganhar o dinheiro da prefeitura, mas num sabe não. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010).

Veja que Olímpio Ludugério associa as pessoas que atuam nos folguedo a artistas, o que evidencia a transformação das práticas em espetáculo. A questão é que muitos desses representantes da cultura entraram no jogo das apresentações visando obter algum dinheiro. O resultado foi a proliferação de grupos compostos por pessoas sem conhecimento da manifestação a que vinha exercer, sinal do processo de resignificação da prática.

Quando alguém que por muito tempo atuou no Reisado tenta dar alguma orientação aos novatos, estes reagem com algum tipo de repreensão. Isso foi vivenciado por um antigo brincante:

Aí faz como eles quer, por que tem deles que num quer que a gente dê aquela orientação certa, quer mó de ficar pra eles. Que se a gente der a gente é quem toma o nome. Eu mesmo me excludo. Que já vei muita gente pra eu fazer entrevista desse tempo, eu falei: por que eles acham ruim, por que eu sei o que é o Reisado, eu fiz o Reisado, eu dancei o Reisado e eu sei o que é o Reisado. Aí eles num... vieram me reclamar. Aí eu disse: menino começa esse Reisado homem e finda esse Reisado. Que eu sei que nem começa e nem finda. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A reação sinaliza uma forma de autodefesa em prol do espaço simbólico a ser conquistado. Isso talvez ocorra pelo fato de não terem garantido o lugar de representantes do folguedo. Assim, aqueles que não atuam mais na prática, ao efetuarem algum tipo de entrevista ou emitirem opiniões referentes ao Reisado, estão sujeitos a repressões por parte daqueles que ainda “brincam”. O que parece ter uma dupla função, punir os desistentes e, sobretudo, tentar apagar a importância que eles tiveram como brincantes em outros tempos.

Como uma forma de justificar o fato de ter aceitado participar da entrevista, Olímpio Ludugério diz:

Mas era meus amigos, eu num podia faltar que era amigos do meu menino e era amigo meu. Fi de um amigo que eu gostava muito. Aí eu fiz. Aí foi e reclamou o mestre Tico Neves. Olhe deixe a parte do Reisado comigo, num se meta não por que... aí quando ele disse, você sabe muito, você sabe de tudo, mas deixe pra nós, você já mudou de partido. Aí pronto, eu fui e encerei. Quando vier, aí digo: não, se for Reisado é lá com Francisco Belizário ou com Peba ali, que é Serginaldo. Tem uma casinha do Padre Ciço desse lado assim. Bem aqui, é o mestre do Reisado. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A divergência mencionada ocorreu anos atrás, entre Olímpio Ludugério e seu ex-brincante e hoje substituto no Reisado de Congo do sítio Lagoa, Francisco Belizário, também conhecido por Tico Neves. O motivo de ter mudado “de partido”, como já foi mencionado, se

deu com a morte do pai e o pedido para Olímpio assumir o posto vago de decurião dos penitentes. Mesmo não atuando mais no folguedo, ele se tornou referência para falar do assunto em Barbalha. E por qual motivo? Por ter sido mestre de boa parte dos atuais, relembrar com clareza de muitas coisas que vivenciou quando brincava e ainda por ter uma visão mais ampla para esclarecer parte das resignificações que vem se operando.

Mais vejamos o que o ex-mestre declara ao lembrar, com saudade, do tempo em que brincava:

Aí nós num tinha maldade, nós tinha aquele prazer de subir. Por que, por exemplo, se eu cantasse dez peça bonita inventada, fulano queria fazer onze né, aí outros queria fazer doze né. Que aqueles de onze já era mais do que eu, aqueles de doze era mais do que eles. Hoje num tem isso, se você reclamar uma coisa, você vai ser besta. Aí você já vai ser maltratado com nome, com desavença. Aí meu desgosto que eu tenho da vida de hoje pra vida de ontem. Porque a de ontem era mais calma. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Pelo que percebo, as disputas tomavam a forma de poesias improvisadas para testar a habilidade dos brincantes. Mas o contexto mudou, passou a haver um tipo de agressão transfigurada sobre a forma lúdica do Reisado, enfrentamento que às vezes passam despercebidos aos olhos dos espectadores. A questão resultou no afastamento do grupo que agora é comandado por Francisco Belizário, e aproximação de outro, dirigido por Serginaldo Gomes (mestre Peba ou P). Este, por sua vez, afirma:

Daqui num é eu que quero ser, daqui quem tá representando aqui a cultura sou eu, dei muita força. Até os zoutro lá, os outra lá, mete o couro neu, fala muito de mim ne tudo, mas tem muitos brincador que vem se oferecer pra mim brinca, pra brincar comigo e eu falo, vá brincar com ele. Assim, por que aqui tem outro grupo de Reisado que é seu Tico Neve, aí lá eles por o gosto deles num queria que eu tivesse formado o grupo, né. Aí vem brincador deles lá, passa brincar comigo, eu digo: não, fazer o seguinte, por que lá é um grupo dos mais velho do que eu e tal, dou conselho né, volte pro grupo de lá. Se lá, se for caso de num der certo mais, que num é por uma besteira que vai acabar um grupo. Se for caso de lá num se acertar mais e tal, depois é que você vem pra cá e me dá apoio né. Pra gente, quanto mais a gente ter melhor é. Eu faço de tudo pra ter meu grupo e ter o grupo dos outro. (Serginaldo Gomes, 14 jan. 2010)

O entrevistado se classifica como representante da cultura local, por ser ele a pessoa que luta para manter todos os grupos do sítio Lagoa em funcionamento. Em outras palavras, se pode dizer que o mestre almeja um bem comum. Mas isso não é do feitio de todos os

brincantes. Alguns, pelo que foi relatado, querem ver mesmo a confusão instalada na disputa entre os grupos:

Uma vez nós fomo fazer um encontro com o mestre aí na cidade e eu cheguei numa bodega, num sei se ele é mais vivo, chamava-se Zé Barreto e eu peguei o mestre se combinando mais os brincador comprar um litro de cachaça beberam pra poder fazer um encontro com nós. E ele disse o mestre e o que é que nós faz? Quebra o que puder quebrar, o campeão é nós aqui dentro da cidade. Eu voltei, ele num me conhecia, eu tava a paisano. Que foi antes do dia de Reis, foi no dia cinco pra nós se apresentar no dia seis de janeiro, aí eu voltei e vim pra cá e depois que eu cheguei fiz uma reunião com os menino e contei a história todinha. Oh! Pessoal tá acontecendo assim, mestre fulano de tal combinou com os brincador pra beberem cachaça e entrar quebrarem nossas espada, ferir a gente e fazer o que puder. Antes de tudo, eu vou a delegacia para poder fazer a representação, por que essa aí se chama uma brincadeira, num é guerra. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Conforme Océlio de Souza (2000, p. 49), o consumo de bebidas alcoólicas aumentou consideravelmente a partir dos anos 70, com a introdução da parte cultural no Cortejo do padroeiro barbalhense. Era a festa na sua concepção carnavalesca que passava a vigorar.

O que teria levado os brincantes a se embriagar e depois querer quebrar as espadas e ferir os partícipes do Reisado de Francisco Belizário? A bebida foi utilizada para despertar ou justificar a agressividade? Será que a escolha desse episódio não tem a intenção de mostrar que o grupo que comanda representava uma ameaça aos outros?

Como se sabe, a escolha das palavras não ocorre de maneira aleatória, elas costumam trazer implícitas as intenções dos entrevistados. Nesse caso, pode ser a de mostrar a superioridade frente ao demais e/ou esclarecer até que ponto chegava à disputa entre eles. Como é possível perceber no relato a seguir, a preocupação com a bebedeira é uma constante:

Olhe nós fomo pro Juazeiro uma vez, lá tem Margarida se tu já ouviu falar nela, mestre de Reisado. Lá na Igreja Matriz [Nossa Senhora das Dores] ela teve, aí olhou assim, aí falou pro outro mestre... Um festival que teve lá no Juazeiro, nós fomo se apresentemo lá quarenta minuto no Poliesportivo. Já fomo quatro vez lá. Aí ela olhou, olhou assim, aí disse: mestre Pedro sinceramente, o Reisado de mestre Tico esse da Barbalha, da Lagoa inclusive, é bom. Sabe por quê? Ele disse: sim. Por que num anda com o rabim chei de cachaça que nem o nosso. E esse menino aí é bem organizado, só esse trajeamento deles aí desempenha que eles ganha o primeiro lugar. E o menino aí é do bom, ele declama a peça na hora e nós pra fazer vamo pro caderno escrever, aí vamo corrigir se tá encaixando certo, num sei o que lá vai, lá vai. E o menino aí eu to escutando tudo aí, ele tá rezando o dele bem bonito. Inclusive eu fiz inté a peça mó de eu cantar lá. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Segundo o brincante, a alagoana Maria Margarida da Conceição, residente no Juazeiro do Norte e mestre das “Guerreiras de Joana D’Arc”, folguedo variante do Reisado de Congo composto por mulheres (NUNES, 2008, p. 2), reconhece que o grupo de Barbalha difere dos de Juazeiro por não ingerir bebida alcoólica para efetuar suas apresentações.



FIGURA 15 - Maria Margarida da Conceição. Disponível no site da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará: <<http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/mestres-da-cultura/mestres-2004/mestres-de-2004>>. Acesso em 29 set. 2010.

Receber uma declaração desse teor de uma pessoa contemplada, no ano de 2005, com o título de Mestra da Cultura do Estado do Ceará (NUNES, 2008, p. 4), se torna um elogio de relevância. Afinal, quem não gostaria de receber mensalmente um auxílio financeiro correspondente a um salário mínimo e o reconhecimento do Estado pela importância de seu saber?

Desde que o conselho executivo da Unesco criou o programa “Tesouros humanos vivos” com vistas a reconhecer “oficialmente o valor dos “mestres” e assegurando-lhes condições para a transmissão, às novas gerações” (ABREU, 2003, p.81), diversos países resolveram aderirem ao projeto.

No Brasil, cada Estado procurou destacar seus bens mais relevantes e daí aplicar medidas legais de registro e salvaguarda. Um exemplo a ser mencionado é a Lei Nº 13.351²³, de 22 de agosto de 2003, que “institui, no âmbito da administração pública estadual, o registro dos mestres da cultura tradicional popular do Estado do Ceará” (*Diário Oficial do Estado do Ceará*, 25 ago. 2003, p.1). Essa lei parece ter despertado o interesse de alguns populares a provar sua aptidão cultural para se candidatar ao referido título.

Vale lembrar que o candidato ao título de Mestre da Cultura do Ceará tem que ser brasileiro nato, residir no Estado “há mais de 20 (vinte) anos”; comprovar “participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos”; estar capacitado “a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes”, no entanto, se provar mediante perícia médica a incapacidade física será dispensado dessa obrigação. Também será levado em conta no processo de indicação de Registro a relevância da vida e obra para a cultura tradicional do Estado; o reconhecimento público e a “carência econômica e social do candidato” (*Diário Oficial do Estado do Ceará*, 25 ago. 2003, p.1).

Como lembra Haroldo Leitão Camargo,

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento. (*apud* LEITE, 2008, p.58).

Assim, foi possível perceber que o reconhecimento do valor simbólico e econômico, agregado à prática, acarretou um posicionamento de divergência entre os encarregados pelos grupos culturais e destes com os representantes municipais. Mesmo fazendo uso do apoio administrativo para exibir seus saberes e fazeres na Festa de Santo Antônio de Barbalha e em outras festividades, os brincantes, ao se sentirem lesados com a perda “injusta” de prêmios ou com a demora dos pagamentos pelas apresentações, efetuam críticas à frágil política cultural existente. Desse modo, percebe-se uma ausência de reflexões sobre os prós e contras do uso diversificado das práticas culturais para fins do turismo, além da falta de políticas de planejamento e de sustentabilidade.

Há anos vemos os intelectuais e políticos demonstrar uma preocupação com a valorização cultural da região, mas no sentido de explorarem seu potencial para dinamizar a

²³ Com artigos bem semelhantes, foi aprovado no dia 27 de novembro de 2006, a Lei Nº 13.842. Ela institui o registro dos “Tesouros Vivos da Cultura” (*Diário Oficial do Estado do Ceará*, 30 nov. 2006, p.1),

economia, atrair investimentos e fortalecer uma imagem de tradicionalidade. Enquanto isso, o número de grupos cresce progressivamente, com a finalidade de aproveitar das brechas desse sistema de incentivo e dele tirar proveito, o que acaba gerando uma perda de sentido simbólico para a existência da manifestação. De fato, vemos a disseminação do processo de espetacularização que torna os brincantes, de certa forma, “dependentes” da municipalidade.

4.2 - Redes de interdependências entre brincantes e o poder municipal

As discussões em torno da importância do patrimônio cultural vêm se arrastando há alguns anos. Mais foi entre 1960 e 1970 que tais questões “ganham maior importância dentro da área de planejamento público e passaram a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento” (CALABRE, 2009, p.58).

Como se sabe, esse período foi marcado pelo regime ditatorial cujas políticas implementadas no âmbito cultural tinham como finalidade desenvolver um mercado de bens simbólicos condizente com as transformações políticas e econômicas do país (ORTIZ, 1992, p.81). Para tanto, o poder estatal, mediante o plano de integração nacional, tentou harmonizar as diferenças sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas e direcioná-las ao desenvolvimento do turismo (SOUZA, 2000, p.53).

Foi nesse cenário que em princípios dos anos de 1970, se deu a inserção das manifestações culturais na Festa de Santo Antônio de Barbalha. A finalidade como já foi mencionado em capítulo anterior, era a de proporcionar maior visibilidade turística à celebração.

Contudo, o poder público e alguns agentes culturais, desprovidos de planejamento e da devida discussão antropológica e sociológica sobre a composição e o significado do universo cultural dos brincantes, tem deslocado para a cidade sua arte e suas crenças, como forma de promoção do turismo local, sobretudo por ocasião da Festa de Santo Antônio. A intervenção do Estado e a remuneração dos brincantes de forma seletiva, contemplando apenas os que participam de apresentações em determinados eventos, tem despertado a competitividade entre eles, contribuindo, assim, para o processo de desagregação dos seus agentes. (SILVA, 2008, p.319)

Sabe-se que a utilização dos saberes e fazeres do povo como mecanismo de desenvolvimento do turismo cultural pela municipalidade vem despertando algumas transformações nas práticas e em seus representantes. Já venho aludindo, ao longo desta dissertação, a algumas formas de re-significação ocorridas, agora se faz necessário abordar a questão da interdependência entre os brincantes e o poder municipal barbalhense a fim de tentar compreender um pouco as transformações ocorridas, sobretudo na Festa de Santo Antônio.

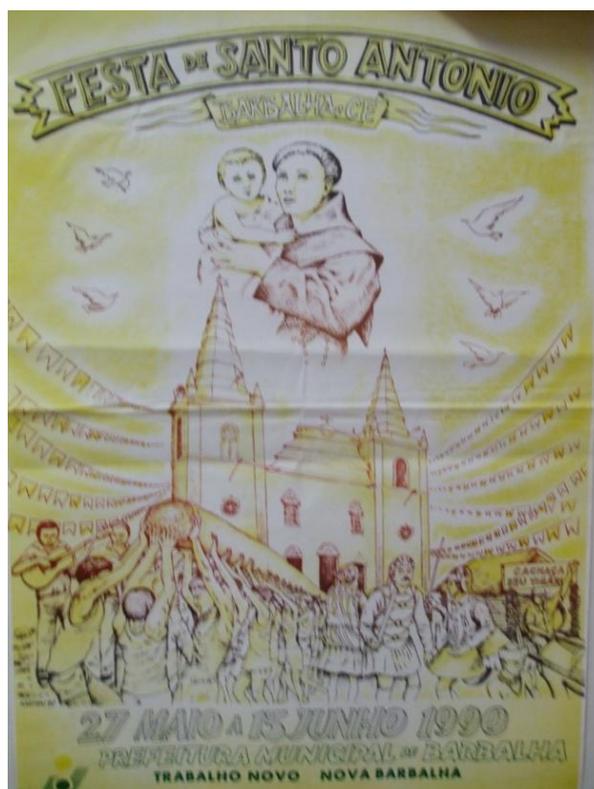


FIGURA 16 - Cartaz de propaganda da Festa de Santo Antônio, Barbalha - CE²⁴. Disponível na Secretaria da Paróquia de Santo Antônio. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Desde o momento que os partícipes do Reisado de Congo, assim como de outros grupos, passaram a encenar seus folguedos na Festa de Santo Antônio de Barbalha, por intermédio da municipalidade, descobriram possibilidades antes não imaginadas de tirar proveito desse espaço.

Vejamos o que um dos brincantes tem a dizer sobre esse assunto:

²⁴ Observe que acima do nome da Prefeitura Municipal, a imagem do Reisado de Congo no adro da Igreja Matriz de Santo Antônio em Barbalha. Dentre todas as manifestações existentes, o mencionado folguedo foi escolhido como componente na divulgação da Festa. Isso pode sinalizar o reconhecimento do valor da prática na referida cidade.

Hoje vem muita verba, né. Hoje vem muito, secretário de cultura manda. Mas na época era desse tantim. Mas é por que eu num faço é pedir nada na secretária de cultura só pra meu Reisado, por que num precisa. E eu to falando é de antigamente mermo. Eu... [a esposa faz uma intervenção e ele fala pra ela se referindo a mim] ela ta falando é da época de 70. Eu to dizendo a ela, que os recurso era pouco. Que era pouco mermo, era bem pouquim, era um nada. Aí num dava pra ter. Num dava pra ajudar todos os grupo. Ajudava com uma coisinha desse tamanho. Aí num dava pra cobrir tudo, viu? Era isso, o pouco que vinha tinha que se satisfazer com aquele pouco que vinha. Que a secretária ela ajuda, com muito ou pouco ela ajuda, ela num sunega [se nega] de num ajuda. E com essa direção que tem aí agora, com Gorete... quando é Gorete²⁵, Celene elas catimba mermo pra ajuda. Olha, eu ensino noutro Reisado. Eu tenho outro Reisado lá na escola que eu ensino. Lá no Josefa. Eu ensino noutro Reisado lá no Josefa, Josefa Alves. Ensino lá também, eu sou mestre aqui e sou mestre lá. Lá é só mulher, só garota de 13 a 14 ano. (...) Eu to pa 4 ano que eu ensino lá [risos]. (...) O mesmo que eu ensino o meu ensino elas lá. Ensino a dança, ensino o jogo de espada, os velso, tudo eu ensino. Elas são cabeça meia dura por que eu num posso... hoje em dia nem o professor pode jogar muito pesado em cima do aluno que ele... Tem que ir com calma. Ajeitano. Menino é assim, menino é assim, não eu vou pra aqui, não vamo pra cá. Até que dá certo. No dia do Pau tá todo mundo pronto. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Percebe-se que na década de 1970, os recursos financeiros empreendidos pelo poder municipal no incentivo aos folguedos eram escassos. Mas pelo que o mestre relata, nos últimos anos houve um aumento da verba. São as novas medidas governamentais que destinaram maiores investimentos no registro das práticas e saberes representativos de um povo, no incentivo à sua permanência e no desenvolvimento do turismo.

Não é possível saber até que ponto essa questão tem relação com o fato dele ter sido convidado a efetuar aulas de Reisado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Josefa Alves de Sousa. Será que se tratou de uma forma de prepará-lo para as futuras obrigações inerentes à Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003, que instituiu o Registro dos Mestres da Cultura²⁶. Provavelmente, não, pelo fato de haver vários possíveis candidatos a serem contemplados com o título pelo Governo cearense.

Além do mais, no Crato existe o mestre José Aldemir Aguiar, que já foi agraciado com o referido registro no ano de 2004²⁷. Portanto, a explicação mais plausível para esse fato é a de que o poder municipal tenta fortalecer um sentimento de pertença dos “docentes” barbalhenses para com as práticas, e com isso, garantir a continuidade da manifestação.

²⁵ É substituta de Celene Queiroz, “responsável entre os anos de 1978 e 2003 pelo desfile dos grupos de folguedos” na festa do padroeiro (BEZERRA, 2010, p.84).

²⁶ *Diário Oficial do Estado do Ceará*, 25 ago. 2003, p.1.

²⁷ Informação contida na página “Tesouros Vivos 2004” do <http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/mestres-da-cultura/mestres-2004/mestres-de-2004>. Acesso em 22 jan. 2011.

Atitude que pode ter relação com as metas da Unesco, encarregada de incentivar “os Estados-membros a salvaguardar, revitalizar e difundir o patrimônio imaterial, sensibilizando os jovens sobre seu valor e despertando a opinião pública” (ABREU, 2003, p.82).

Veja-se o caso do Colégio Santo Antônio, que utiliza as aulas de Geografia e História para trabalhar a questão do espaço e da trajetória dos grupos de folgedos da cidade. Além disso, promovem oficinas “com a participação dos mestres da cultura popular, nas quais os alunos têm contato com todos os elementos culturais, produzem materiais sobre o tema e discutem a importância da preservação da cultura” (*Atividades & Experiências*, out. 2005, p. 20).

Mesmo com o empenho de alguns professores em utilizar os folgedos na sala de aula, há muitos alunos que não conhecem a prática. Na monografia intitulada de “A utilização das danças populares ou folclóricas enquanto conteúdo da Educação Física nas escolas da cidade de Barbalha – CE” é possível observar que dos 351 alunos entrevistados nas escolas públicas municipais E. E. F. Ma. Alacoque Bezerra de Figueiredo, E. E. F. César Cals de Oliveira, E. E. F. Josefa Alves de Sousa e nas estaduais, E. E. F. Martiniano de Alencar, E. E. M. Aauto Bezerra, E. E. M. Virgilio Távora, 80% sinalizam não ter conhecimento do Reisado de Congo (SILVA, 2007, p.36). A pesquisa denota uma deficiência na forma de divulgação do folgado por parte das políticas culturais entre a população jovem de Barbalha.

A questão é que a municipalidade barbalhense viu nos bens culturais do local um potencial econômico e cultural até então mal explorado. Incentivar a participação e permanência dos grupos na festa do padroeiro e em outras comemorações proporcionava, ao município, diferentes maneiras de ganho, que podia ser na forma de investimentos do governo para com esse e demais setores da economia, a ampla repercussão nos meios de comunicação sobre o valor cultural da cidade, o aumento do turismo e, conseqüentemente, a da circulação monetária, a gratidão da maioria dos integrantes dos grupos populares que se apresentam na festa e, por fim, o reconhecimento da relevância histórica e artística por parte de entidades competentes, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Sobre essa questão, o mestre do Reisado fala que Barbalha:

Ganha tudo, ganha a vida. Por que é muito dinheiro que fica aqui, é dinheiro que fica. Que dizer, as nossas custa, a custa de nossos folclore. Em todo Estado, de onde tiver mundo vem gente pra assistir essa festa aqui no dia desse pau. Quer dizer, só faz isso o folclore. Dia de Reis... dia da Festa do Pau da Bandeira aqui, a gente num pode nem andá com tanto fotógrafo tirando foto da gente. Se fosse... Antônio eu vou, Antônio eu tô te pagando

reportagem que tu faz, esse quarto aí era chei de dinheiro (risos), pela festa. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

O entrevistado percebe que o município lucra bastante com o saber que eles detém. Tanto, que chega gente de todos os lugares para participar da festa, entrevistá-los e fotografá-los.

Mais isso tem proporcionado a oportunidade que eles esperavam para se tornar conhecidos. Pois, como diz Antônio José,

A imprensa que vinha sob 70 era muito pouca, num era que nem hoje. Hoje é demais. Hoje é muita, a imprensa é grande. Subi através tanta imprensa, eu recebi um telefone de um colega meu, ele disse: Antônio você tá famoso meu irmão, eu tô vendo você aqui na televisão brincando Reisado aqui você e Mida [esposa e contra mestre]. A gente chama ela Mida. Doze criança brincado. Tô assistindo você brincando aqui ó... você tá famoso (risos), a qualquer momento você pode chegar aqui ao vivo. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

O vislumbre da fama tem levado alguns a se acharem artistas, mestre de uma cultura por eles entendida como “folclore”. Essa compreensão talvez esteja ligada ao resultado da “comercialização econômica-política” que instaura “os elementos culturais como objetos folclóricos”, assim mencionado pelo o historiador francês Michel de Certeau (1995, p.146). Ou pode ainda estar ligada a uma cultura histórica fortemente divulgada desde meados do século XX, pelo Instituto Cultural do Cariri (ICC).

Na realidade,

As memórias e identidades urbanas se (re)constróem, no interior de um processo dinâmico, que move os sujeitos, em um universo alimentado pelas relações afetivas, de trabalho, de lazer e de sensibilidades das mais diversas ordens. Esse processo de construção, realizado ao longo da história dos moradores de um bairro ou de uma cidade, associado aos projetos político-culturais sob responsabilidade do Estado, permite-nos compreender as tensões e conflitos que envolvem *identidade* e *memória* e a configuração de histórias que se quer construir sobre estes mesmos bairros, cidades e seus habitantes. (CURY, 2002, p.89 - 90)

Os projetos políticoculturais exercem sobre a memória dos sujeitos um (re)ordenamento das informações que conduz, muitas vezes, ao esquecimento. Essa ação política “invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente” (CHAGAS, 2003, p.141). Dessa

maneira, é contundente o investimento ideológico de caráter homogeneizado, que seleciona algumas memórias para fazer parte da história do lugar (CURY, 2002, p.90).

A municipalidade, estrategicamente, faz usos dos saberes do povo para, com isso, fortalecer projetos políticos de desenvolvimento condizente com o cenário nacional.

Nessa perspectiva,

As atividades turísticas e a indústria do turismo vêm proporcionando oportunidades de projetos de recepção de viajantes e de buscas de evidências de atrativos que motivem a visita e a permanência dos turistas nos lugares. A oportunidade econômica do turismo tem, assim, incentivado os poderes locais a investirem recursos públicos em iniciativas preservadoras. É comum, no entanto, que tais iniciativas não aconteçam de forma a proporcionar a sustentabilidade das atividades preservacionistas e turística. Esquece-se, comumente, que a interpretação do patrimônio cultural deve ser feita, antes de tudo, com e para a população local. (MENESES, 2009, p.33)

A municipalidade viu nas atividades turísticas as oportunidades de atrair visitantes, e com eles os investimentos necessários à dinamização do comércio. Portanto, “os produtos culturais servem à classe daqueles que os criam e são pagos pela massa dos que praticamente deles não usufruem” (CERTEAU, 1995, p.215). Esse é o lado negativo das constantes apresentações promovidas por intermédio do poder municipal. Pois, como aponta um dos mestres:

O Reisado antigamente tinha mais valor do que hoje. Por que hoje, se não é a secretaria [de cultura] eles ia com fome e voltava com fome. Por que num ganha um centavo. Aí volta e eu num levo. Eu num ia com uma prata no bolso e quando eu voltava vinha com o bolso cheio de dinheiro que o povo da Barbalha me dava. Tinha aquele seu Zé Correia, a Liro de dona Jovina, esse... até Dim Dim. Outros povo mandava dinheiro assim pra mim. Eu ia sem nenhuma prata quando eu voltava eu vinha com o bolso cheio de dinheiro. E hoje os coitado num tem condições, se num levar do bolso e a secretaria num socorrer, tem muita gente que vai e volta. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Aqui pode perceber que o valor empreendido sobre a prática já não é o mesmo de anos atrás. Hoje os atores do folguedo se tornaram, de certa forma, dependentes da ajuda financeira da Secretaria de Cultura para continuarem com o grupo. Na realidade, essa subordinação aparente possibilitou alguns tipos de ganho. Vejamos o que Olímpio Ludugério tem a dizer sobre essa questão:

Eles ficaram por que num tinha nome de nada, quando se participou da prefeitura, a prefeitura participou também do grupo. Pelo menos ficou com

nome, ficou com mais força, tem aquela liberdade de ir brincar na cidade sem medo por que a prefeitura resolve, a secretaria resolve. Então, foi muito bom pra eles, pros participantes. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A prática passou a ser mais bem divulgada na cidade e em suas circunvizinhas, recebeu assistência financeira, auxílio alimentação, vestimenta e transporte no momento da encenação. Além dessa ajuda, o que marcou na memória dos brincantes mais velhos foi a lembrança da proteção que a municipalidade reservava para com o Reisado de Congo. Isso se evidencia quando o brincante fala que passou a se apresentar na cidade com mais liberdade e sem medo.

Note-se que o medo é resultado da repressão policial exercida na década de 1970 sobre o porte das espadas de aço. Para poder se apresentar, os brincantes do Reisado tinham que tirar licença autorizando o uso das armas brancas, o que quase sempre os levava a recorrer à prefeitura municipal.

Quem brincou desse tempo pra cá só foi eu né. Eles já por conta, com ajuda da prefeitura. Esses que tem agora, tudo já é com ajuda da prefeitura, aí num precisa num tem mais licença, num precisou mais de licença por que a prefeitura autorizava. O prejuízo que tiver a prefeitura resolvia e como de fato. A penitência num andava nas cidade, mas por que a educação procurou aí buscou nós pra cidade, nós também tamo na cidade. Sempre a secretaria resolve nosso causo da nossa precisão. Não teme mais licença. Licença foi de mim pra trás (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

A prefeitura passou a conceder a autorização para eles brincarem dentro do município, por que houve um tempo dentro do cenário da ditadura militar em que

Chegou um Bigode, num [estou] bem presente se era o Bigodim. Que eu fiz até a cantiga com ele por que meu contra mestre era Antôn do Nascimento, chamava-se Antôn Januário, aí nós fomo brincar na casa de doutor Fabriano Sampaio. Aí então, a polícia, o sargento foi e prendeu. Aí nós fomo, eu disse: Antôn corra vá até lá na casa de doutor Fabriano, nesse tempo era o prefeito. Aí vá até doutor, vai em socorro de doutor Fabriano porque nós só tamo aqui por causa dele. Então, ele foi. Doutor Fabriano veio na delegacia, aí autorizou pra nós podia brincar em toda parte. Aí o sargento aceitou. Aí daí... mas o Antôn de nós ainda foi preso, porque num autorizava nós por causa das espada. Porque podia fazer sangue, como de fato. Desde que num... recebia os ponto de espada direito aí se cortava. Mas aí no meu Reisado, aí a gente corria logo na farmácia comprava o remédio sarava. Aí nunca teve perigo não, tombo. Pois teve até esse caso de dá, por causa que nesse dia nós num tinha levado a licença. Aí o Bigodim... foi Bigodim ou foi o outro, mas... Não, pra mim foi Bigodim, um Bigodim que chegou. Eu fiz a cantiga assim: na Barbalha chegou um tenente açoitando o povo e dando na gente, só num apanhei por que num tava lá, mais eu vi fala nesse sargento

novos. Foi eu que fiz também, nessa época foi eu que fiz com o sargento. [...] de 58 pra 60 foi quando começou. 58, 57 pra 63 aí começou, a gente só brincava se tivesse licença. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

No relato, o prefeito aparece como o salvador da situação, aquele capaz de socorrê-los nos momentos mais inesperados, como foi o caso da prisão do brincante Antônio Januário. Mais observe que Olímpio Ludugério pede para chamar Fabriano Livônio pelo fato da detenção ter ocorrido no momento em que o brincante que portava a arma se direcionava para a encenação na casa do citado prefeito. Esse acontecimento sinaliza a interdependência entre a municipalidade e o grupo de Reisado de Congo.

Pois como diz Simão (2006, p.45), “um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas, de desenvolvimento, e indicar alternativas de sustentabilidade local”. Cabe aos órgãos governamentais procurarem conhecer os sentidos que permeiam as práticas, os interesses dos atores envolvidos e as possibilidades de incentivar a permanência sem ter que alocá-los como se fosse uma prática desconexa de seu sentido.

Ao longo desse tópico, procurei abordar as formas de relação estabelecidas entre políticos e partícipes do Reisado de Congo, focando nas possibilidades de ganhos e perdas, nas políticas culturais destinadas ao incentivo e manutenção da prática, nos interesses pessoais envolvidos e na busca pelo poder e status. Constatei que a via que se estabelece é de mão dupla, onde quem tem o capital cultural e econômico tem pouco a perder nessa relação, já os que deles precisam para continuar com a prática estão sujeitos ao abandono e ao esquecimento.

4.3 - Agora é legal: uso de licença judicial

Na Barbalha chegou um tenente açoitando o povo e dando na gente, só num apanhei por que num tava lá, mais eu vi fala nesse sargento novo. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

O tópico anterior foi encerrado com um breve comentário sobre o momento da chegada de um sargento e as ações de repressão aos integrantes do Reisado de Congo na cidade de Barbalha. O motivo alegado para a detenção do contra mestre do folguedo era o de

porte ilegal da espada de aço. Mas aqui apontarei outros fatores que provavelmente exerceram influência em tal medida.

Começarei relembrando a segunda metade do século XIX e início do XX, quando os Congos da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, (MARQUES, 2009, p. 26) também sofriam com as ações policiais.

Naquele período, as autoridades procuravam ter certo controle sobre os frequentadores e o ambiente da atuação dos brincantes. Como lembra Janote Pires Marques, no livro *Festas de negros em Fortaleza* (2009, p. 140), era inerente ao espaço da festa o uso de bebidas, música e aglomeração de pessoas, algumas das quais eram tidas por “desordeiras”. Por esse motivo, as detenções passaram a ser vistas como uma medida profilática contra o caos que poderia a vir se instalar na cidade.

As ações repressivas não terminaram por aí: “a polícia os proibiu de encenarem utilizando espadas e facões, que passaram a ser confeccionados de madeira, uma ‘desonra’ para os componentes do grupo” (MARQUES, 2009, p. 140).

Algo semelhante ocorreu com o Reisado de Congo de Barbalha. Vejamos o que um entrevistado tem a relatar:

Eles culpava as espada né, por que as espada era de aço. Aí quando eles começaro brincar de novo... Primeiro, era as espada era de madeira, num sabe? Fazia aquelas espada, botava um cravo [guarda-mão] aqui na frente mó de a outra espada num bater na munheca. Aí depois fizero as espada, Olímpio Boneco no Juazeiro fez nossa: eu faço as espada pra vocês. Aí ele fez as espada com uns corte. Aí a mão da gente fica guardado, ficava guardado dentro do corte da espada. Essas que fazem aí num guarda a mão não, mas as que eu tinha eu guardava a mão. Eu jogava a espada com outro mestre, minha mão [na] espada num furava não por que era guardado. Eu pega no cabo da espada aí isso tudo era guardado. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

Em determinado período, não mencionado pelo entrevistado, as espadas eram confeccionadas em madeira, depois passaram a ser de aço. Foi aí que se evidenciou a repressão aos perigos que o folguedo poderia vir a representar.



1º

2º

3º

4º

FIGURA 17 - A primeira espada, Francisco Belizário diz ter comprado por 2.000,00 réis²⁸ a Chico de Marizinha entre os anos de 1958 a 66, a segunda ganhou de João Hilário no ano de 1972, a terceira recebeu em 1982 de Fabriano Livônio e a última foi em 2009 de José Leite. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

Então, autoridades locais visando obter o controle sobre a prática, os participantes e o espaço de atuação, solicitaram aos integrantes do Reisado de Congo uma licença concedendo a permissão para a realização do festejo. Sobre esse assunto, veja o que Antônio José tem a dizer:

É obrigado tira na delegacia. Por causa das espada. Pá se viaja, tem que pedi... eu vou po Pernambuco brinca no Pernambuco, eu tenho que pega uma declaração aqui da delegacia daqui. Que tem pega umas informação aqui pá leva pra lá, pá entrega os delegado de lá. Aonde na cidade que eu chegar eu tem que apresenta na cadeia. Vou pro quartel... o que tudo aqui óia, tô com uma companhia de Reisado, to com uma licença aqui e vou atravessando daqui o Pernambuco e queria que o senhor assinasse isso daqui. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

A força policial se destinada a manter a “ordem” e a moral. Para tanto, qualquer atividade que pudesse representar desordem, danos e atentados poderia ser considerada inviável à apresentação.

²⁸ Vale lembrar que é comum nos relatos a confusão com o tipo de moeda corrente à época dos fatos relatados.

Nessa perspectiva, a licença parece ser uma concessão vigiada, em que os integrantes do folguedo tinham o dever de repassar às autoridades competentes, informações sobre o local de encenação, os participantes envolvidos e outros dados assim solicitados, além de pagar uma taxa a ser definida pelo delegado ou encarregado pela expedição do documento, isso nos casos em que os brincantes não solicitaram a ajuda de políticos locais ou pessoas a eles ligadas.

Todavia, mesmo com restrições na forma de encenação, alguns integrantes viam no Reisado a “liberdade” que procuravam. Assim, pode-se visualizar no seguinte relato:

E ôta coisa, Reisado num se brinca assim não. Reisado ele tem liberdade, ele tem uma licença pa puder brincar o que é um Reisado. Ele num pode sair assim na rua solto assim jogado não, ele tem uma licença como você tá vendo essa carteira. Por quê? Também tem isso, as pessoas que lhe acompanha têm que ser respeitado, tem que respeitar o povo, num pode ser só jogando piada no meio do povo não. Ele tem que saber respeitar o povo pa puder ser respeitado. Né não? (Luís Tomé da Silva, 11 jan. 2010)

Bom, aqui temos algumas questões interessantes a serem refletidas. Primeiro, o entrevistado diz que o “Reisado num se brinca assim”. Esta afirmação sinaliza a existência de uma estrutura própria e predefinida de comportamentos a serem aceitos socialmente. Por essa ótica, a prática festiva popular perde parte do seu caráter lúdico e de libertação temporária, para se aproximar das oficiais, marcada por “consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo” (BAKHTIN, 1993, p.8).

O segundo ponto a ser tratado refere-se à liberdade detida pelo folguedo ao se obter a licença para encenar. Já o terceiro, diz que não pode andar livremente pela rua. Eis que surge uma ambiguidade, independência opõe-se à proibição.

Sabe-se que há riscos inerentes à prática do folguedo. Contudo, eles não fazem parte de toda a estrutura da encenação. Mais especificamente, esse perigo está na parte das embaixadas, onde fazem uso de simulação de guerra com espadas de aço.

Se o Reisado de Congo é livre quando tem em mãos a autorização formal para atuação, esta a “autonomia” concedida, entretanto, é restrita e facilmente censurável por aqueles detentores de um capital cultural reconhecido legalmente.

Por último, há a questão do respeito ao público. Aqui, posso lembrar como é imprescindível a boa conduta na atração pública. Um comportamento mais requintado e que transpasse a ideia de harmonia dentro do grupo de Reisado, pode garantir boas parcerias no

desenvolvimento e incentivo à manutenção da prática. São táticas com fins de construir um espaço social marcado pelo domínio dos donos do capital cultural e econômico.

Voltemos à problemática da licença. Segundo o mestre do Reisado de Congo, no Sítio Lagoa, em Barbalha, Ceará:

Quando foi no tempo de doutor Inaldo, aí dona Lindete, a irmã de dona Lindelma aqui, era da cultura e ela me deu muito apoio, ela gostava muito de mim. Ela arrumou uma licença e me deu quando eu fui pra Fortaleza e pro Pernambuco, essa licença não tá aqui por que eu dei a Nego. Que eu passei um ano e quatro mês doente tô recuperando agora, tô mio né. Mais ele ficou como mestre, assumindo tudo lá e eu dei pra ele. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Percebe-se que a autorização não era apenas concessão de delegados ou políticos, como também de pessoas com vínculos influentes nessas esferas. Além do mais, vale mencionar que a preocupação das autoridades locais - ou de seus representantes - com o folguedo sinaliza uma tentativa em oficializar o festejo, sancionando a ordem e a hierarquia vigente (BAKHTIN, 1993, p.8).

Contudo, é possível encarar a exigência da licença como uma medida de inviabilizar a prática das embaixadas do Reisado de Congo ou de disciplinar seus integrantes de modo semelhante ao ocorrido com o entrudo de Minas Gerais do século XIX²⁹?

Quando os representantes do poder que estabelecem regras e normas para encenação dos grupos, oferecem competições com prêmios para aqueles que estiverem de acordo com as exigências. Esperam, em troca, o enquadramento dos brincantes no cenário que se configura. Sobre esse assunto, o ex-mestre relata:

Pra eu brincar no Juazeiro e na Missão Veia, fui obrigado a tirar uma licença que aqui na Barbalha num tirava. Fui tirar no Juazeiro com doutor Edival num sei de que e a juíza que era do Juazeiro, ou era juíza ou era juiz. Sei que a juíza veio pra aqui, que ela trabalhou aqui na Barbalha. Também foi ela que ofereceu esse prêmio de 300 conto pra nós... pra quem ganhasse o primeiro lugar, ganhava os 300 conto. Aí fui e tirei a licença no Juazeiro do Norte pra poder brincar livre em Barbalha, em Crato, em Juazeiro, em Missão Veia em todo canto que nós quiséssemos. Aí tinha uma licença que nem uma carteira, registrada no cartório mó de as espada que era de aço. (Olímpio Ludugério da Paixão, 17 jan. 2010)

²⁹ Quando políticos, imprensa, órgãos públicos e setores da elite mineira perceberam que o entrudo era incompatível com os ideais de civilização e progresso, cuidaram de desenvolver medidas legais de combate e de substituição do festejo (ARAÚJO, 2008, p.76).

Percebe-se que a licença é a garantia de não haver repressão por parte dos policiais. É o reconhecimento lícito de que a prática não tem um caráter nocivo à comunidade e ao sistema político:

[Se] chegar um policiamento, chegar ali um prefeito que as vez é despeitado, tem manha com outro. Diz: eu não quero essa brincadeira. Mas nós [não] tamo brincando sem ordem, tamo brincado com ordem. Olha, fui brincar uma vez, logo quando eu comecei o Reisado. Eu fui brincar no Juazeiro. O povo disse: de onde é esse rapaz? Barbalha. Não pode brincar aqui. Por quê? Por que ele é de Barbalha. Pode ele num se dar com o pessoal daqui. Aí chamou o mestre que era o mestre Olímpio, aí disse: rapaz, esse rapaz de Barbalha brincando aqui, por quê? Disse: não, por que o pai dele é um homem muito conhecido e ele desde pequeno brincava Reisado mais o pai dele. E agora eu mandei chama ele que é um brincador muito esperto. Eu mandei chamar ele mó de ajudar nós aqui, pa fazer a fila mais comprida dos meu. Pois é, tem que ter... se ele for pra brincar aqui tem que ter licença. Quem é o mestre? Aí foi obrigado nós dizer quem era o mestre nosso. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

Quando um grupo sai de sua cidade para efetuar a encenação em outra localidade, os desafios a serem enfrentados são bem diferentes. Em Barbalha, eles costumam contar com ajuda de conhecidos e do prefeito. Noutros municípios, nem sempre isso é possível, exceto nos casos em que o grupo tenha sido contratado ou convidado por alguma autoridade.

Todavia, há quem veja no Reisado a oportunidade de atingir a municipalidade da qual fazem parte. Em casos assim, são maiores os riscos de se sofrer sanções por aqueles que considerarem suas presenças indesejáveis. Observemos a continuação do relato:

João Pereira aqui em Barbalha era um mestre muito bom. Morreu, isso tudo com violência. (...) Por causo que havia desavença na brincadeira, aí jurava uns zozoutos. Aí um dia mataro ele. Tudo foi por intermédio disso, né, da brincadeira. (...) Pois é, num pode. Num existe esse negócio de o caba brincar com despeita com outro não. Num presta não. E o caba fica jurado e esse pessoal do Juazeiro principalmente, ele promete e faz mesmo. Num é que nem os daqui. Os daqui vai dispensado. Não, deixa isso pra lá e tal. Mas no Juazeiro num é isso. Olha, toda a brincadeira assim em dia de Reis, numa festa da santa do Juazeiro, nos parque e tudo lá, morre um. Eles se matam lá devido essa malvada tal da droga né. Aí pronto, se envolve com ela. Aí quando se topa com outro Reisado, aí vão se despeitar jogar espada aí tem que aguentar o desaforo um pelo outro. Aí se mata. Caba assim, as vez quando diz: é eu vou em casa. Quando vai em casa que lá vem o Reisado de novo, ele pá atira e mata. E difícil pra ter uma festa no Juazeiro em paz do Reisado, mó de num acontecer um desastre. Tudo é influência de Reisado. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

São indiscutíveis os perigos referentes à prática do Reisado de Congo. Entretanto, quando se fala de assassinato, percebe-se que as divergências tomam proporções antes não imaginadas.

Na vizinha cidade do Juazeiro do Norte, onde a religiosidade é tão fortemente ligada à figura do padre Cícero Romão Batista, os brincantes não costumam a aceitar desaforos. De acordo com José Paulo Felipe, se eles prometem fazer alguma maldade com a pessoa, cumprem mesmo o que disseram.

O aumento da violência associado ao envolvimento com as substâncias alucinógenas tem agravando ainda mais o impasse. Acontecimentos desse tipo talvez tenham influenciado as autoridades a desenvolver medidas de controle e restrição à encenação dos envolvidos na prática do folguedo.

Portanto, só obtinham a licença - mediante o pagamento de taxas previamente definidas - aqueles considerados aptos a exercer a brincadeira sem o risco de infringir as leis e o status quo.

Contudo, arcar com os custos da liberação do documento nem sempre era possível. A maioria dos antigos brincantes era de agricultores. O que obtinham com a lavoura mal dava para a própria substância. Assim, a solução mais viável encontrada por eles era a de recorrer aos políticos, para que eles emitissem ou providenciassem a autorização necessária à encenação do grupo em outras localidades. Observe-se o seguinte relato:

Aí fumo pedir uma licença a doutor Fabriano. Aí ele disse: não, aqui dentro de Barbalha só quem manda sou eu. Aqui o mandato é o meu. Mais doutor, mais o seguinte é esse, a gente num pode tá só brincando aqui, no município daqui. Tem brincar de mais pra fora. A gente num pode ir... Já num tem uma pratinha mais melhor, num pode ir porque num tem o [fez sinal com os dedos indicando dinheiro]... Pois é, num pode não. Aí foi, ele disse: não compadre, você vai na Receita Federal. Tá bom. Eu chamei o Mateu aí fui lá no Juazeiro. Cheguei lá, fui na casa do... nesse tempo era os Bezerra né. Fui na casa de Zé Aauto Bezerra, aí cheguei lá bati no portão, toquei na campainha, a empregada abriu. O que era? Eu digo: o major tá aí? Tá. Eu queria falar com ele. Vou dizer pra ele. Aí foi. Chegou lá disse pra ele. Diga a ele que entre. Eu entrei, cheguei lá: pronto mestre. Bom dia. Dei as hora a ele. Ele respondeu: O que é que tá acontecendo? Rapaz eu vim aqui ocupar o senhor. Pode dizer. Eu digo: por que nós têm uma brincadeira, aí fomo tirar uma ordem e num quisero dar. E dava, naquela época era 20 mil réis. Aí nós num tamo com condição que o que nós tamo brincando é só pra brincadeira mesmo, mas só dava se pagasse. Mas rapaz, ele disse isso? Disse. Aí nós sabemo que aqui, chegando aqui o senhor dava. Ou dava ou se vendesse também num era o preço deles. Perguntou quantas pessoas eram, eu disse. E o Mateu? Olha aí um. É o que tinha ido mais eu. Como é? É sério mesmo a brincadeira? Eu digo: é. Tá certo. Num tem mau conduta não? Não, senhor.

Não existiu isso ainda não, pelo meio não. Pois é, vou lhe dar uma ordem. Aí eu passei meio dia só andando pra riba e pra baixo. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

Como a municipalidade barbalhense não tinha poder para expedir uma licença para os brincantes circularem em outras cidades, eles recorreram a alguém de maior competência. Naquela época, a família Bezerra tinha grande força sobre a política cearense. Adatao Bezerra, eleito deputado estadual em 1958, “repete a proeza em 1962, enquanto Humberto Bezerra, seu irmão gêmeo, é eleito prefeito de Juazeiro do Norte naquele ano” (PARENTE, 2004, p. 404):

Em 1974, no início do processo de abertura política, a força política da família estava consolidada e Orlando Bezerra, um outro irmão, elegeu-se deputado estadual, pois Adatao havia sido indicado governador do Ceará, e Humberto Bezerra preferiu o mandato de deputado estadual. Estava no auge o domínio político da família Bezerra, e em todas essas eleições os irmãos Bezerra foram eleitos como os mais votados do Estado. (PARENTE, 2004, p. 404)

A consolidação do poder político da família Bezerra era algo indiscutível na região caririense. Nesse sentido, ter a permissão emitida por Adatao Bezerra era, para eles, a garantia plena do direito de se apresentar em qualquer lugar sem ser incomodado. O citado governante era apresentado como major, o que pode ser um indício do respeito e submissão ao poder que ele representava, ou mesmo uma manobra tática dos brincantes para adquirir a confiança do político e, com isso, a licença, sem ter que, para tanto, pagar os “20 mil réis”.

São possibilidades que não devem ser descartadas. Mais veja-se a continuação do relato de José Paulo.

Ele [Adatao Bezerra] deu assinatura. Aqui você vai lá pra Gomersino. Aí fui. Cheguei lá Gomersino assinou. Disse: agora você vai pra delegacia. Fui pra delegacia, cheguei lá o sargento assinou. Se vai de novo lá em Adatao Bezerra. Fui, pra ele assinar, se o doutor num assinar... carimbou. Você vai lá pra Gomersino de novo, na prefeitura, prá ele carimba em cima do nome dele. Eu fui, cheguei lá assinou, carimbou. Agora você pode brincar por Ceará e Pernambuco. Pode entrar. O que houver pode só ser aceito até aqui. Mas graças a Deus, boa hora eu digo, nunca precisou. Vive bem respeitado, nós num entra com ignorância. Se vem um, nós vamo pra se topar com outro Reisado acolá... Vem um naquela brutalidade, vai aí... não rapaz, nós vamos se encontrar, mas muito são com brutalidade. Só com respeito mesmo que é mó de num ter desavença pelo meio. É desavença as vez a senhora já sabe, quando existe tantas pessoas de um grupo, tantas doutro, se um se zangar aí zanga um daqueles tá os dois grupo junto, dá uma guerra medonha. É por isso que existe a licença. Aí o prefeito tem obrigação de dar uma licença. E

eu ainda hoje tenho essa licença de Aduino Bezerra. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

Nem mesmo a burocracia foi suficiente para desanimar o brincante. Com persistência, adquiriu a autorização que procurava para atuar no Ceará e em Pernambuco aumentando, assim, as possibilidades de ganho financeiro e reconhecimento público³⁰.

Interessa aqui discutir ainda alguns pontos contidos no relato de José Paulo. A questão da ligação de integrantes do Reisado com políticos da região, a agressividade entre brincantes e a união do grupo nos momentos de conflito com outros são temas recorrentes, pois como é possível perceber, se um se zanga “dá uma guerra medonha”.

Pelo que foi visto até agora, ao estabelecer uma ligação com os representantes políticos, os grupos de Reisado de Congo - assim como outros - estariam construindo uma rede de inter e, sobretudo, de dependência ao poder instituído. Essa relação possibilitava aos brincantes ganhos financeiros, proteção policial e divulgação do saber em outras localidades. Por outro lado, significava também a constatação da dívida para com seus supostos protetores, como destacado por Chartier:

Todo o dispositivo que visa criar controlo e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos. (CHARTIER, 1990, p.137)

Assim, fazem parte das relações sociais as redes de vigilância: qualquer produção cultural que traga algum elemento divergente aos hábitos esperados está sujeito a sofrer sanções, algumas das quais provocam mudança na conduta e disciplinarização da prática. Vale lembrar que sempre haverá possibilidade de subversão: nem todos estão dispostos a se enquadrar facilmente nos projetos políticos de condicionamento social.

Em casos assim, a suposta harmonia existente aos olhos de alguém que, pela primeira vez, vê o Reisado, é facilmente rompida quando se fica a par dos acontecimentos resultantes das divergências existentes entre os participantes. Divergências e rugas que podiam ser agravadas quando os brincantes ingeriam álcool:

Era de verdade, que muitos tava encachaçado e num sabia o que tava fazendo. É muitas vez aconteceu muitas coisa. Já morreu gente, foi furado

³⁰ Quanto ao documento mencionado na entrevista, que poderia conter elementos para ampliar a discussão e fundamentar o relato, não foi localizado pelo brincante durante a pesquisa.

gente na espada. Aqui mesmo... ali o menino cortou outro foi num sei quantos ponto, cortou ele de espada. Aí foi pro hospital se não tinha morrido aqui mesmo. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

Segundo Océlio Teixeira de Souza (2000, p.49), o consumo de aguardente aumentou consideravelmente na década de 1970, quando “ocorreu a introdução do folclore” no Cortejo da Festa de Santo Antônio.

Por se apresentarem nos momento de festa, alguns brincantes consumiam bebidas alcoólicas em demasia. Como consequência, perdiam os reflexos no momento da luta, resultado em acidentes e/ou no aumento da agressividade para com seus companheiros. Marcas que persistem no corpo e na memória de alguns:

O ti dela [esposa Nilda] perdeu um oi [olho], ó [mostra cicatrizes sobre pálpebras] cortada, espada [há mais de 12 anos]. Toda a vida aconteceu. Hoje, acontece mais por causa da bebida que muitos brincam bebo aí se corta. Esse aqui [mostra novamente a cicatrizes sobre pálpebras] foi o mestre Luís Bocão. Ele bebo dano no contramestre [era o finado José Joaquim conhecido por Zé Veado] dele e eu fui tira. E vei um pessoal, um caba de fora que num tinha nada haver com o caso. Pego meu ganzá e largou, pegou neu aqui, o ganzá bateu... que era dois assim, um bateu no chão pulou e pegou aqui. (Antônio José da Silva, 05 jan. 2010)

Os desentendimentos existentes entre integrantes de um grupo, às vezes tomavam proporções que resultavam em atitude mais enérgica. No caso, partiam para as vias da agressão corporal. A brincadeira, nesses momentos, passa por uma reformulação de sentido, se torna instrumento utilizado para acerto de contas.

Como afirma um integrante do folguedo, sempre tem um que diz:

Não, você bateu foi por que quis isso e aquilo outro. Por certo que eu já tem trocado de muitos brincador. Por causa que ele quer vim com uma ignorância, ai quando eu chego em casa que eu mando tirar os trajes, eu digo: o num dá pra você brincar não. Por quê? Eu digo: por que você quer ser violento, é muito caçador de confusão e durante o tempo que nós tem brincado nunca houve confusão em nossa brincadeira. Samo vinte e duas pessoa, são 18 pessoa brincador legítimo. Tá com uns dois Mateus faz 18 pessoas, faz vinte pessoas. Ai nunca houve discussão, mais vocês querem entrar e querem fazerem a confusão, ai se torna mais pior né. Que um vai dispensa e o outro num quer, não bateu por que quis é por desaforo. Mas não existe isso, é por que botou o ponto num pode pegar, num soube pegar. As vez também se eu mostro um ponto vou com outro ele também tem razão, por que eu mostrei o ponto pra ele e depois fui com outro. Aí já num pegou por que ele pode dizer: bom, você mostrou um ponto. Aí quando você ver eu pensei que era um ponto que você me ensinou aí você errado vei foi com outro. (José Paulo Felipe, 14 jan. 2010)

O Reisado pode ser utilizado como válvula de escape para liberar “ressentimentos e frustrações decorrentes da vivência em uma sociedade desigual em riqueza, status e poder” (ARAÚJO, 2008, p.102), ou como meio de expor a força viril contida em cada integrante. Em ambos os sentidos, com intencionalidade ou não, eles estão sujeitos a sofrer golpes de espada, pois,

Eu já ouvi falar assim, que antigamente um mestre foi se encontrar com o outro aí começaram a brincar. A trocar. A jogar espada né. A bater espada né. E muita gente entende assim, bater espada. Então, assim, é pra se jogar espada e trocar espada. É ver o que a gente faz. Aí eu ouvi falar que o outro mestre se atrapalhou um pouquinho e furou o outro. É isso aí eu ouvi falar. (Serginaldo Gomes, 14 jan. 2010)

O bom manejo com a espada é imprescindível para a defesa de si próprio e dos companheiros. Para tanto, é importante ter controle emocional, domínio e destreza, evitar qualquer tipo de droga que possa aumentar as possibilidades de dano e, sobretudo, ter boa conduta dentro e fora do folgado.

Mas só isso não basta. Os brincantes precisam de medidas que visem protegê-los daqueles mal intencionados. Eis que surge, assim, o lado positivo de se obter a autorização. Veja-se o episódio que o mestre Francisco Belizário narra:

E pra sair do Ceará que nem eu já lhe disse que nós fomos pra Pernambuco, tinha que sair com uma licença. Inclusive quando eu cheguei na delegacia lá na... no Cedro - Pernambuco, nós fomos diretamente pra porta da delegacia. Quando eu cheguei lá, aí eu pedi o menino pra tocar um baião lá de espada chamado de Zé de Antão. Num sei se ele é mais vivo. Era a melhor banda cabaçal que tem em Barbalha. Nesse tempo também do Reisado mesmo que tem hoje só tem cinco pessoa, tudo já morreu, já morreu sete pessoa do Reisado nosso. Era um pessoal quente, era vivo, lutava mesmo com vontade. Nós demos um treino lá, eu mais o finado Zezim, que é o meu primeiro embaixador, tão feroz lá que saia fogo da espada. Quando a gente terminou, o delegado deu com a mão assim. Aí disse: mestre me diga uma coisa. Eu digo: sim senhor doutor, seu souber eu lhe respondo. Se o senhor chegar a ferir esse rapaz aí o que é que vai acontecer? Eu digo: bom, eu me responsabilizo. Eu num vou ferir ele não por duas coisa, uma que a gente treinou foi pra fazer isso aí e outra que eu me responsabilizo que eu num bato nele e ele se defende também. Aí ele disse: e se ele lhe ferir? Eu disse: tá perdoado, a culpa foi minha. Se ele lhe cortou a culpa é sua? Eu digo: é minha, eu foi quem dei bobeira pra ele. A pois então pode descer e diga a ele que venha aqui, chamou o rapaz foi lá a mesma coisinha ele contou. Aí ele deu parabéns pra nós, aí disse: oh! vocês querem sair de carro ou de pé? Eu digo: não, a festa aqui é de pé é quilombo, brincar no meio da rua. Aí ele mandou três soldado acompanhando e disse assim: nem mosca meche com vocês aqui no meio da rua. Viu? Foi. Assim mesmo eu levei logo a licença de

Adauto Bezerra, governador né. (Francisco Belizário dos Santos, 17 jan. 2010)

O delegado, depois de uma série de perguntas, ofereceu proteção ao grupo. Haverá ligação com a licença expedida pelo governador? Provavelmente, sim. Portar uma autorização assinada por Adauto Bezerra sinalizava a concessão e proteção do cacique político ao grupo. Era uma forma de reconhecimento aos saberes dos brincantes.

A polícia, em contrapartida, garantia uma apresentação tranquila e segura. Mas se não houvesse a autorização, eles reprimiam e desfaziam qualquer tipo de encenação indesejável.

Na verdade, existem vários tipos de compreensão em torno da licença. Há até quem diga que ela era um meio encontrado pelas autoridades de arrecadar mais dinheiro. Sobre o citado assunto, um ex- Mateus do Reisado diz:

Eu acho que foi o delegado que via a gente brincando, o povo gostando da gente. Então, cobrou licença. Só brincava se pagasse. Tirei a licença com ele. Eu acho que ainda hoje os menino aí tem licença. Mas num houve muito delegado nesse tempo, nessa época. Pelo menos só conheci um que quem pagou a licença foi eu, que levei o dinheiro e tirei a licença. Esse já morreu. [...] Esse delegado que eu foi quem levei o dinheiro. Esse chamava... era coronel da polícia, chamava aqui de Chico Bento, mas lá deve ser Francisco o nome dele né? Foi delegado em Barbalha. Eu paguei... (José Ribeiro da Cruz, 22 jan. 2010)

Seja qual for o motivo para se exigir o porte do tão mencionado documento, foi possível perceber que sua obrigatoriedade provocou alterações na conduta dos envolvidos e na prática do Reisado de Congo.

Já não se fala tanto dos casos de morte e acidente, e quando se toca nesse assunto, os brincantes referem-se como algo distante e inexpressivo. Não fica claro se atitude desse tipo tem relação com as repressões sofridas no período ditatorial ou com os projetos políticos de construção da imagem regrada nos bons costumes e na harmonia social.

O certo é que as mudanças existem e vão continuar ocorrendo, fazendo parte do caráter dinâmico e instável do saber.



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui começo a me despedir do caro leitor. Devo dizer que foi muito bom ter o recebido nesta humilde construção interpretativa. Ah! Mas antes que se vá, quero lembrar que o Reisado de Congo não é uma prática “ingênua” e “pura”, como pensavam os românticos historiadores e folcloristas dos séculos XIX e XX, e sim um folguedo forjado em meios às relações sociais, econômicas, intelectuais e de poder em que os brincantes estão engendrados.

Essa compreensão se configurou, de forma mais clara, quando decidi seguir as vozes dos mestres dos Reisados barbalhenses. Eles me auxiliaram a enveredar nos corredores da memória a fim de buscar indícios que elucidassem um pouco de suas histórias e do próprio folguedo.

Assim, como um andarilho perdido em um local ermo, encarei as pistas que me eram postas, como se fossem um quebra-cabeça que, formado, desvendaria o melhor caminho para se chegar a uma interpretação histórica plausível.

O percurso foi árduo e de difícil peleja, mas com ajuda dos mestres do Reisado, dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na área cultural e, ainda, embora em menor grau, de jornais e outras fontes documentais impressas sobre o período, cheguei a algumas observações que quero destacar neste momento.

Primeiramente, lembrarei que nos anos de 1960, o referido folguedo era muito estimado pelo seu forte caráter devocional e lúdico. Suas apresentações se davam de maneira espontânea nas ruas e casas da comunidade rural onde os brincantes residiam. Na cidade, se realizava somente quando os grupos eram contratados ou convidados. Não havia tempo previsto para que terminasse a encenação. Às vezes, ela chegava a levar toda a noite e a render boas sortes financeiras.

Quanto à divulgação nos meios de comunicação, posso dizer que essa, àquela época, era quase inexistente. O incentivo à prática era inexpressivo e, quando se evidenciava, era basicamente no dia de Reis, 6 de janeiro.

Mesmo assim, os brincantes pareciam não se importar. Estavam dispostos a arcar com as despesas do folguedo, nem que para isso fosse preciso gastar o pouco dinheiro que tinham, afinal de contas, a apresentação era para homenagear o Divino e promover a diversão.

Os anos foram passando, até que em 1973 receberam, do poder municipal de Barbalha, o convite para se apresentar na Festa de Santo Antônio de Pádua, padroeiro da cidade.

Desde então, os integrantes dos grupos culturais passaram a contar com ajuda financeira, auxílio alimentação, transporte, proteção policial e, é claro, a divulgação dos bens culturais populares. Em contrapartida, os brincantes tiveram que efetuar mudanças na prática e no comportamento para poder se enquadrar ao projeto político de atração do turismo para dentro da festa do santo, ao lado do fortalecimento da identidade e também da imagem de cidade tradicional.

Assim, para poder tirar proveito do novo cenário que se configurava, os partícipes do Reisado tiveram de empreender diversas manobras. Fizeram uso de memórias bíblicas, épicas e históricas, objetivando – talvez - reafirmar ou inculcar o sentido monárquico à prática e, com isso, proporcionar um ar de imponência ao grupo, ou mesmo como forma de mostrar, inadvertidamente, os vários elementos utilizados na composição de uma Cultura Histórica que, de alguma maneira, justificassem sua existência e relevância perante à comunidade. É sabido que as ações não são desprovidas de sentido. Elas ocorrem de maneira consciente, tomando “como base e ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos *memória*” (HALBWACHS, 2006, p.8).

A memória coletiva, portanto plural, destinada a evocar lembranças antigas compartilhadas por um mesmo grupo, poderia atuar em diversas maneiras. Para Bergson professor de Halbwachs, como destaca Ecléa Bosi,

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 1994, p.48)

As lembranças estariam, assim, divididas na forma de *memória hábito* e *sonho*, onde a primeira se caracterizaria por internalizar determinados comportamentos mediante os mecanismos motores, e a segunda englobaria as lembranças evocadas do inconsciente (BERGSON, 1896 *apud* BOSI, 1994, p.48-49).

Seja por influência da evocação ou do adestramento cultural, o certo é que as transformações se fizeram presentes em toda a estrutura do folguedo. Foi retirada a parte móvel dos entremezes, reduziu-se o tempo de encenação e valorizou-se a parte dramática das embaixadas.

Mas as mudanças não acabaram por aí: os integrantes do Reisado estabeleceram parcerias com pessoas influentes, especialmente com políticos locais; construíram uma linguagem que justificasse o valor histórico, artístico e simbólico da prática; tentaram estabelecer um lugar social inerente aos donos dos bens econômicos e do capital cultural; e, por fim, usaram a liberdade que tinham para efetuar suas táticas mediante um processo contínuo de apropriação e ressignificação do festejo.

Sabe-se que as práticas e saberes intangíveis são marcados por sua dinamicidade e efemeridade. Não há formas de controlá-las completamente. Elas são como as águas límpidas e tranquilas que passam por momentos de inconstâncias e obscuridades. Podem transparecer uma tranquilidade e uma submissão ao poder vigente, mas que, sob o silêncio das profundezas da consciência, elaboram meios sutis de efetuar as manobras táticas e com isso, obter benefícios. Como também estão sujeitos a mudarem o curso das águas que lhes são direcionados. Esses são os mecanismos de astúcia utilizados pelo homem para se sobressair das situações que lhe são impostas.

Com isso, pode-se dizer que os brincantes do Reisado de Congo ressignificaram suas práticas por que seguiam o curso das águas que lhes eram direcionadas. Tal processo faz parte de um outro, natural, de inovação dos saberes inerentes ao povo.

Minha intenção não foi de cultuar a “beleza do morto” tal qual mencionada pelo historiador francês Michel de Certeau (1995, p.55), mas de abordar a questão das transformações ocorridas com o saber popular mediante a intervenção de políticas públicas no âmbito cultural.

Antes de finalizar, quero levantar algumas questões que possam servir de estímulo àqueles interessados em dar sequência ao estudo.

Primeiramente, lembrarei que quando iniciei a pesquisa de campo, a Secretaria de Cultura de Barbalha informou a existência de seis Reisados de Congo em todo o município, compostos por pessoas do sexo masculino. Contudo, por intermédio das entrevistas, soube da existência de um grupo feminino, formado pelas alunas da Escola Josefa Alves, da qual Antônio José é mestre. Na realidade, parece que é o único grupo existente em formação. Talvez isso possa explicar o porquê de sua pouca divulgação. Mesmo assim, pergunto: porque a exemplos das vizinhas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, não há em Barbalha mais Reisado composto por mulheres? O que tem inviabilizado a formação e repercussão dos grupos?

Outra questão refere-se às demais manifestações populares inseridas no desfile dos grupos de folguedos da Festa de Santo Antônio. É interessante perceber qual é sua representatividade para a cultura local? Como ocorre a receptividade de suas apresentações junto ao público? Sofreram mudanças com a inserção no festejo? De que tipo?

E o turismo cultural? Quais políticas culturais foram implementadas na região do Cariri do sul cearense ao longo das últimas décadas? Que objetivos estavam envolvidos? E quais suas consequências na prática, na comunidade e no desenvolvimento da cidade?

Como se pode ver, há uma série de possibilidades a serem trabalhadas: cabe ao interessado escolher o objeto de pesquisa que mais desperta a curiosidade, efetuar um levantamento de fontes, definir objetivos e, daí, seguir os indícios com vistas a tentar responder às perguntas elaboradas. Foi assim que se definiu esse trabalho dissertativo.



6 – FONTES:

6.1 – NARRATIVAS ORAIS:

Sr. Antônio José da Silva, 64 anos, agricultor, mestre do Reisado de Congo, residente no Alto do Rosário, Barbalha / CE.

Sr. Francisco Belizário dos Santos, conhecido por Tico Neve (Mestre do Reisado), 71 anos, agricultor aposentado, ex-penitente, residente no Sítio Lagoa, município de Barbalha/ CE.

Sr. José Paulo Felipe, conhecido por Mestre Nego (Reisado), 78 anos, agricultor, residente no Sítio Lagoa, município de Barbalha / CE.

Sr. José Ribeiro da Cruz, conhecido por Ioio (Mateus do Reisado), 84 anos, aposentado, residente no Sítio Estrela, município de Barbalha / CE.

Sr. Luís Tomé da Silva, conhecido por Luís Bocão, 62 anos, agricultor, ambulante, quebrador de pedra e mestre do Reisado de Congo, residente no Alto da Alegria, Barbalha / CE.

Sr. Olímpio Ludugério da Paixão, 72 anos, agricultor, ex-mestre do Reisado de Congo e atualmente atua como decurião dos penitentes, residente no Sítio Lagoa, município de Barbalha / CE.

Sr. Serginaldo Gomes, conhecido por peba ou mestre P, 33 anos, agricultor e pedreiro, mestre do Reisado, residente no Sítio Lagoa, município de Barbalha / CE.

6.2 - FONTES ESCRITAS:

Jornais:

A Ação, disponíveis na Secretaria da Cúria Diocesana do Crato. Consultamos as edições correspondentes ao período de 1960 a 1982, selecionando as matérias dos seguintes dias 20 mai. 1967; 01 jul. 1967, 05 ago. 1967, 12 ago. 1967, 16 set. 1967; 11 nov. 1967, 16 dez. 1967, 27 jan. 1968, 10 jan. 1970, 17 jan. 1970, 26 set. 1970, 17 out. 1970, 24 out. 1970, 24 dez. 1970, 13 mar. 1971, 03 abr. 1971, 05 jun. 1971, 12 jun. 1971, 17 jul. 1971, 14 ago. 1971, 21 ago. 1971, 28 ago. 1971, 06 nov. 1971, 13 nov. 1971, 24 dez. 1971, 15 jan. 1972, 29 jan. 1972, 11 mar. 1972, 18 abr. 1972, 16 nov. 1972, 04 nov. 1972, 11 nov. 1972, 13 jan. 1973, 17 fev. 1973, 24 fev. 1973, 01 set. 1973, 29 set. 1973, 15 dez. 1973, 05 jan. 1974, 27 jul. 1974, 07 set. 1974, 01 fev. 1975, 08 mar. 1975, 08 mar. 1975, 16 ago. 1975, 23 ago. 1975, 13 set. 1975, 22 mai. 1976, 29 mai. 1976, 05 jun. 1976, 12 jun. 1976, 24 jul. 1976, 14 ago. 1976, 11 set. 1976, 22 nov. 1977, 19 mai. 1979, 15 ago. 1981, 05 jun. 1982. O período de circulação deste jornal pertencia à Diocese do Crato foi de 1939-1985.

Diário do Nordeste, Fortaleza. Edição de 16 abr. 2006.

Diário Oficial do Estado do Ceará, 25 ago. 2003.

Diário Oficial do Estado do Ceará, 30 nov. 2006.

Revistas:

ATIVIDADES & EXPERIÊNCIAS – revista trimestral da área de Sistemas de Ensino da Editora Positivo, Curitiba (PR). Edição: out. 2005.

Itaytera, publicado anualmente pelo Instituto Cultural do Cariri, desde 1955. Consultamos da 1ª a 36ª edição, mas optemos pelas seguintes: 1955, n. 1; 1958, n. 4; 1959, n. 05; 1978, n. 22, 1966; n. 11, 1967; n. 12, 1968; n. 14, 1970; n. 15, 1971; n. 17, 1973; n. 18, 1974; n. 19, 1975; n. 20, 1976; n. 21, 1977; n. 22, 1978; n. 24, 1980; n. 25, 1981; n. 26, 1983; n. 30, 1986.

HYHYTÉ – Revista Oficial da Faculdade de filosofia do Crato, Crato - CE. Edições: dez. 1976 e nov. 1977.

Região, Crato - CE. Edição: 25 jul. 1971, 20 fev. 1972, 20 jul. 1974, 28 fev. 1975, 18 jul. 1976, 10 jul. 1979, 20 jul. 1980, 13 jul. 1986, 31 jan. 1987 e 30 jul. 1988.

NOGUEIRA, João. Os Congos. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1934, p.91-100. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1934/1934-OsCongos.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 30. Brasília, IPHAN, 2002.

SERAINÉ, Florival. Reisado no Interior Cearense. IN: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1954, p. 31-68. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1954/1954-ReisadoInteriorCearense.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

Outros:

AQUINO, J. Lindemberg. *Apóstolo do Nordeste*. Crato: I.C.C, 1966.

ATHAYDE, João Martins de. *A Batalha de Ferrabraz*. Recife, 1946. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_Q\Trbs\FCRB_Cordel\CordelFCRB.DocPro&pasta=Jo%E3o%20Martins%20de%20Ata%EDde&pesq=. Acesso em: 8 mar. 2010.

BARROS, Leandro Gomes de. *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás*. Recife: Impresso na Tipografia da Livraria Francesa, 1913. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\RuiCordel\Cordel.DocPro&Pasta=&PagLog=&Pesq=A%20Priz%e3o%20de%20Oliveiros&PagFis=. Acesso em: 8 mar. 2010.

BARROS, Leandro Gomes de. *A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás e A Prisão de Oliveiros e seus companheiros*. Coleção Luzeiro Literatura de Cordel. São Paulo: Editora Luzeiro Limitada, 1913.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000.

COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade do Crato – Resolução Provincial nº 1.371, de 26 de novembro de 1870, aprovada pelo Presidente da Província do Ceará, Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques.

CONVENÇÃO sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo n. 485/ 2006. Brasília: UNESCO, 2007.

LEI Nº. 13.427, de 30 de dezembro de 2003. IN: Editoração SEAD Ceará *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO*. Série 2 ANO VI Nº 250 Fortaleza, 31 de Dezembro de 2003.

LEI Nº. 13.351, de 22 de agosto de 2003. . IN: Editoração SEAD Ceará *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO*. Série 2 ANO VI Nº 161 Fortaleza, 25 de agosto de 2003.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos de Barbalha, aprovado pela Lei n. 938, de 11 de agosto. In: OLIVEIRA, Almir Leal de & BARBOSA, Ivone Cordeiro (org's.). *Cd's Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. 3 volumes. Fortaleza: INESP, 2009. (Coleção Assembléia Histórica: Memória, Estado e Sociedade. Tomo III) Fac-símile da edição publicada em 1862.

Livro Caixa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, anos de 1891 a 1934.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

MENEZES, Paulo Elpídio. *O Crato de Meu Tempo*. 2. ed. Fortaleza: Coleção Alagadiço Novo, 1985.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: S/E, 1950.

Resultado por Município do Plebiscito – 1993. Elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Secretaria de Informática, Coordenadoria de Estatísticas e Informações, Seção de Estatísticas Eleitorais. Disponível <http://www.tre-ce.gov.br/tre/download/Plebiscito%201993.pdf>. Acesso 09 abr. 2010.

“Tesouros Vivos 2004”. Disponível em <http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/mestres-da-cultura/mestres-2004/mestres-de-2004>. Acesso em 22 jan. 2011.

7 – REFERÊNCIAS

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008. (Coleção Olhares).

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1993.

BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante. *Reis de Congo*. Fortaleza: Ministério da Cultura; Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais; Museu da imagem e do Som, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (Coleção FGV de Bolso. Série Sociedade & Cultura).

CAMPOS, Eduardo. *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARVALHO, Gilmar de. *Tramas da cultura: comunicação e tradição*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CARVALHO, Jerônimo Moreira de (tradutor). *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1863.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de & VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula, ARAUJO, José Edvar Costa de; (orgs.). *História da Educação Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008 (Col. "Diálogos Interpretativos", vol. 55).

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro & FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 – arte de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A Cultura no Plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária/ Universidade Federal do Ceará, 2004.

COSTA, Pablo Assumpção Barros. *Anicete quando os índios dançam*. Fortaleza: UFC / Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, 1999.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOSSIÊ: História e Cultura Histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, n. 16, jan./jun. 2007.

DOSSIÊ: História e Oralidades. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, n. 18, jan./jun. 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

EAGLETON, Terry. *A idéia de Cultura*. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FARIAS, Airton de Farias. *O Caldeirão Vivo – A saga do Beato José Lourenço*. Fortaleza: Tropical, 2000.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel: O passo das águas mortas*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6936360/Historia-Oral-Procedimentos-e-Possibilidades-Sonia-Maria-de-Freitas>>. Acesso em: 02 set. 2009.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 – 1841*. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric & TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. 6. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Tradução de Stephania Matousek. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

- MARQUES, Janote Pires. *Festas de negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871 – 1900)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe. B. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEYER, Marlyse. *De Carlos Magno e outras história: cristãos e mouros no Brasil*. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1995 (Col. “Humanas Letras”).
- MORAES, Fernando Oliveira de. *A Festa do Divino em Mogi das Cruzes: folclore e massificação na sociedade contemporânea*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Editora Olho D’Água, 1992.
- _____. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PELEGRINI, Sandra C. A. & FUNARI, Pedro Paulo. *O Que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Col. “Primeiros Passos”, vol. 331).
- PERREIRA, Wellington. A crônica no jornalismo brasileiro contemporâneo. In: _____. *Crônica: a arte do útil e do fútil*. Salvador: Calandra, 2004, p. 117-165.
- SILVA, Leonardo Dantas. *Estudo Sobre a Escravidão Negra – vol. 2*. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. 1. Ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa e da coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Rosário dos Pretos de Sobral – CE: Irmandades e festas (1854-1884)*. Fortaleza: Edições NUDOC / Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho)
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichember. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Organizado por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Paz e Terra, 1992.
- VASSALO, Ligia. *A canção de Rolando*. Tradução de Ligia Vassalo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro F. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

7.1 – Artigos

ABREU, Regina. “Tesouros humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência Francesa de distinção do “Mestre da Arte”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARACENA, Roberto Hernández & PEREIRA, Ione A. Castilho. Educación patrimonial en Facão, Mato Grosso: una propuesta sobre patrimonio, identidad, educación y desarrollo local. *Interações, Campo Grande*, v. 8, n. 13, set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a03v8n13.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

BRANTES, Eloísa. A espetacularidade da performance ritual no Reisado do Mulungu (Chapada Diamantina – Bahia). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 2007, p. 24-47. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a02v27n1.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 23, jan./jun. 2005, p. 163-175. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a09v1123.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. In: LONDRES, Cecília [et al.]. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte; IPHAN; CNFCP, 2004.

CARVALHO, Moacir. Brincando com Fogo: origem e transformações da guerra de espadas em Cruz das Almas. In: *V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia, 27 a 29 mai. 2009. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19327.pdf>. Acesso 23 jan. 2001.

CERTEAU, Michel de. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 7, n. 13, 1994.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Marli Lopes da & CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? *Estudos de Psicologia*, v. 13, n. 2, 2008, p. 125-131. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/04.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. O Ceará e o patrimônio cultural. In: CARVALHO, Gilmar (org.). *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

FILMER, Paul. A Estrutura do Sentimento e das Formações Sócio-Culturais: O Sentido de Literatura e de Experiência para a Sociologia da Cultura de Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009, p. 371-396.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: DOSSIÊ: História e Cultura Histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, n. 16, jan./jun. 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Doía & PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (org.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de [et al]. *Uma nova história do Ceará*. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos & CONTINS, Marcia. Entre o divino e os homens: a arte nas festas do Divino Espírito Santo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 29, jan./jun. 2008, p. 67-94. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

GONÇALVES, Regina Célia. A História e o Oceano da Memória: algumas reflexões. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, n. 4/5, jan. 1998/ dez. 1999, p.13-39.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, v. 17, n. 49, set./ dez. 2003, p. 321-342. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18412.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins & LIMA, Ivaldo Marciano de França. Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-1990). *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, n. 14, jan./jun. 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras & PRIORE, Mary Del. Memória, patrimônio e identidade. *Salto para o Futuro – Boletim*, Brasília, TV Escola, n. 4, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/145632MemoriaPatriIdent.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

LACERDA, Norma. Globalização e identidades locais. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

LEITE, Edson. Lazer, turismo, folclore e tradições populares no Brasil. In: *RAÍZES*, nº 37-38, 54 dez. 2008. p. 54-58

LOURENÇO, Germana. Tramas e Trajetos da Arte e da Cultura Popular. In: *Propostas Alternativas: Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – II*. n.13. Fortaleza: IMOPEC, 2004.

MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*. [En ligne], Hors série n° 2 | 2008, mis en ligne le 25 janvier 2009. Disponível em: <http://cem.revues.org/index8632.html>. Acesso em 09 nov. 2009.

MENESES, José Newton. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (organizadores). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Memórias, percursos e reflexões. Entrevista concedida a Elio Chaves Flores e Regina Maria Rodrigues Behar. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n.18, jan./ jun. 2008, p. 187-208.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História, Dossiê História e Cultura Visual*, Franca, v. 26, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a13v26n2.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

NUNES, Cícera. Cultura de base africana em Juazeiro do Norte – CE: um estudo sobre a participação feminina no Reisado. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, ago. 2008. p. 1-7.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Temp(1)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). In: DOSSIÊ: História e Cultura Histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ UFPB, n. 16, jan./jun. 2007. p. 59 – 68.

PAIVA, Olga. Levantando o tapete. In: *Propostas Alternativas: Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – I*. n. 12. Fortaleza: IMOPEC, 2004.

PAZ, Renata Marinho. Cariri, campo fértil da religiosidade popular. In: Caderno de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri, *Tendências*, Crato, v. 2, n.1, jul./ 2004.

PAZ, Renata Marinho; MELO, Luciana Rodrigues de; SILVA, Simone Pereira da; SILVA, Amanda Teixeira da; SOARES, Maria Lucimar; TAVARES, Cícero Sergio Magalhães; SILVA, Erinaldo Gualberto da; ALVES, Isaac de Oliveira. PROJETO CARIRI: experiências com o INRC e discussões metodológicas. In: *Anais do Congresso Internacional e História e Patrimônio cultural: memória, ensino e bens culturais*. Teresina, Piauí, agos./ 2008. p. 1-6.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, Simone de [et al]. *Uma nova história do Ceará*. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

REIS, Demian Moreira. Dança do Quilombo: os significados de uma tradição. In: *A FRO-ÁSIA*. n° 17. Bahia: Centro de Estudos Afro-Orientais, Impresso na Gráfica da Universidade Federal da Bahia, 1996, p.159. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/credito/credito_17.pdf. Acesso em 29 de nov. 2010.

SILVA, Josier Ferreira da. Uma representação sócio-espacial da cultura no município de Barbalha: o embate entre tradição e modernidade como desafio educacional. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de & VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula, ARAUJO, José Edvar Costa de; (orgs.). *História da Educação Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008 (Col. “Diálogos Interpretativos”, vol. 55).

SOUZA, Océlio Teixeira de Souza. A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha: algumas reflexões. In: LIMA, Marinalva Vilar de & MARQUES, Roberto (orgs.). *Estudos Regionais: limites e possibilidades*. Crato: NERE/CERES Editora, 2004.

ULISSES, Ivaneide. Caretas em Evidência: Participação das crianças na Festa do Município de Jardim – Ceará. In: *Propostas Alternativas: Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – II*. n.13. Fortaleza: IMOPEC, 2004.

VAINFAS, Ronaldo & SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV - XVIII. Volume 3 - Número 6 – Dezembro 1998. Dossiê: *Escravidão e África Negra*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf. Acesso em 28 de mar. 2010.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 – 1986). In: SOUZA, Simone de [et al]. *Uma nova história do Ceará*. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PASSIANI, Enio. Afinidades seletivas: uma Comparação entre as Sociologias da Literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009, p. 285-299.

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Império das festas e as festas do Império. In: _____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 247-294.

VIANNA, Letícia C. R. & TEIXEIRA, João Gabriel L. C. Patrimônio imaterial, performance e identidade. *Concinnitas*, ano 9, v. 1, n. 12, jul. 2008.

7.2 – MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

a) Monografia

SILVA, Simone Pereira da. *A Utilização das Danças Populares ou Folclóricas Enquanto Conteúdo da Educação Física nas Escolas da Cidade de Barbalha – CE*. Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer). Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. Juazeiro do Norte: 2007.

b) Dissertação

ANDRADE, Fabiane da Silva. *Abre alas, minha gente! Festa, cultura e religiosidade popular no Terno de Reis Humildes em Alegria - 1966 a 1993*. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *Outras histórias: memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha/CE*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2010.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. *Cultura Popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945-2002*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em 18 out. 2009.

MUNHOZ, Vanessa. *“Nóis como irmão congueiro”*: estudo sobre congadas no século XXI em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

NUNES, Cícera. *O Reisado em Juazeiro do Norte - CE e os conteúdos da história e cultura Africana e afrodescendente: uma proposta para implementação da Lei Nº. 10.639/03*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, Raimunda Rodrigues. *Gustavo Barroso: a tragédia sertaneja e a criação do personagem popular 1912-1959*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *OS HOMENS QUE FAZIAM O TUPINAMBÁ MOER: Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri (1945-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

SANTOS, Márcia Pereira dos. *O campo (re)inventado: transformações da cultura popular rural no sudeste goiano (1950-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

SOUZA, Océlio Teixeira de Souza. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

ULISSES, Ivaneide Barbosa. *“CARETAS”*: festa e performance dos brincantes na cidade de Jardim – CE. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

VICENTE, Tamisa Ramos. *Vamos cirandar - políticas públicas de turismo e cultura popular: festivais de ciranda em Pernambuco 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

c) Tese

BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante. *Teatro como encantamento: Bois e Reisados de Caretas no Ceará*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

BITTER, Daniel. *A bandeira e a máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas Folias de Reis*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2009.

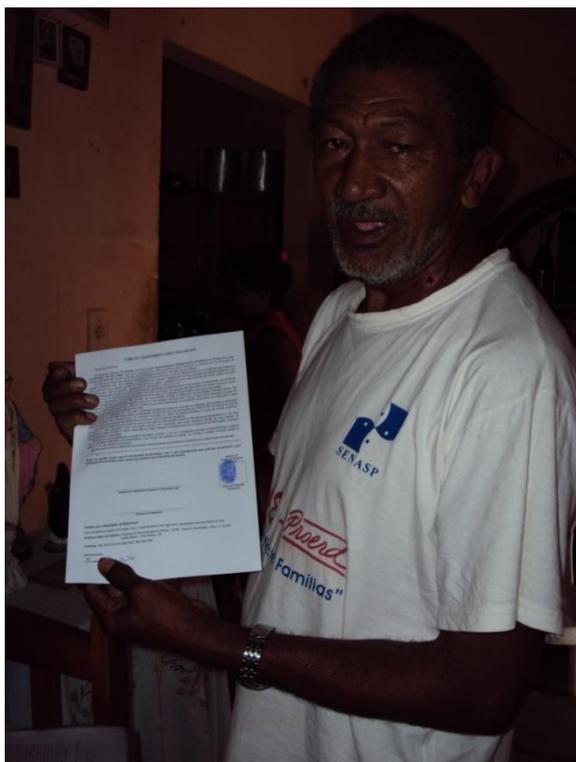
CURY, Cláudia Engler. *Políticas Culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo: [s.n.], 1998.



Anexo dos Brincantes

Entrevistados:



Antônio José da Silva (mestre) com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Prêmio recebido pelo Reisado de Antônio José no I Encontro de Mateus ocorrido o SESC – Ceará nos anos de 2004 e 2005. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



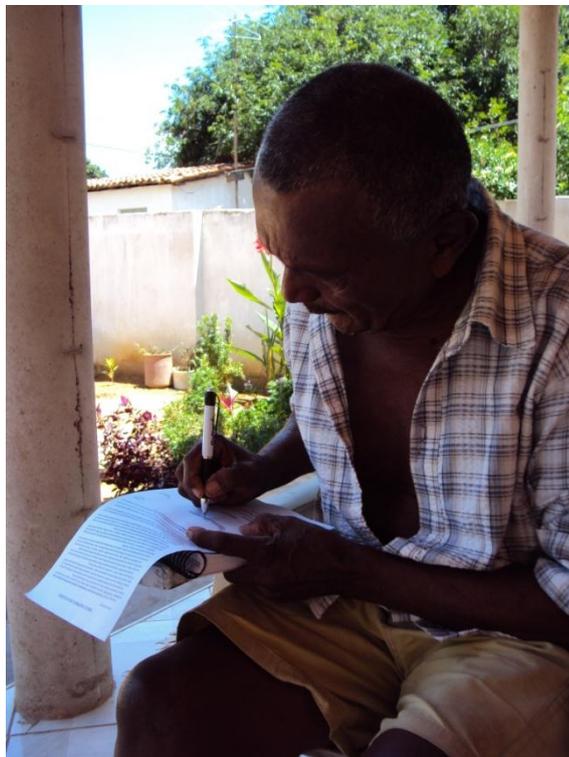
Detalhe da base da escultura de barro do Mateus. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Detalhe da base da escultura de barro do Mateus e da Catarina. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



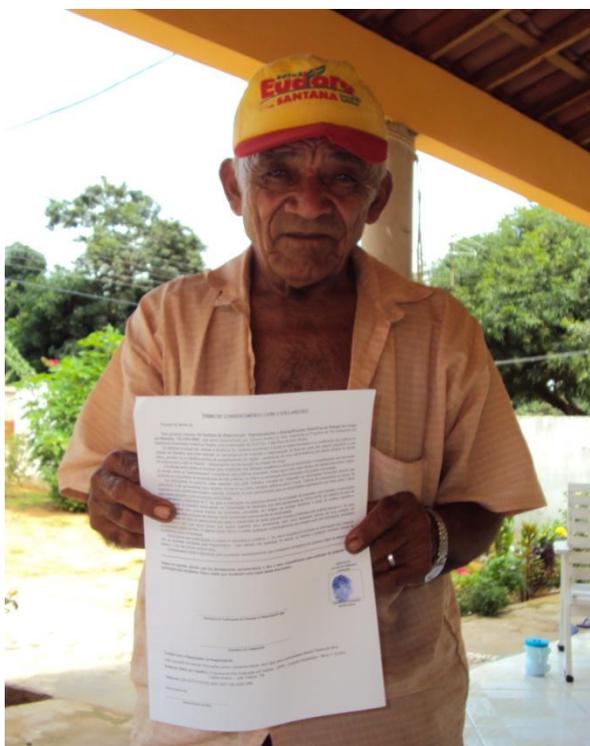
Antônio Wilson Abel, conhecido por Antônio de Corina (primeiro embaixador) com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Francisco Belizário dos Santos, conhecido por mestre Tico Neve, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



José Ribeiro da Cruz, conhecido por Ioio (ex-Mateus) com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



José Paulo Felipe, conhecido por Mestre Nego (contramestre de Francisco Belizário) com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Luís Tomé da Silva, conhecido como Luís Bocão (mestre) assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Serginaldo Gomes (mestre) assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Serginaldo Gomes segurando o que restou do seu Jaraguá. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Burrinha existente na casa de Serginaldo Gomes. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Bode existente na casa de Serginaldo Gomes. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.



Olímpio Ludugério da Paixão (decurião dos penitentes do Sítio Lagoa e ex-mestre do Reisado) assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foto: Simone Pereira da Silva, 2010.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa, intitulada **“Os Sentidos da (Re)Invenção: Representações e (Re)significações Simbólicas do Reisado de Congo em Barbalha - CE (1970-1980)”**, está sendo desenvolvida por Simone Pereira da Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra. Carla Mary da Silva Oliveira.

Os objetivos do estudo são: analisar a influência do contexto econômico e social no desenvolvimento e na modificação das práticas do reisado em Barbalha, bem como entender os mecanismos de inversão e reapropriação da festa por parte das classes populares e, por último, perceber se os trabalhos escritos de pesquisadores da região – produtores de uma cultura histórica que desde meados do século XX volta-se para a idéia de “folclore” – influenciaram na reinvenção do reisado de congo.

A finalidade deste trabalho é contribuir para ampliação dos debates acadêmicos sobre as reinvenções e resignificações dos brincantes do reisado, frente ao “desenvolvimento” e incentivos das práticas populares, vistas agora como fator atrativo de capitais financeiros. Assim, pretende-se compreender as consequências de tais práticas na vida e na encenação dos brincantes e da própria comunidade.

Aos participantes da pesquisa, cabe ressaltar que este trabalho consiste em interpretar as informações fornecidas através das entrevistas, e não apresentá-las como versões únicas e/ ou como verdade definitiva sobre o tema. Trata-se de compreender um pouco da memória e suas experiências sociais e culturais, portanto, é uma oportunidade para os entrevistados expressarem sua visão sobre o tema para outras gerações e para sua própria comunidade.

Solicitamos a colaboração de V. Sa. para a realização da pesquisa através da concessão de entrevista, como também a autorização para apresentar os resultados deste estudo na Dissertação de Mestrado que será apresentada ao PPGH-UFPB, em eventos da área de ciências humanas e/ou publicar trechos da entrevista concedida em artigos de revistas científicas e anais de eventos científicos. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde do entrevistado.

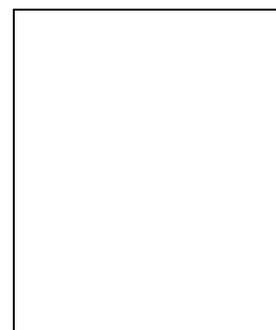
O processo de coleta de dados prevê que após a transcrição do áudio gravado durante a entrevista este material retorne a V. Sa. para conferência e, caso haja algum trecho que queira suprimir e/ou acrescentar, bem como esclarecer através de nova redação, tal procedimento poderá ser feito. O objetivo deste retorno é evitar quaisquer constrangimentos que possam advir das informações constantes na entrevista para o entrevistado.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, V. Sa. não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, V. Sa. não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará à disposição para quaisquer esclarecimentos que considerem necessários em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

OBERSVAÇÃO:
(em caso de
analfabeto)
acrescentar



Espaço para
impressão
dactiloscópica

**Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável
Legal**

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Simone Pereira da Silva.

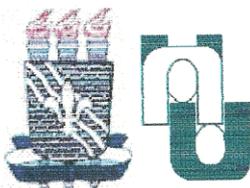
Endereço (Setor de Trabalho): Programa de Pós-Graduação em História – UFPB – Conjunto Humanístico – Bloco V –CCHLA

Castelo Branco – João Pessoa - PB

Telefones: (83) 3216-7915/ (83) 8886 5987/ (88) 9268 2954

Atenciosamente,

Simone Pereira da Silva



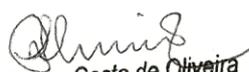
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-UFPB
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY-HULW
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada dia 21/07/09, após análise do parecer do relator, resolveu considerar **APROVADO** o projeto de pesquisa intitulado OS SENTIDOS DA (RE) INVENÇÃO: representações e (re)significações simbólicas do reisado de Congo em Barbalha, Ceará - (1970-1980). Protocolo CEP/HULW Nº. 070/09, da pesquisadora SIMONE PEREIRA DA SILVA.

Solicitamos enviar ao CEP/HULW, um resumo sucinto dos resultados em CD, no final da pesquisa.

João Pessoa 29 de Julho 2009.


 Iaponira Cortez Costa de Oliveira
 Coordenadora do Comitê de Ética
 em Pesquisa - CEP/HULW

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW